

UNIDADE DIDÁTICA I – EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR E TEORIA DA GUERRA (DO SÉCCULO XV AOS DIAS ATUAIS)

1. O PENSAMENTO MILITAR

1.1 Maquiavel

1.1.1 Dados Biográficos

Nasceu em Florença, na Itália, em 1469, em pleno início do Renascimento. Ingressou no serviço público como escrivão e foi secretário de Chancelaria da República Florentina. Daí ser citado também como o Secretário Florentino.

Desempenhou o papel de encarregado de missões no estrangeiro, o que lhe permitiu, graças à sua inteligência aguda e ao seu poder de observação, angariar experiência sobre as relações entre os povos.

São de sua autoria os trabalhos “Modo Che Tenne Il Duca Valentino Per Ammazar Vitellozzo Vitelli”, “Discorso Sulla Provisone Del Danaro”, “Decennali”, “Ritratti Delle Cose di Francia”, a comédia “Le Maschere” e “O Príncipe”, escrito quando no exílio, em 1512, por ter sido banido com a queda do regime republicano de Florença. Até 1527, quando veio a falecer, publicou ainda os trabalhos “Discorsi Sopra La Prima Deca Di Tito Lívio”, “Arte Della Guerra”, “Vita Di Castruccio”, “La Mandragora”, “Belgafor” e “Historie Florentine”, para alguns, esta última a sua melhor obra.

Foi por duas vezes embaixador à Corte de Roma e por três vezes à de França.

1.1.2. SÍNTESE DO PENSAMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

O pensamento político-estratégico de Maquiavel pode ser sintetizado em quatro premissas básicas:

1) O fortalecimento do Estado;

- 2) Definição clara de objetivos;
- 3) Aplicação violenta e inescrupulosa dos meios; e
- 4) Aplicação dos meios, subordinada à vontade do Estado.

Ao afirmar que “nenhuma Província pode estar segura e feliz a menos que faça parte de uma República ou de um Reino”, Maquiavel preconizava a criação do Estado-Nação, como forma de conjugar esforços, aumentando o Poder do Estado, através da mobilização das mentes na busca de objetivos realmente nacionais, justificando sua teoria pela necessidade que o Estado tem de se expandir e desenvolver sob pena de arruinar-se. Na busca do fortalecimento do Estado, não escondia sua preferência pelo absolutismo e afirmava ser o Estado, “um fim em si mesmo”.

Fortalecido o Estado e a vontade política, o governante tinha como obrigação, na visão de Maquiavel, “manter o poder e a segurança do país”, não devendo hesitar em adotar qualquer meio para atingir o seu objetivo. Maquiavel preconizava a relação de dependência e subordinação do “como fazer” ao “o que fazer” e, sobretudo da vontade política de fazer, deixando clara a importância da definição, a priori, do objetivo político, considerando-o o farol a indicar os rumos das ações subseqüentes. Sem dúvida estava definida a Política como hoje a interpretamos - definidora de rumos e estipuladora de objetivos a nível nacional.

O senso estratégico de Maquiavel se manifesta quando ele trata da aplicação do Poder do Estado para atingir os objetivos definidos, os propósitos do Estado. No que tange ao Poder Militar e à Guerra, considerava-os de forma abrangente e como fator decisivo na configuração da Política, usando-a como meio para atingir o fim, o que fica claro quando afirma: “deve-se fazer a guerra para garantir a paz e nunca perturbar a paz para ter a guerra”.

Pregava Maquiavel que, coerente com o sentido de Estado-Nação, o exército tinha que estar imbuído do seu caráter nacional, criando o sentimento de Nação Armada, apta a defender-se das ameaças e aplicar a sua vontade para atingir seus propósitos, mudando o relacionamento desta com a Política do Estado. Entendia, portanto, a guerra como responsabilidade do Estado na garantia da sua integridade e soberania, para o que preconizava não a aplicação dos meios existentes, mas dos necessários à sua

eficácia e consecução da vitória, sem regras fixas ou códigos preestabelecidos. Justificando, citava o rei da França: “Examinando as vitórias e as derrotas do rei da França, vereis que ele venceu os italianos e os espanhóis, cujos exércitos eram semelhantes aos seus. Mas agora que ele tem estado lutando contra nações armadas, como os suíços e os ingleses, só tem perdido, e está o perigo de logo não ter mais o que perder”.

Mas é na forma de aplicar os meios que Maquiavel se caracteriza como estrategista determinado, resoluto e implacável, ao afirmar que “um príncipe deve ser raposa para conhecer os laços e armadilhas e leão para aterrorizar os lobos” ou “em política se devem ter mais em conta os resultados em si, do que os meios pelos quais eles foram obtidos” ou, ainda, “é a vitória e não o método de lográ-la, que confere glória ao vencedor”. Com esses pensamentos, Maquiavel definia a perseguição e consecução dos objetivos, sem preocupar-se com o lado ético da questão, já que nenhuma lei moral podia limitar a autoridade do governante. O soberano precisava ter duas caras e mostrar aquela mais apropriada à ocasião, pois: “os homens são tão simplórios, e se deixam de tal forma dominar pelas necessidades do momento, que aquele que saiba enganar achará sempre quem se deixa enganar”.

Embora despreocupado com ética ou moral, Maquiavel preconizava o ajustamento permanente entre a ação desenvolvida e os desígnios do Estado, fazendo da estratégia o instrumento da política para o atingimento do fim por ela proposto.

Como conclusão pode-se dizer que Maquiavel, subvertendo a ordem político-social da época pregava a criação do Estado-Nação como fonte do poder, o Exército Nacional como instrumento da ação estratégica, subordinando-o à vontade política da nação e aplicando esse poder para a consecução dos objetivos nacionais de forma total.

Quanto à validade do pensamento maquiavélico, a conquista e a preservação do poder não podem justificar a conduta política, que deve se submeter à ética e ao direito. Aí reside uma das maiores falhas de Maquiavel, por não aceitar o substrato ético transcendente, por tornar a moral, a religião e o direito escravos do Estado, cuja razão de ser, para ele, é a própria existência e expansão.

1.2 Clausewitz

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz nasceu em 1780, na Prússia, de uma família de baixa nobreza. Aos doze anos, já se encontrava em serviço militar, lutando nos conflitos que abalaram a Europa em fins do século XVIII: as Guerras Napoleônicas. Tal experiência marcaria sua vida e seus escritos, de maneira que o estimulariam a escrever sua percepção da teoria da guerra.

Clausewitz teve uma carreira profícua, se formando como o primeiro da turma na academia militar prussiana, onde, apesar da origem social, atraiu o olhar de figuras proeminentes do Reino da Prússia, sendo destacado para a educação militar de um dos príncipes do reino. Avanços posteriores o colocaram junto ao General Scharnhorst, que iria dirigir os esforços de reforma do Exército num futuro próximo.

Sua carreira prosseguiu com eventos como a Batalha de Jena-Auerstadt, em 1806, quando Napoleão esmagou o Exército prussiano, se tornando prisioneiro junto com o Príncipe Augusto, que comandava as forças e de quem era ajudante de ordens. Clausewitz se revoltou contra o estado de coisas, com a aliança de submissão da Prússia a França e abandonou o serviço militar da Prússia, seguindo para a Rússia, onde serviu entre 1812 e 1813.

Com a invasão da Rússia e o fracasso napoleônico, forçando a retirada francesa, Clausewitz retornou a Prússia, inclusive participando de negociações que criaram a nova coalizão contra a França. Assim, em 1813, recebeu a patente de coronel, sendo nomeado ajudante de ordens de Scharnhorst e lutando na campanha que expulsou Napoleão da Prússia.

Com a volta de Napoleão nos “Cem Dias” em 1815, Clausewitz novamente seguiu para combatê-lo, desta vez como Chefe de Estado-Maior do Corpo prussiano que defendia a cidade de Wavre. Os prussianos enfrentaram forças muito superiores comandadas pelo Marechal Grouchy, que ficaram impossibilitadas de reforçar Napoleão em Waterloo, ao mesmo tempo em que protegeu a retaguarda das forças prussianas que avançaram para reforçar as tropas de Wellington em Waterloo.

Após as Guerras Napoleônicas, Clausewitz foi promovido a general e recebeu o cargo de diretor da Academia de Guerra da Prússia, que passava por uma reforma, se

tornando a primeira escola de Estado-Maior do mundo. Dedicou-se a seus estudos e reflexões, escrevendo muito material para o livro que não conseguiu publicar, pois em 1830 foi designado chefe de Estado-Maior das tropas prussianas que estavam na fronteira com a Polônia, que sofria uma crise política e uma epidemia de cólera, que logo o vitimou em fins de 1831.

Sua obra, *Da Guerra*, acabou sendo organizada e publicada por sua viúva, Marie, em 1832. A princípio o livro não atraiu atenções, em especial, por causa da “barreira da língua”, ou seja, por estar em alemão. O livro só ganharia popularidade com a afirmação do General Von Moltke, Chefe do Estado-Maior do Exército prussiano na Guerra Franco-Prussiana, que tinha aprendido tudo o que sabia de guerra lendo Clausewitz. Seguiu-se então uma explosão de interesse em torno do livro.

Ao contrário de outros autores que tinham escrito sobre a guerra, Clausewitz não prometia fórmulas da vitória, ou métodos infalíveis de triunfar. O texto, denso e difícil de ser compreendido, era uma teoria da guerra, e não uma filosofia, como ainda hoje se tenta argumentar.

Para que funcionasse, a teoria de Clausewitz partia de algumas de suas conclusões, como a natureza política da guerra, sendo que ele não enxergava sentido em um conflito que não tivesse natureza política. O próprio conceito de guerra, um ato de força, presumia que a violência seria levada a níveis extremos, um conflito absoluto.

Clausewitz ressaltava a predominância da política inclusive como uma forma de controle da guerra, visto que em sua natureza, existe uma série de fatores como a assimetria entre ataque e defesa, a questão da dúvida, dos erros, do medo, do cansaço, dos acidentes, como outros.

Desta maneira, os escritos de Clausewitz têm grande força até os dias atuais, justamente pela atemporalidade de seus conceitos. Visou romper com interpretações racionalistas calcadas em ideias simplistas, e que reduziam os conflitos a meras questões formalistas ou ligadas a cálculos matemáticos, debatendo sobre a natureza da guerra, em como ela realmente o é: um ato de força, ligado profundamente a dinâmicas político-sociais.

Nisto reside sua complexidade: não se trata de um livro complexo por si só, mas porque seu próprio objeto de estudo é essencialmente complexo. Afinal, a guerra é produto de

um mundo difuso e dinâmico e assim, não pode ela fugir a isto.

1.3 Jomini

1. 3. 1 Introdução

Apesar da influência de Jomini na teoria militar, este nome só costuma ser familiar para os especialistas em História Militar, denotando a curiosa relação e grande disparidade entre sua influência e o desconhecimento geral que temos dela. Jomini se enquadra no salto qualitativo do pensamento militar no século XIX, oriundo de duas vertentes, científica e histórica. Foi a partir deste período que se começou a pensar a guerra como uma pretensão de rigor científico, ao invés dos relatos de feitos passados ou proposições de reformas da tradição ocidental anterior.

Para entender o impacto e alcance da obra de Jomini, deve-se levar em conta a sua intenção tradicionalista e restauradora, a sua abordagem popularizante e reducionista, a sua longevidade pessoal e a sua vaidade.

1. 3. 2 Princípios de Guerra

O Barão Antoine-Henri Jomini (1779-1869) foi um grande estrategista militar de sua época, e ainda hoje é bastante estudado principalmente no que se refere a logística e aos seus “Princípios da Guerra”, os quais seriam:

- Objetivo;
- Ofensiva;
- Cooperação;
- Concentração de força;
- Economia de força;
- Manobra, surpresa e dissimulação;
- Segurança, e

- Simplicidade.

Jomini entendia que o mundo militar era expressão da vontade articulada de um grande líder, e que a vitória era possível a qualquer um com esta grandeza, desde que suas ações fossem apoiadas nestes princípios.

De nacionalidade suíça, contemporâneo de Napoleão e Clausewitz, pode ser considerado produto da Revolução Francesa de 1789. Durante a Revolução de 1789 na Suíça, abandonou uma carreira de banqueiro e começou a tratar das lides militares.

Apresentou uma abordagem geral para o problema da Guerra, abstraíndo-a de seu contexto social e político, enfatizando as regras para a tomada de decisões, equiparando-a a um enorme jogo de xadrez.

A grande contribuição de Jomini foi seu esforço em responder à pergunta de como os exércitos revolucionários franceses de 1789 em diante destruíram a coalizão antifrancesa, começaram a transformar a estrutura política da Europa e alçaram um de seus líderes para o poder supremo na própria França – Napoleão Bonaparte. A teoria jominiana era centrada em um conjunto de axiomas quase inalterados, sendo que essas idéias foram expostas pela primeira vez em 1803 e afirmavam que:

- *A Estratégia é o elemento-chave da guerra;*
- *Toda estratégia é controlada por princípios científicos imutáveis (universais); e*
- *Todos estes princípios prescrevem a AÇÃO OFENSIVA, de FORÇAS EMASSADAS, contra forças mais fracas, em algum PONTO DECISIVO, para que a estratégia conduza à vitória.*

Apesar de aparentemente simples, o estudo de como estes conceitos foram formulados e postulados nos permite certa compreensão dos preceitos estratégicos envolvidos.

De uma tradicional família suíça, Jomini voltou da França revolucionária ao seu país com a notícia da Revolução Suíça, tendo sido secretário de um Ministro da Guerra, chegando a Capitão e *chef de batallion*. Em 1802 retornou a Paris, e dizia que foram as empreitadas napoleônicas na Itália (1796-97) que fizeram dele um teórico militar.

Jomini aponta seu débito intelectual com o General inglês Henry Lloyd, provavelmente adquiridas da leitura de *Military Memories* (1781), onde Lloyd apresenta um estudo sistemático da guerra e seus princípios fundamentais, alertando que a arte da Guerra

se fundamenta em “princípios certos e fixos que, por sua própria natureza, não variam...”, conceitos estes apropriados por Jomini.

Em Lloyd, Jomini encontra uma expressão específica de seu “ideal” de guerra como ciência, retirada do apelo daquele ao Iluminismo. Do estudo de uma de suas obras, Jomini retiraria sua visão dos princípios imutáveis da guerra e sua aplicação e a conclusão de que Napoleão ser melhor estrategista do que Frederico da Prússia.

Seu primeiro livro, *Treatise on Major Military Operations of the Seven Year's War*, apresentou estes e outros aspectos nos dois primeiros volumes, de 1805.

Em 1813 deixou o exército francês e ingressou no russo, tendo ampliado seu livro para seis volumes, publicando os próximos dois em 1816. Como Oficial de estado-maior de Napoleão alcançou o Posto de General de Brigada.

Com diversas publicações até sua morte em 1869, seu livro mais famoso foi *Analysis of the Art of War*, publicado posteriormente em edição expandida como *Summary of the Art of War*. Nele, mostrou ter lido *On War*, de Clausewitz, tendo ficado impressionado e revendo alguns de seus próprios conceitos.

A ênfase de Jomini é de que seu livro não trata de guerra, mas da “arte da guerra”, por esta contemplar princípios imutáveis válidos tanto para César quanto para Napoleão.

Um destes era o princípio da manobra de massa de um exército para ameaçar “pontos decisivos” num teatro de guerra, seguido do arremesso de todas as forças disponíveis contra uma fração da força inimiga que defende tais pontos. Este ponto decisivo, segundo Jomini, é aquele que capturado ou atacado colocaria em perigo ou enfraqueceria seriamente o inimigo.

Usando casos históricos e seus princípios, Jomini insistia que por baixo das caóticas mudanças da guerra moderna existia uma UNIVERSALIDADE ESTRATÉGICA.

Jomini não foi um estrategista de poltrona, mas um veterano de muitas campanhas, extraordinariamente posicionado para observar uma década de guerras intensas na superfície de toda a Europa. Entretanto, carregava grandes frustrações devido a não ter assumido um Grande Comando, em virtude talvez de seu temperamento difícil o qual angariou alguns desafetos que lhe barraram o comissionamento diversas vezes.

Em grande parte, Jomini via a guerra em termos pessoais e heróicos, controlada pelo comandante e mestre, o que não deixa de ser um reflexo da estética de comando

napoleônica, podendo-se dizer que buscou uma ciência de comando para a atuação do general.

Seus livros, neste contexto, seguem a antiga tradição da historiografia militar, a da saga dos reis-guerreiros, os quais, dotados de qualidades sobre-humanas, conduziram seus povos à vitória, embora o melhor dos seus escritos analíticos se situe acima desta espécie de historiografia militar.

Na sua época, as mudanças na arte da guerra levaram a preocupações da dissociação entre civis e militares, devido à profissionalização dos primeiros e uma possível alienação do Estado e da sociedade e dos receios destes aos controles externos que os civis queriam impor.

Em Jomini os militares encontraram bons argumentos contra a estrita subordinação à autoridade política.

Sua conclusão era de que um governo deveria selecionar seus comandantes militares mais hábeis e depois dar-lhes liberdade de ação segundo os princípios científicos da arte da guerra. Os governos não deviam negligenciar suas forças armadas, mas não deveriam se intrometer em matérias e assuntos especificamente militares.

Em seu conceito de estratégia, Jomini a aplicava a todos os níveis da ação militar que estivessem abaixo da decisão política de fazer a guerra, até, inclusive, o combate em si. Em cada um dos níveis, o comandante tem que decidir onde, quando e como movimentar suas forças para cumprir a missão e combater sob as melhores condições. E a maioria dos comandantes fazia escolhas erradas porque não entendia os princípios da estratégia, sintetizados muito sumariamente como a colocação de força superior para acoessar num ponto onde o inimigo é tanto mais fraco como suscetível a um dano que o incapacite.

A História seria, então, tanto a fonte onde se colhia estes princípios como a confirmação e elucidação deles no mundo real da ação militar.

Em suas análises, o conceito estratégico de linhas de operações “interiores” recebeu maior cuidado. Está ligado à simples ideia de que se um dos contendores ocupa posição entre - “no interior” de – forças inimigas separadas, seria possível atacar, primeiro, parte da força inimiga, e depois, a outra, derrotando cada uma delas a seu turno, mesmo se o exército inimigo for superior.

Esta foi a forma mais específica e prática que Jomini deu ao seu princípio geral da força emmassada contra alguma parte vulnerável do inimigo, despertando interesse entre militares que buscavam ideias estratégicas úteis, apesar de depender de cálculos exatos de tempo e espaço e da reação do inimigo.

Estas deficiências seriam compensadas pela grande capacidade dos comandantes, induzindo o inimigo, pelo que concebeu que a ciência da guerra seria sempre uma arte. A grande exceção ao princípio fundamental da massa e ação ofensiva sobre um único ponto seriam as guerras civis, religiosas ou nacionais, ou seja, as guerras de opinião, onde não existem exércitos regulares em ambos os lados, mas sim guerras nas quais povos inteiros estivessem ativos.

Não faria sentido emassar forças, pois não havia ponto decisivo para atacar; o inimigo estaria em todos os locais, atrás de uma cobertura de hostilidade popular que embaçava a visão do invasor. Estas seriam guerras “perigosas e deploráveis”, e disse pouco sobre as estratégias corretas para estas guerras, deixando a impressão que o melhor que se poderia fazer era evitar-se envolver em guerras civis ou nacionais.

Outro aspecto criticado em Jomini é o dogmatismo de que novas armas não alterariam os princípios da estratégia.

No final de sua vida, pareceu se ocupar mais com os aspectos políticos e psicológicos da guerra, possivelmente pela leitura de Clausewitz.

Mesmo assim, dentro das polêmicas repetitivas elencadas em seus livros, estão observações valiosas, ideias estimulantes e um argumento de estratégia que, dentro dos limites de sua aplicabilidade, é seguramente correto.

A influência de Jomini durante e depois do século XIX são marcantes, tendo suas obras publicadas em inglês, alemão e russo. Traduções de suas obras foram usadas nas Academias Militares do Reino Unido e de West Point. Mesmo na Prússia pós-publicação de Clausewitz, Jomini era leitura entre os militares prussianos.

Jomini possuía grande lista de admiradores, e mesmo os seus críticos aceitavam sua abordagem da guerra, mas a partir de 1890 a sua influência deu um salto com o trabalho de Alfred Thayer Mahan. Como Jomini havia dado, ao contrário de Clausewitz, alguma importância à dimensão marítima da guerra, Mahan decidiu fazer para o “Poder Naval” o que Jomini fizera para a guerra terrestre, aplicando princípios similares que o

levaram a ser considerado o correspondente marítimo de Jomini.

O prolongado interesse por Jomini, mesmo o posterior a 1914, tem por trás, sinteticamente, algumas percepções. Os efeitos causados pelas guerras napoleônicas no pensamento ocidental sob conflitos armados, sua natureza, potencial e método, posicionaram Jomini como intérprete autorizado da guerra napoleônica. Napoleão, disse Jomini, conseguiu vitórias rápidas e decisivas pela aplicação feroz de força militar concentrada contra pontos fracos e sensíveis.

O poder destrutivo da I GM alcançou também a teoria militar, abalando a crença em uma “ciência militar” devido aos fiascos da guerra de trincheiras, a partir de quando a reputação de Jomini começou a declinar. Ainda assim, o pós-guerra trouxe aspectos que vieram valorizar Jomini. As ideias de Liddel Hart, condenando a procura da Grande Batalha como responsável pela carnificina da I GM, apontaram-se criticamente para Clausewitz, e não para Jomini. Sua abordagem de manobra, abordagem indireta e ênfase na estratégia como conjunto de técnicas reviveram a abordagem didática, prescritiva e reducente de Jomini, que acabou refletindo no posterior desenvolvimento da *blitzkrieg*.

Outro conceito emergente e com claro vínculo com as concepções jominianas; porém mais duradouro a longo prazo; foi o de bombardeio estratégico. Na década de 1920, pioneiros teóricos do “poder aéreo” levaram para as aeronaves o que Mahan trouxe para os vasos de guerra. Coligiu desta forma a ideia de que as aeronaves assim como as belonaves deveriam atuar emassadas contra o ponto decisivo.

Após 1945, fica mais difícil relacionar a influência direta de Jomini, porém os Princípios da Guerra continuam fazendo parte de documentos oficiais de todas as Forças Armadas, acendendo a questão de como e por que um modo de pensar sobre a guerra surgido do relato de Jomini sobre Napoleão não definiu com a tecnologia e métodos da era industrial. Ele não desapareceu porque continuou respondendo a uma necessidade premente e inevitável.

A ideia de que debaixo da aparente desordem da existência estão leis que regulam o universo, princípios passíveis de serem descobertos e entendidos, foi a característica marcante do Iluminismo do século XVIII, e a guerra foi a última atividade humana alcançada por esta visão. A ideia de que a violência da guerra, seria antiética a princípio

dentro da concepção de um mundo racional, foi varrida do mundo com as campanhas de Frederico II e no avanço francês sobre a Europa.

As questões particulares de Jomini e suas peculiaridades e detalhes podem ter ficado restritos ao meio acadêmico, mas suas ideias básicas, mesmo quando não reconhecidas, sobreviveram.

1.4 Keegan

1. 4.1 Histórico

Sir John Desmond Patrick Keegan nascido em Londres em 15 de maio de 1934 e falecido em 2 de agosto de 2012 foi um professor e historiador militar britânico. Ministrou durante longo período disciplinas relativas à cadeira de História Militar na Academia Militar de Sandhurst, destacando-se nas áreas de História Militar e Antropologia Militar. É autor de obras sobre assuntos relativos à guerra.

Filho de um soldado da Primeira Guerra Mundial, cresceu em meio à Segunda Guerra Mundial, numa região onde estavam estacionados contingentes que se preparavam para o desembarque na Normandia no Dia D. A experiência lhe marcaria profundamente, despertando o interesse pelos assuntos militares, no entanto, não pode servir em virtude de patologia que contraiu na infância.

1. 4. 2 A Guerra na História da Humanidade.

“A guerra não é a continuação da política por outros meios”. John Keegan polemiza a definição clássica de Clausewitz, escrevendo que o que realmente está escrito é que a guerra era a “continuação das relações políticas” “com a entremistura de outros meios” se referindo ao original alemão onde expressa uma ideia mais complexa e sutil. Afirma Keegan que o pensamento de Clausewitz está incompleto pois ele considera a existência do Estado.

Contudo, segundo Keegan, a guerra precede o Estado. A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem, atingindo os lugares mais secretos do coração humano, onde

a emoção é suprema. Afirma ainda Keegan que segundo Aristóteles o “homem é um animal político” e que Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia.

Para Keegan nem Aristóteles e nem Clausewitz ousaram enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, e que o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar. Para ele a cultura parece ser a grande determinante de como os seres humanos se comportam

Os homens, portanto, são animais culturais e é a riqueza da cultura humana que permite aceitar a indiscutível potencialidade humana para a violência, embora também acredite que sua expressão é uma aberração.

A guerra civilizada se define por dois tipos, o pacifista e o “portador legal de armas”. O “portador legal de armas” sempre foi respeitado e o pacifista passou a ser valorizado nos dois mil anos da era cristã.

Reporta-se Keegan ao interlúdio entre Cristo (pacifista) e o Centurião “o portador legal de armas”, afirmando que os dois tipos podem encontrar espaço para coexistir às vezes lado a lado, como por exemplo o militar de saúde e o combatente, fruto da cultura ocidental onde se busca o compromisso a respeito da violência pública, desaprovando sua manifestação, mas legitimando seu uso.

1. 4. 3. A Guerra como Cultura.

Apresenta pois Keegan estudo sobre quatro povos distintos: os nativos da ilha de Páscoa, os Zulus, os Mamelucos e os Samurais, onde procura demonstrar que o impulso para fazer a guerra não depende da economia e da política na sua essência mas das suas características culturais.

1. 4. 3.1 Os nativos da ilha de Páscoa.

Os nativos de Páscoa pertenciam à cultura polinésia, vivendo na Idade da Pedra do Pacífico Central, sendo uma civilização extraordinariamente aventureira, embora sem escrita, colonizou uma vasta área do Pacífico.

A sociedade era de estrutura teocrática, dava grande importância as qualidades guerreiras e o caso da ilha de Páscoa quando a sobrevivência da ilha foi posta em risco a dominação pela força tornou-se a regra levando a uma guerra endêmica que dizimou a população e a civilização da ilha, não por uma solução política mas por herança cultural, levando a cabo seu experimento mortífero de guerra total.

1. 4. 3. 2 Os Zulus.

No que se refere aos Zulus, ao contrário dos habitantes de Páscoa, foram levados pela revolução militar ocorrida em sua sociedade no início do século XIX a um confronto exagerado com a civilização ocidental.

São venerados como grandes guerreiros no percurso de sua ascensão como nação no início do século XIX até sua queda na guerra de 1879.

Embora fosse um povo polido e respeitador suas grandes querelas giravam em torno da disputa sobre o pastoreio, recurso essencial numa sociedade em que o gado era provavelmente muito importante. As batalhas tendiam a ser ritualizadas sob o olhar de jovens e velhos, começando com uma troca de insultos e terminando quando se provocassem baixas.

Existiam limites naturais e costumeiros no que se refere à violência: tendo em vista que os metais eram escassos, as armas eram feitas de madeira endurecida no fogo, atirada em vez de usada no corpo-a-corpo; e, se um guerreiro matasse seu oponente, estava obrigado a deixar o campo de batalha e submeter-se à purificação, caso contrário o espírito da vítima iria certamente trazer uma doença fatal para ele e sua família, denotando uma forte influência da cultura na forma de guerrear.

Mas esse estilo de guerrear foi substituído quando da ascensão de um chefe zulu que montou um exército de regimentos por idades selvagemmente disciplinados que travaram batalhas de aniquilação.

Esse imperialismo zulu teve conseqüentemente sua ascensão e queda, forçando o deslocamento de tribos, mas cedendo o seu espaço ao imperialismo europeu.

A cultura zulu, ao dar destaque aos valores guerreiros, ao ligar esses valores à preservação de uma economia pastoril e ao prender a energia e a imaginação dos

membros mais dinâmicas da comunidade numa servidão militar estéril até bem depois da maturidade, negou a si mesma a chance de evoluir e adaptar-se ao mundo circundante.

1. 4. 3. 3 Os Mamelucos

A servidão, de uma maneira mais intensa ou mais branda, é uma condição comum do serviço militar. Entre os zulus, ela chegou ao extremo.

Jovens não muçulmanos ao serem capturados, eram criados dentro da fé e treinados como soldados, sendo recrutados quase que exclusivamente nas fronteiras do islã. Um desses povos era os turcos que estavam em marcha para o ocidente.

Das qualidades apreciadas desses não muçulmanos estava o domínio do cavalo e das técnicas de guerra de montar. Porém tinham seus inconvenientes. Eram saqueadores insaciáveis, em reação à extrema simplicidade de suas vidas nas estepes, aceitando a escravidão militar como uma oportunidade de sobrevivência.

O califado abácida do Egito usou como ninguém esses escravos militares, fazendo-os soldados de um tipo muito especial.

Reclusos como noviços, vindo das estepes, em acampamentos monásticos, aprendiam primeiro o Corão e ao atingir a virilidade começavam a instrução em “fursiyya”, o sistema de montar, domínio do cavalo e uso de armas a cavalo, base da mestria mameluca no campo de batalha.

Contudo, essa devoção à cultura da guerra de cavalaria significaria a sua ruína ao tomarem contato com novas formas de guerrear, caindo em decadência, sendo essa distorção cultural significado sua morte.

1. 4. 3. 4 Os Samurais.

Quase ao mesmo tempo em que os mamelucos eram derrotados pela pólvora, outra sociedade militar, no extremo oposto do mundo, assegurava sua sobrevivência desafiando diretamente as circunstâncias que a ameaçavam.

No século XVI, a classe dos espadachins japoneses viu-se diante do desafio das armas de fogo, postergando por 250 anos sua dominação social.

O Ocidente descobria o Japão no século XVI, comerciando, viajando, se industrializando, passando por revoluções políticas e expandindo sua cultura cristã ocidental o que confrontou a classe dos samurais.

Esses samurais constituíam, em termos simplificados, a classe nobre e feudal do Japão, devendo suas origens à insularidade do país e as subdivisões internas.

O “estilo” era essencial ao modo de vida dos samurais – estilo nos trajes, nas armaduras, nas armas e seu manejo no campo de batalha, não se diferenciando muito em relação aos cavaleiros da Idade Média da Europa Ocidental. Mas na perspectiva cultural as diferenças eram enormes, sendo os japoneses um povo letrado com uma cultura literária e filosófica altamente desenvolvida.

Rechaçaram notadamente o cristianismo como sendo um vetor de inserção da cultura ocidental no Japão, ao trazerem para o seu país canhões e armas de fogo, acompanhando a cruz.

Houve uma adaptação momentânea a essa novidade de guerrear. O domínio estabelecido por comandantes inovadores poderia ter assegurado o predomínio das armas de fogo, mas aconteceu exatamente ao contrário, vivendo 250 anos sem ela.

A distância e a reputação militar japonesa protegeu o país por longo tempo do assédio ocidental. A China não tinha nem marinha nem a intenção de invadir o Japão.

Embora internamente divididos por classes e facções, os japoneses formavam uma única unidade cultural. A pólvora portanto, não era essencial para a segurança nacional, sendo irreconciliável com “ethos” do governo japonês. O xogunato Tokugawa era mais que uma instituição política: era um instrumento cultural.

O Japão dobrou-se ao Ocidente com a Revolução Meiji (1864) mas não deixou de manter seus laços com o seu passado cultural, demonstrando tão bem como a guerra pode ser, entre muitas coisas, a perpetuação de uma cultura.

O Ocidente presenciaria quase um século depois a saga dos camicazes do Império do Sol Nascente em seu modo de fazer a guerra.

1. 4. 4. Limitações à guerra.

A cultura da guerra sofre limitações de fatores permanentes e contingentes. Como permanentes o tempo, o clima, as estações, o terreno e a vegetação que sempre afetaram e inibiram e às vezes proibiram totalmente as operações. Como contingentes incluem-se as dificuldades de suprimento, de aprovisionamento, de aquartelamento e equipamento, que limitaram o alcance, a intensidade e a duração da guerra em muitos períodos da história da humanidade. A guerra naval ilustra bem o efeito de ambos os fatores.

Da mesma forma, a maior parte das terras do globo não possui história militar. Tundra, deserto, floresta tropical e as grandes cordilheiras são tão inóspitas para viajantes como para soldados. No total, cerca de 70% dos 150 milhões de quilômetros quadrados de terra firme do mundo são altos, frios ou secos demais para a realização de operações militares a não ser para operadores extremamente capacitados e caros demais. Algumas das grandes batalhas da história militar ocorreram bem próximas no espaço e distanciadas no tempo.

O conceito de fronteira se tornou ao longo do tempo um fator importante para o desenrolar de uma guerra posto que o “Front” é um termo que definia o último posto militar que delimitava um império do outro, uma civilização da outra. Essas fronteiras quando fortificadas serviam de defesas contra-ataques inimigos.

Se a história da guerra é tão antiga quanto a do homem, considerando fatores permanentes e contingentes e o conceito de fronteira deve-se também acrescentar a limitação também importante: trata-se de uma atividade inteiramente masculina, pois as mulheres não lutam entre si, embora lutem com os homens.

1. 4. 5 Pedra

1. 4. 5. 1 Luta e Cooperação

A dicotomia entre luta e cooperação está na origem das relações humanas. Os indivíduos cooperam ou lutam para atingirem seus objetivos, quais sejam:

sobrevivência, medo, riqueza e poder, dentre outros. Em princípio a cooperação é a norma, até para lutar, mas é o comportamento violento que via de regra compromete a cooperação levando ao caos – a guerra.

Mas a guerra está intimamente ligada à natureza humana segundo cientistas e estudiosos que concluem sobre a natureza da vontade de ir à guerra não só no que se refere ao comportamento de um indivíduo como de uma sociedade. Keegan faz reflexões a respeito de alguns povos primitivos e suas guerras, como os ianomâmis, os marings, os maoris e os astecas.

1. 4. 5. 2 Os Primórdios da Guerra

Data-se a história no momento em que o homem passou a registrar em algum material as suas preocupações no que concerne a contagem do tempo, das coisas e das relações entre si e no caso das relações mais contundentes – a guerra.

A história da guerra começa com a escrita, mas sua pré-história não pode ser ignorada, notadamente na confecção de artefatos que poderiam ser utilizados tanto para a caça de animais como para o combate.

Nessa aurora da civilização não havia segundo pesquisadores um grande abismo entre o homem e o animal. O homem era bem próximo das feras que viviam em torno dele, detendo todas as faculdades que a civilização embotou, como ação rápida, sentidos aguçados, resistência física e habilidade no uso de artefatos de pedra e ossos rudimentarmente confeccionados, tanto para a caça como para o confronto com outros homens.

Mas é somente no tempo dos sumérios que se tem as primeiras provas seguras da natureza da guerra no início da história escrita e que se pode começar a perceber os traços de uma guerra “civilizada” de grupos organizados entre si, sob a égide das necessidades humanas.

1. 4. 5. 3 Guerra e Civilização

Os sumérios, tal como os astecas, atingiram a civilização dentro das limitações da

tecnologia da pedra. Mas não são seus instrumentos – e, de qualquer forma, eles se tornaram metalúrgicos muito cedo - mas seus poderes de organização que serviram de base para sua atividade guerreira.

As civilizações hidráulicas que se fizeram às margens dos grandes rios tiveram que garantir seus excedentes e estoques de grãos dos seus inimigos.

Assim como as civilizações da Mesopotâmia e do Egito constituíram seu exército de forma permanente, pedras e paus foram cedendo lugar ao bronze e ao ferro e o uso de animais para o trato da terra como para a guerra.

1. 4. 5. 4 Fortificação

Os aurigas, condutores de carros de guerra, foram os primeiros grandes agressores da história da humanidade. Agressão, por uma reação oposta, se não sempre igual, estimula a defesa e, assim, antes de apreciar de que forma os aurigas e os povos montados que os sucederam alteraram o mundo no qual as artes civilizadas da paz tinham começado a florescer, deve-se examinar os meios pelos quais os habitantes das terras ricas buscaram se preservar do roubo e da devastação o que tinham conquistado à natureza, construindo muralhas, fossos e torres não simplesmente como um refúgio, mas como uma fortaleza.

Uma fortaleza não é um lugar simplesmente de proteção contra um ataque, mas também de defesa ativa, um centro onde os defensores estão protegidos da surpresa ou da superioridade numérica e uma base da qual podem fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre a área de interesse.

Os planejadores das fortalezas sempre buscaram, portanto, negar ao atacante um acesso fácil, se valendo dos três componentes básicos: muralha, fosso e torre, que pouco mudou desde Jericó até o advento da pólvora.

A cultura da construção de fortificações diz respeito a como essas fortalezas podem ser defendidas e servir como componente de uma defesa estratégica se bem alinhada com o conceito de fronteira.

1. 4. 6 Carne

As fortificações resistiram até certo ponto as investidas dos aurigas com seus carros e cavalos, porém povos indo-europeus, notadamente os montados das estepes foram se estabelecendo nos vales dos grandes rios por volta do segundo milênio antes de Cristo. Como disse Keegan a adoção do carro de guerra e a imposição do poder de seus condutores em todos os centros da civilização eurásiana foram episódios extraordinários.

Dependeu de muitos desdobramentos em metalurgia, carpintaria, curtimento e selaria, mas sobretudo na adaptação do cavalo para o uso em combate com carros.

O surgimento da biga como carro de guerra multiplicou a velocidade de progressão no combate que somada a habilidade de guerrear com armas adequadas como o arco composto influenciou sobremaneira a ciência e a arte da guerra.

1. 4. 6.1 O império assírio e a biga

Segundo Keegan, no auge de seu poderio, por volta do século XVIII a.C., o exército assírio revelava características que serviriam de modelo para exércitos de muitos impérios posteriores; algumas delas chegaram até os nossos dias. Entre elas, destacam-se os arranjos logísticos: depósitos de suprimentos, colunas de transportes, companhias para a construção de pontes.

O exército assírio foi o primeiro realmente de longo alcance, capaz de fazer campanhas distantes até quinhentos quilômetros da base e de avançar numa velocidade que só seria superada com o advento do motor de combustão.

A primeira batalha de bigas que se tem notícia, a de Megido, no norte da Palestina, travada em 1469 a.C. entre o faraó Tutmés III e uma confederação de inimigos do Egito liderada pelos hicsos, terminou quase que sem derramamento de sangue de ambos os lados.

Em 1294 a.C., quando Ramsés II derrotou um exército hitita em Kadesh, junto ao rio Orontes, no sul da Síria se utilizou também um grande número de bigas, mas o seu uso na forma mais desenvolvida ocorreu no auge do poder imperial da Assíria, no século

VIII a.C., quando se aprimorou a construção da biga como também se conseguiu a melhor adaptação do cavalo.

1. 4. 6. 2 O cavalo de guerra

A biga, no apogeu de sua eficácia, foi elevada em importância por um dos seus elementos constitutivos: o cavalo.

A doma, a capacidade de carga e o manejo do cavalo proporcionaram às civilizações que empregaram esse animal a capacidade de transporte, a tração e o seu uso para a guerra, observando-se a busca pela melhoria do plantel de equinos tanto em quantidade como em qualidade.

Enfim, o cavalo de guerra deu maior capacidade de movimentação às operações militares, notadamente na metade do segundo milênio antes de Cristo, com as incursões dos povos montados das estepes. Esses povos montados das estepes continuariam a ser uma ameaça sempre presente para as civilizações da Europa, do Oriente Médio e da Ásia.

Exércitos alimentados com excedentes agrícolas e limitados em alcance de manobra pelo ritmo e resistência da marcha a pé simplesmente não podiam empreender campanhas amplas de conquistas.

Os povos montados diferentemente podiam aumentar o raio de ação de suas forças com a revolução da cavalaria que aliado à cultura da vida nas estepes transformaram a conduta da guerra, fazendo dela “uma coisa em si mesma”.

Pode-se então, segundo Keegan, falar em militarismo, mesmo que abaixo do “horizonte militar”, um aspecto das sociedades no qual a mera capacidade de guerrear, rápida e lucrativamente, se tornou um motivo em si mesmo para fazê-la.

Assim se deu com os hunos, os mongóis, os árabes, os mamelucos e os cossacos, evidenciando um modo de conduzir a guerra nos moldes do estilo cultural dos povos montados das estepes.

1. 4. 7 Ferro

Keegan afirmou que a Pedra, o Bronze e o Cavalo – os principais meios utilizados na guerra, em uma época em que os Estados estavam se constituindo e sendo invadidos por povos vindos de suas fronteiras – os bárbaros – eram, por sua natureza, recursos limitados e diferentes entre si.

Necessitaria o homem de um material mais “estável” para atacar e defender – o ferro supriu essa necessidade introduzindo a “revolução da Idade do Ferro”, pois se constituía em material que podia dar uma vantagem estratégica a quem o possuísse.

Não somente para a feitura de armas, mas para a confecção de utensílios para a agricultura, transportes e a própria indústria no seu estágio mais rudimentar.

O primeiro ferro fundido foi quase certamente monopolizado por volta de 1400 a.C., mas não chegou a ser usado em larga escala. O desenvolvimento de técnicas de forjar e a capacitação de ferreiros tiveram efeitos militares variados, equipando os exércitos de impérios como o assírio e, posteriormente, os gregos, com suas falanges com lanças e escudos.

A suprida pelo ferro consegue se impor ao Império Persa, selando os destinos da história ocidental, em batalhas sucessivas como Plateia, a batalha naval de Micalé, Maratona e Salamina e com a Guerra do Peloponeso, culminando com a vitória de Esparta sobre Atenas, esgotando o sistema das cidades-estados.

Na sequência tem-se o avanço da Macedônia, primeiramente com Felipe e depois com Alexandre o Grande, iniciando o processo de helenização do Oriente Próximo e Médio sob os auspícios do ferro.

Os conceitos Gregos foram expandidos por Roma que, segundo Keegan, foi a matriz dos exércitos modernos com a Legião como protótipo do Regimento.

A Europa depois de Roma foi, pode-se dizer, um continente sem armas, mas o cavalo ganhou novo significado com a sela e o estribo no século VIII, uma combinação de couro e ferro, impulsionando os francos de Carlos Magno, com o advento da cavalaria pesada, dando relevo à ação de choque. Combateu a presença do islã na Europa (Poitiers e as portas de Viena), das estepes (Magiares) e da Escandinávia (Vikings) estes tendo aprimorado o uso de embarcações (mobilidade naval).

Pode-se analisar as conclusões de Keegan sobre a revolução do ferro, em que o seu uso pelos gregos e romanos, bem como na Idade Média era um “negócio horrível” e

sangrento, tornado pior por sua recorrência e pela coragem sanguinária.

Apesar da independência cívica dos gregos, do amor à cidadania pelos romanos e dos ideais de cavalaria da Idade Média certo primitivismo se ocultava.

A chegada da pólvora vai fazer uma revolução cultural na condução da guerra, transformando o ferro num material importante, mas acessório.

1. 4. 8 Fogo

O fogo encanta o homem, diferenciando-o das demais criaturas – o fogo o atrai.

As tochas e archotes espantaram as feras, as fogueiras cozeram alimentos, o fez reunir em torno dela para deliberações, o fogo afastou o medo da escuridão mas subjugou outros homens. O fogo é portanto para o homem quase divino e é uma arma muito antiga.

Os babilônios já o utilizavam em campanha sob a forma de nafta. Abraão iludiu seus inimigos amarrando tochas em bodes e cabras. O “fogo grego” era usado pelo exército do Império Bizantino enquanto os chineses descobriam a pólvora do século XI.

Ao se dar uma aplicação prática para a pólvora, notadamente no sentido militar iniciou-se a revolução do fogo na condução da guerra. O surgimento dos primeiros artefatos de lançamento de objetos por intermédio da pólvora gira por volta do início do século XIV.

Os primeiros canhões foram utilizados nos sítios às fortalezas (fogo x pedra), constatando-se o uso desses vetores na tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, findando a Idade Média.

Os franceses, ao atrelarem os canhões a carroças, deram mobilidade ao fogo em 1494. Valendo-se das plataformas navais formou uma combinação perfeita pois um navio podia sustentar seu peso e recuo, bem como armazenar uma boa quantidade de munição, fazendo a primeira projeção de poder sobre a terra vinda do mar.

O domínio otomano do Mar Mediterrâneo foi confrontado com sucesso na batalha de Lepanto, em 1572.

As frotas artilhadas com canhões contribuíram para a expansão marítima e comercial europeia com Portugal, primeiro Estado Nacional centralizado, como pioneiro.

As fortificações (Pedra), tiveram que se amoldar a nova arma, redesenhando a defesa

das fortalezas sob a forma de bastiões angulados (traça italiana).

O fogo do canhão passou a ser individualizado com o arcabuz e o mosquete a nova artilharia ficou capilarizada nas mãos de combatentes individuais capazes de lançar projeteis a curta e média distâncias. O arco, a espada e a lança tiveram que dividir o espaço com o mosquete na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

O emprego do combatente a pé, a cavalo, a bordo de navios, nas fortalezas e com artilharia passou a ser estudado e academias militares como a de João de Nassau, introduzindo a didática no combate.

O fogo contribuiu para a Revolução Comercial empreendida pelos portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, subjugando o Oriente ao Ocidente, acompanhando os ideais das Revoluções Francesa e Americana.

O fogo otimizado pelas Primeira e Segunda Revoluções Industriais impactou as Guerras Balcânicas de 1912-1913, determinando recuo do Império Otomano, colaborando para criar o ambiente geopolítico que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Guerra Civil Americana (1861-1864).

No Armagedom da Grande Guerra – Pedra, Carne, Ferro e Fogo, foram otimizados pelo avanço da Era Industrial, levando esses elementos mais longe no mar, na terra e no ar, interligando-os com o telégrafo, o rádio, as estradas de ferro, estendendo as linhas de comunicações e suprimentos, impulsionados pelo motor a combustão e o petróleo, culminando no fogo aterrorizador da Era Nuclear.

1. 4. 9 Conclusão.

Keegan faz uma abordagem da forma de condução das guerras, apoiada na história cultural das sociedades desde os períodos pré-históricos, Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea.

Questiona porque o homem faz a guerra e coloca a cultura como a grande determinante de como os seres se comportam, afirmando que a guerra é quase tão antiga quanto o homem, atingindo os lugares mais profundos do coração humano.

Polemizou Clausewitz sobre a interpretação comum de que a guerra é continuação da política por outros meios, dizendo que o que está realmente escrito é “continuação das

relações políticas com a entremistura de outros meios”. Aborda a dicotomia entre o homem portador legal de armas e o pacifista.

Apresentou um relato sobre quatro povos como exemplo; os nativos de Páscoa, os Zulus, os Mamelucos e os Samurais, sobre suas ascensões e declínios como sociedades guerreiras, suas qualidades e defeitos.

Toca as limitações da guerra – permanentes e contingentes e ainda sobre os elementos que conduziram os homens e as sociedades – Pedra, Carne, Ferro e Fogo associado ao modo com evoluiu a condução da guerra.

2.1 Princípios de Guerra

2.1.1 A Natureza e as Características dos Conflitos

Os Estados, muitas vezes, envolvem-se em conflitos com outros Estados, com vistas à conquista e manutenção de Objetivos Nacionais. Em outras oportunidades, o conflito envolve o Estado contra grupos nacionais ou estrangeiros dos mais variados matizes e motivações, que contestam a autoridade do governo e tentam impor seu interesses à maioria pela força.

A solução desses conflitos pode ocorrer por meio da persuasão – forma não violenta, utilizando processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos – ou por meio da coerção – forma violenta, utilizando a capacidade de coagir do Poder Nacional e abrangendo desde o emprego dos meios diplomáticos até a guerra declarada.

Clausewitz assim define a guerra: "nada mais é que um duelo em grande escala ... um ato de violência que visa a compelir o adversário a submeter-se à nossa vontade". Preconiza o uso ilimitado da força física, impiedosamente, sem se preocupar com o derramamento de sangue considerado e não excluindo de modo algum a colaboração da inteligência, para atingir o objetivo final da guerra em si, desarmar o inimigo, submetendo-o à nossa vontade e destruí-lo. Entretanto, subordina a guerra ao objetivo político, já que é seu motivo original e, sendo assim, determina tanto a finalidade da

força militar quanto ao esforço a ser realizado, explicando-se o porquê de haver guerras de todo o tipo e de vários graus de intensidade, desde a guerra de extermínio ao mero emprego de um exército como observador.

Para Clausewitz a guerra não é meramente um ato político, mas também um autêntico instrumento político, uma continuação de negociações políticas, a realização destas por outros meios. Define ainda, de forma muito clara, o quanto a natureza da guerra influencia seus meios e fins: "o poder militar deve ser eliminado, vale dizer, reduzido a tal estado que não possa haver prosseguimento da guerra. Este é o sentido que desejamos ser entendido daqui por diante, sempre que usarmos a expressão "destruição do poder militar do inimigo". O território deve ser conquistado pois além de seus limites uma nova força militar pode ser organizada mesmo quando se teve sucesso com os dois elementos anteriores, ainda assim a guerra, através do sentimento de hostilidade e da ação dos órgãos inimigos, não pode ser considerada como finda, enquanto a vontade do inimigo continuar subsistindo".

As teorias de Clausewitz sobre a guerra, que caracterizam a guerra total, foram colocadas em prática a partir da Guerra de Secessão americana e ao longo do século XX, resultando na criação de armas de destruição em massa de potencial cada vez maior e de maior abrangência, culminando com o bombardeio atômico ao Japão no final da Segunda Guerra Mundial. Determinou também a pragmática estratégia de tomada do poder definida pelo Movimento Comunista Internacional, segundo a qual os fins justificavam os meios, produzindo quase cem milhões de mortos ao longo do século XX, em nome de uma revolução mundial.

Quincy Wright afirma que a guerra é um problema que pode ser atribuído a quatro tipos de mudanças: a redução das distâncias no mundo; a aceleração da História; o progresso nas invenções bélicas; e o advento da democracia, definindo-a como um conflito simultâneo de forças armadas, de sentimentos populares, de dogmas jurídicos, de culturas nacionais.

Finalmente, recorreremos ao Gen Obino Lacerda, que faz uma análise cuidadosa de várias definições para concluir: "notamos que o fenômeno se realiza entre grupos organizados e que possui um caráter de violência capaz de atingir a selvageria. Em continuação, verifica-se que ela se destina a forçar um dos adversários a submeter-se à

vontade de seu oposto. Também se conclui que ela é submetida a métodos e processos que lhe dão organicidade ou estrutura própria, como fenômeno coletivo; que ela tem limites temporais, com um desencadeamento oportuno, que caracteriza o início do estado de guerra e com um término, submetido a regras jurídicas, definido pelos tratados de paz. Finalmente se constata que a guerra, envolvendo dois grupos opostos, não limita a participação dos indivíduos e dos Estados, se realiza com simultaneidade, englobando as forças armadas, os sentimentos populares, os dogmas jurídicos e as próprias culturas".

Maquiavel maximiza a importância do poder militar como instrumento de garantia do poder político e aconselha aos governantes: "deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda. E é ela de tanta virtude, que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como também muitas vezes faz os homens de condição privada subirem àquele posto; ao contrário, vê-se que , quando os príncipes pensam mais nas delicadezas do que nas armas, perdem o seu Estado".

Maquiavel, considerando a realidade de sua época, ao contrário do que se evidencia no pensamento de Clausewitz, subordina a política à guerra. Posicionamento típico das antigas civilizações, de Estados militarizados, de Estados sob constante condição de beligerância ou de regimes totalitários típicos do século XX.

Portanto, o conceito de guerra, e ela em si, é mutável. Conforme Alvin e Heidi Toffler (War and Anti-war, 1993), "quando surge novo tipo de economia, com todas as circunstâncias concomitantes, sociais e culturais, muda também a natureza da guerra". Assim, a revolução agrária de 10 mil anos atrás, que lançou a Primeira Onda de transformações econômicas e sociais da história humana, introduziu a guerra da Primeira Onda.

A guerra da Primeira Onda foi caracterizada por ataques "hit-and-run", com ações visando a resultados específicos, seguidos de recuo rápido - pequenos ataques - e violência cara-a-cara, o confronto direto. Os camponeses, tipicamente, não lutavam por uma nação, mas por um líder militar supremo que os remunerava, geralmente, apenas com alimentação. Os soldados travavam a maioria dos combates no inverno,

quando não eram necessários na lavoura. As campanhas eram de curta duração. A organização era imprecisa, nivelada, com características de rede. A coesão das unidades era sólida, com membros da família freqüentemente lutando lado a lado. A comunicação entre si era principalmente por contato pessoal. Os homens lutavam pela "honra" de macho, para mostrar coragem. A guerra era pessoal. Mesmo quando compartilhavam uma religião ou ideologia fanática, muitas unidades militares eram subornáveis e podiam mudar de lado.

A história apresenta numerosas exceções ao padrão genérico, mas essa foi de fato, por milhares de anos, a forma predominante de guerra em todo o mundo.

A revolução industrial, segunda grande onda de mudanças sociais e econômicas da história, trouxe consigo uma forma de guerra totalmente nova: a guerra da Segunda Onda. A era da máquina criou a metralhadora. A produção em massa tornou possível a destruição em massa. O recrutamento criou exércitos massificados. A tecnologia padronizou o armamento. Soldados e oficiais receberam treinamento. A organização tornou-se burocrática. O controle passou a ser feito de alto a baixo, por graduações sucessivas de oficiais. Os sistemas de armas ficaram cada vez maiores e mais letais - porta-aviões, formações blindadas, frotas de bombardeiros, mísseis nucleares.

Depois de sua derrota no Vietnã, contudo, as forças militares dos EUA, paralelamente à economia, afastam-se da fabricação em massa, começam a desenvolver a nova forma de guerra da Terceira Onda, que se afastou das antigas concepções industriais sobre a guerra em massa. Tanto a economia quanto as forças militares necessitaram de uma vasta infra-estrutura eletrônica.

A guerra da Terceira Onda, depende menos da ocupação territorial e mais da "supremacia da informação". Esta supremacia pode significar importar e destruir o sistema de comando e controle do inimigo ou seus equipamentos de radar e vigilância. Mas requer também conhecermos mais sobre o adversário do que ele sabe sobre nós. Significa privá-lo de "olhos e ouvidos" - tecnológicos e humanos - e significa supri-lo de informações que enganem seus planejadores e modelem suas suposições estratégicas, para tirar proveito dos erros deles.

Significa também, dar mais destaque à "guerra de nichos" - operações especiais, aviões-robôs, armas inteligentes, miras de precisão, forças de reação rápida e

"coalizações profundas" que vão além de um conjunto de nações, incluindo corporações, organizações religiosas, organizações não-governamentais e outros parceiros, visíveis ou encobertos.

“Acima de tudo, a guerra da Terceira Onda, exige uma profunda reestruturação dos serviços de inteligência, distanciando-se do destaque dado pela Segunda Onda ao caráter de massas" (Alvin e Heidi Toffler em "A Guerra da Terceira Onda", O Estado de São Paulo, Internacional, A 20 de 14 OUT 2001).

Como se observa, modifica-se o conceito de guerra conforme evoluem os Estados e suas instituições. Assim, se, por um lado, o predominante pensamento liberal e a disseminação da democracia no mundo, no início do século XXI, subordinam a guerra aos interesses políticos, pressionados estes pela força da opinião pública, pela força da mídia e de órgãos não-governamentais, em oposição, a subordinação da guerra à religião mesclada aos interesses políticos, já verificado em outras épocas, renasce sob forma muito perigosa, aliando-se a regimes teocráticos, sob a égide do fundamentalismo islâmico, para promover a jihad, a guerra santa islâmica.

2.1.2 Fundamentos da Arte da Guerra

Doutrina Militar: São as maneiras pelas quais uma força militar é organizada, equipada, instruída, empregada e desenvolvidas suas forças morais da guerra. (o porquê lutar ou instruir-se. Ou, a convicção na justiça da causa pela qual se luta). Uma Doutrina Militar se desenvolve em cinco campos:

Ciência da Guerra

Organização

Equipamento

Instrução e preparo para a Guerra

Desenvolvimento das Forças Morais

2.1.3 Os Princípios de Guerra

Princípios de Guerra são normas básicas de procedimento, consagradas pela experiência, que visam ao sucesso na condução da guerra.

Eles devem ser simples e baseados no bom senso. Não obstante, sua aplicação tem se revelado uma das artes mais difíceis. Em cada operação, o comandante tem que decidir quais os princípios que vai privilegiar, em detrimento de outros.

Embora não sejam regras fixas a serem aplicadas rigidamente, é estudando e meditando sobre eles que os chefes militares encontram inspiração para conceber a manobra e conduzir as operações.

A forma com que são apresentados e a interpretação que se lhes dá têm variado ao longo dos tempos e, também, em função de fatores culturais e do tipo das experiências e das idiossincrasias próprias de cada força.

Princípio do Objetivo

Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível. Este princípio é fundamental para o sucesso das operações. Sem um objetivo claramente definido e sem a subordinação das ações à sua conquista, os demais princípios tornam-se sem sentido.

Princípio da Ofensiva

Obtenha mantenha e explore a iniciativa das ações. O uso continuado de posturas ofensivas frente ao inimigo permite: tirar vantagem de suas falhas; retê-lo na defensiva, negando-lhe a ofensiva; negar-lhe liberdade de ação; e abater seu moral.

Princípio da Manobra

Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate. A finalidade da manobra é dispor os meios de tal maneira que coloque o

inimigo em desvantagem relativa e, assim, atingir os resultados que, de outra forma, seriam mais custosos em homens e material. O sucesso da manobra exige flexibilidade de organização, apoio logístico adequado, e comando e controle eficientes.

Princípio da Massa

Emasse um poder de combate esmagador no momento e local decisivos. Os meios devem ser concentrados para que se possa obter superioridade decisiva sobre o inimigo, no momento e local mais favoráveis às ações que se tem em vista. Consegue-se essa superioridade pelo aumento da qualidade, da quantidade e da eficiência dos meios empregados.

Princípio da Economia de Forças

Empregue todo o poder de combate disponível, da maneira mais eficaz possível; destine o mínimo indispensável de poder de combate a ações secundárias. Consegue-se a economia de forças com distribuição e uso judicioso e balanceado de meios, evitando-se a dispersão, ou o desgaste de segmentos destes em ações secundárias, economizando-os para, no momento oportuno, concentrá-los contra o inimigo.

Princípio da Unidade de Comando

Para cada objetivo, certifique-se de obter unidade de comando e unidade de esforços. A unidade de comando é caracterizada, primordialmente, pela atribuição da autoridade a uma só pessoa, ou seja, a pessoa do Comandante. Além disso, uma eficiente Unidade de Comando requer: cadeia de comando bem definida, com precisa e nítida divisão de responsabilidade; sistema de comunicações adequado ao exercício do comando, quaisquer que sejam as circunstâncias.

Princípio da Segurança

Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada. A Segurança tem por finalidade negar ao inimigo o uso da surpresa, impedir-lhe que interfira, de modo decisivo, em nossas operações e restringir-lhe a liberdade de ação nos ataques a pontos sensíveis de nosso território ou às nossas forças. É indispensável a obtenção de informações oportunas e precisas sobre o inimigo. É fundamental a existência de doutrina e mentalidade de contra-informação, estabelecidas desde o tempo de paz.

Obs.: a segurança também é obtida pelo dispositivo adotado nas operações e pelo emprego de uma reserva de valor compatível com as forças em operações.

Princípio da Surpresa

Atinja o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado. Com a surpresa procura-se infligir ao inimigo o máximo de danos, com um mínimo de perdas para as próprias forças. A surpresa absoluta não é necessária. É suficiente a surpresa relativa, isto é, que o inimigo só perceba a situação tarde demais para uma reação eficiente. A obtenção da surpresa depende de: originalidade, audácia nas ações, velocidade de execução, sigilo e dissimulação de intenções.

Princípio da Simplicidade

Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento.

3. HISTÓRIA MILITAR E ESTRATÉGIA

3.1 Estratégia Militar

Estratégia, no sentido restrito do termo, se refere ao estudo do emprego dos meios de força, particularmente militares, para alcançar objetivos do Estado. Os conceitos e cientificidade do estudo de estratégia não devem descuidar do espaço-tempo, da perspectiva histórica e geográfica em que as instituições, fatos e acontecimentos se inserem.

Sua origem na Grécia Antiga deve-se aos estrategos, onde os chefes militares procuravam dispor seus exércitos no terreno a fim de derrotar o inimigo. Aos poucos os ensinamentos colhidos começaram a servir de ensinamento aos chefes militares, surgindo diversas definições de autores que variam de Sun Tzu a Raymond Aron, passando por Clausewitz, Jomini, Liddell Hart etc.

Ainda sobre a Antiguidade, cabe ser citado Flávio Renato Vegécio, cuja obra, embora abarque muito mais aspectos sobre formação, treinamento e emprego de tropas, traz conceitos sobre estratégia que influenciam até hoje o pensamento militar ocidental, como por exemplo a aplicação da Dissuasão, exemplificada pela sua célebre frase, “se queres a paz, prepara-te para a guerra.”

A interdisciplinaridade abrangendo diversas ciências sociais e exatas e a dinâmica política abrangem os campos do conhecimento que tangenciam a estratégia. Os estudos sobre estratégia buscam entender, analisar e explicar o conhecimento sobre os conflitos, formulando teorias estabelecendo um sistema lógico que reflitam a dinâmica entre os conflitos e a sociedades nas que eles têm lugar.

Neste aspecto, a subordinação política da força é a pedra fundamental do entendimento ocidental do que sejam a legitimidade e os limites do emprego da força.

No estudo de Estratégia, a História Militar é percebida, relatada e usada por meio de ferramentas qualitativas e quantitativas, permitindo extrair dos eventos históricos informações e percepções que instruem o processo analítico e ampliem a gama de conhecimentos disponíveis para a análise e compreensão do fenômeno bélico. Isto permite, neste enquadramento de conhecimento científico, se aproximar das obras que

fundamentam o entendimento ocidental sobre a guerra, orientando a percepção de seu conteúdo e dos seus autores.

Com a ampliação do envolvimento do Estado na guerra, envolvendo variadas expressões do poder nacional, as conceituações de estratégia passaram a contemplar aspectos mais amplos, como exemplifica a definição de Maquiavel da “aplicação do poder do Estado para atingir os objetivos definidos, os propósitos do Estado”. Com as variações aparecidas ao redor do tempo, entretanto, se observam as vertentes de encarar a Estratégia em termos de “pensar a guerra” ou “fazer a guerra”, mas sempre com ênfase na ação do Estado em busca dos seus interesses.

O termo estratégia como o conhecemos hoje acaba então sendo um produto do final do século XVIII e início do século XIX, pois antes se utilizava o termo “Arte da Guerra”.

No século XIX, dentre os principais pensadores sobre estratégia encontramos Jomini e Clausewitz, contrastantes em alguns aspectos, mas complementares aos estudiosos modernos da estratégia terrestre.

Na questão da guerra no mar e do poderio naval. O mais influente pensador é o Almirante Alfred Thayer Mahan, da Marinha dos EUA, que trouxe o conceito de “poder marítimo” ao debate político-estratégico, cuja inspiração é ligada à obra de Jomini. Seu contraponto pode ser encontrado em Julian Stafford Corbett, escritor de assuntos navais que buscou integrar a teoria de Clausewitz ao estudo da guerra no mar.

O uso militar do espaço aéreo pela aviação, ao contrário da experiência milenar da guerra terrestre e naval, teve de basear-se em concepções, esperanças e tendências baseadas em avanços tecnológicos por vezes ainda não viáveis quando do aparecimento das primeiras aeronaves. A experiência da 2ª GM veio trazer bases mais sólidas para o desenvolvimento destes aspectos, com o emprego de conceitos de bombardeios estratégicos, combinação de emprego de blindados e aviação em pontos específicos e emassados e outros. Mesmo antes desse emprego, Giulio Douhet, Oficial de Artilharia italiano, já tratava da questão da superioridade aérea em termos estratégicos em sua obra “O domínio do ar”. A aplicação do contraponto a suas assertivas se mostrou realizável coma defesa aérea britânica.

O emprego combinado de aviação e blindados, elaborado por Guderian na sua 'blitzkrieg' também contrastaria com as observações de Douhet sobre a supremacia da

aviação como emprego estratégico.

O estudo dos pensadores estratégicos e seus conceitos é importante para embasar esta percepção de encadeamento de conceitos no espaço geográfico e cronológico.

No seio do domínio militar, a Estratégia também apresenta o duplo aspecto, teórico e prático. Toda prática é conduzida com base em leis, princípios e métodos estabelecidos pela teoria, e o extraído da prática enriquece a teoria, em um ciclo continuado.

Em uma análise cultural, ressalta-se modernamente o aspecto das culturas estratégicas, definidas como “um conjunto de atitudes e crenças preferidas no seio de uma instituição militar, a propósito do objeto político da guerra e do método estratégico e operacional o mais eficaz para atingi-lo.” (COLSON, Bruno). Assim identifica-se que a racionalidade estratégica pode ser diferente segundo as diversas épocas., com influências culturais, geográficas, políticas e historiográficas. Como cada sociedade vê a guerra, por exemplo, e como enxerga a si própria também se torna um fator a ser considerado.

Os limites da abordagem estratégica com base na cultura passam por questões de unidade teórica e diversidade cultural, mas também não deve ser encarada como um fator determinante, mas contribuinte para a formulação de estratégias. Mesmo assim, pode-se perceber uma cultura estratégica diversificada entre países, variando no tempo e no espaço, como por exemplo a chinesa, japonesa, romana, bizantina, norte-americana, russa, francesa, alemã etc.

Os Estudos Estratégicos apresentam-se, dessa maneira, como importante ferramenta para a compreensão da dinâmica social em que se inserem os conflitos, sua relação com a sociedade, Estado e Forças Armadas, e para a formulação de políticas de Defesa Nacional com bases geo-históricas.

UNIDADE DIDÁTICA II – HISTÓRIA MILITAR GERAL

1. GUERRAS DO SÉCULO XIX

1.1 Napoleônica

1.1.1 Dados Biográficos

Napoleão Bonaparte nasceu em Ajácio em 15 de agosto de 1.769. No ano anterior, a Córsega passara ao domínio da França pelo tratado firmado entre a República de Gênova e o rei Luís XV. Nasceu, portanto, legalmente francês, mas conservou o sentimento nativista corso durante a juventude.

Segundo filho de uma família de 12 irmãos, dos quais oito chegaram à idade adulta (cinco homens e três mulheres), eram seus pais Carlos Bonaparte e Letizia Romalino.

Sua mãe, uma autêntica *mamma* italiana, alternava doçura maternal com energia e rigor na educação dos filhos. Sóbria e econômica, conduzia a casa com austeridade e diligência.

O pai, bem apessoado e extrovertido, era um tanto boêmio. Descendente de uma família da pequena nobreza da Lombardia, estudou Direito em Piza e em Roma, chegando a praticar a advocacia por algum tempo, em Ajácio. Hábil no jogo político, logo se viu atraído pelas idéias do patriota corso Paoli, envolvendo-se nas lutas pela independência. Quando, porém, firmou-se o controle francês sobre a ilha, falou mais alto sua ambição política: transferiu sua lealdade à França e iniciou promissora carreira na administração local, que culminou com a indicação para representar a sua província em Paris, como deputado à Assembléia dos Nobres. Por essa época, tornara-se amigo de Marboeuf, governador da Córsega, com quem conseguiu bolsas de estudos para os seus filhos mais velhos: José para o Colégio de Autun e Napoleão para a Escola Real Militar de Brienne.

Brienne era uma das 12 escolas militares fundadas em 1.776, por iniciativa do Conde de Saint-Germain, ministro da Guerra de Luís XVI, para educar os filhos da aristocracia francesa. Dirigida por frades menores da Ordem de São Benedito (ao tempo em que a Igreja estava ligada ao Estado, as escolas públicas eram entregues ao saber e ao zelo

de religiosos), exigia dos candidatos à matrícula provas de ascendência nobre.

Comprovada sua origem, Napoleão ingressou em Brienne com 10 anos de idade. Bolsista pobre entre colegas ricos, franzino e falando mal o francês, reagiu ao ambiente hostil tornando-se taciturno e pouco sociável. Seu nome soava estranhamente aos ouvidos dos seus colegas que, na tentativa de afrancesá-lo, pronunciavam *Napailoné*, com acento tônico na última sílaba. Seus colegas logo o apelidaram de “la paille au nez” (a palha no nariz), despertando nele reações coléricas. Porém, à medida que o tempo passava, o pequeno corso foi se impondo, graças à sua personalidade forte e decidida. Dizem alguns que os grandes homens nem sempre foram bons estudantes. Napoleão foi excelente aluno em Matemática, apaixonadamente devotado em História e Geografia, mas desinteressado em Gramática e Latim. Após cursar por cinco anos a Escola de Brienne, foi transferido para a Escola Militar de Paris, renomado estabelecimento pelo rigor do ensino e pelo luxo das instalações. Aluno de Laplace (1.749-1827), famoso astrônomo e matemático, foi por este classificado em primeiro lugar entre os candidatos à Artilharia; porém, no conjunto da turma, logrou apenas um modesto 42º lugar num universo de 48 colegas. Ao término do curso em Paris, foi nomeado 2º tenente de Artilharia e classificado no Regimento de La Fère, em Valença, no vale do Ródano.

É interessante assinalar que até então o jovem tenente não tivera qualquer formação profissional apreciável. Em Brienne, escola militar quase que exclusivamente no nome, ministraram-lhe apenas alguns exercícios de evolução em conjunto e regulamentos gerais. Na Escola Militar, salvo pelas aulas de equitação e de esgrima, ensinava-se mais literatura, história, matemática e outras disciplinas, algumas até mundanas, como dança e comportamento em sociedade, em detrimento dos assuntos profissionais.

É no Regimento La Fère de Artilharia que o jovem Buonaparte toma contato com o serviço da peça, as funções de cabo e de sargento, e freqüenta, na escola regimental, aulas de geometria e de aplicação das ciências à arte militar, em particular à artilharia e às fortificações. Vivia-se, no exército francês, um momento particularmente interessante para os artilheiros. Os prussianos e os austríacos haviam separado a artilharia de sítio da de campanha, mas foi o Gen Gribeauval quem aperfeiçoou o material desta última, diminuindo o peso e aumentando a maneabilidade das peças e de seus acessórios.

Surgia, verdadeiramente, a artilharia a cavalo, capaz de acompanhar a cavalaria e que Napoleão iria empregar, mais tarde, com maestria.

Napoleão não era bonito, Pequeno, magro e um tanto desajeitado, somava a uma aparência desinteressante um temperamento seco e pouco amável que desestimulava aproximações. Não obstante, galvanizou multidões com sua sensibilidade para aplicar, instintivamente, técnicas de psicologia das massas de forma magistral. Pessoalmente, impunha-se por seu olhar frio e por um conjunto raro de qualidades, como inteligência, memória, presença de espírito e por uma personalidade forte e dominante. Dotado de uma invulgar capacidade de trabalho e de concentração, processava mentalmente uma quantidade enorme de dados e de informações, chegando rapidamente a soluções adequadas para problemas complexos. Esse conjunto magnífico de atributos iria transformar sucessivamente, num prazo de pouco mais de duas décadas, o tímido bolsista de Brienne em oficial do rei, revolucionário de Toulon, general vitorioso na Itália, demolidor da frágil república do Diretório, cônsul único e vitalício, imperador e vencedor de dezenas de batalhas memoráveis para ser, finalmente, esmagado pelo inverno russo e derrotado em Waterloo por um general apenas bom.

Construindo sua glória à custa dos monarcas europeus, que viam nele o usurpador de uma posição que, por direito divino, devia caber apenas às castas dinásticas hereditárias, acabou por levantá-los todos contra a sua pretensão de formar uma federação de estados europeus, uma espécie de União Européia, afinal estabelecida na segunda metade do século XX.

Ao fim e ao cabo, Napoleão entrou para a história aureolado de glória, mas manchado de sangue que o martírio de Santa Helena não foi capaz de redimir.

O fulgor das vitórias napoleônicas tem ofuscado a apreciação da sua obra administrativa. Seu governo sob o Consulado foi dos mais ricos em realizações, mesmo considerando o conjunto da História da França. Muitas delas perduram até hoje, como certos princípios do Código Civil, incorporados à legislação de países ocidentais, entre os quais o Brasil.

Napoleão legou à França quadros administrativos e jurídicos de excelente qualidade e que assim ainda se conservam. Criou o Tribunal de Contas e o Banco de França, atribuindo a este o monopólio de emissão da moeda. Reorganizou a administração

pública nos seus diferentes níveis, assegurando a continuidade de ação em amplitude nacional. Aperfeiçoou a educação, popularizando o *baccalauréat*, exame a que até hoje se submetem os concludentes do ensino médio, realizado nos excelentes *lycées*. Instituiu a Legião de Honra, respeitada instituição venerada pelos franceses, e propôs a Concordata ao Papa Pio VII, eliminando o cisma da Igreja Católica na França e neutralizando um dos argumentos dos realistas para a restauração da monarquia Bourbon.

Porém, sua obra de maior repercussão continua sendo o Código Civil, primeiro estatuto dessa natureza na Idade Moderna, que regulou as relações sociais, profundamente alteradas pela Revolução Francesa. Do ponto de vista meramente técnico, a elaboração desse diploma coube aos juristas, mas nela a influência de Napoleão foi decisiva, não apenas impulsionando a redação do texto (das 84 sessões do Conselho de Estado para tratar do assunto presidiu 36), mas sobretudo fazendo nele incluir suas idéias. Portanto, é justo haver esse portentoso trabalho passado à História como Código Napoleônico.

O entusiasmo popular com a Concordata e a paz com a Inglaterra, assinada em Amiens em 1.802, abriu a Bonaparte a possibilidade de tornar-se Cônsul vitalício, com a faculdade de indicar seu sucessor. Assumia assim as prerrogativas de um monarca cabeça de dinastia, faltando apenas a coroa, que a conspiração de Cadouval e o fuzilamento do Duque d' Enghien, em breve dar-lhe-iam. Com efeito, em maio de 1.804, um *senatus consulto* promulgava a 6ª Constituição da França em 13 anos, a qual criava o Império e cujo bicentenário ocorre neste ano. Bonaparte, gerado para a notoriedade no ventre da Revolução, não poderia adotar os títulos da monarquia Bourbon. Fez-se Imperador dos franceses e não da França como os monarcas que o precederam, assinalando assim que o título que assumia provinha do povo.

A Revolução, choque de forças políticas levado ao paroxismo da violência, teve no Consulado, e teria agora no Império, a sua negação. A continuação desse processo viria a ser a restauração da monarquia, para cuja deposição tanto sangue fora derramado.

O furor revolucionário abalara todas as estruturas nacionais francesas. O sistema militar da monarquia foi severamente afetado, a despeito da simpatia que parcelas significativas do exército tinham pelos ideais nacionalistas, patrióticos e libertários. Os

oficiais do *ancien regime* oriundos da nobreza ou foram executados ou tiveram que emigrar para não morrer. Poucos permanecerem na França, assim mesmo sujeitos à humilhação do meio-soldo e da designação para funções subalternas.

Mas a Revolução precisava de uma força militar capaz de garantir sua continuidade. Urgia substituir o velho exército de profissionais por outro de voluntários, o que exigia profundas modificações na organização e no emprego da tropa.

A primeira grande modificação ocorreu nos efetivos. A idéia de *nação em armas* inaugurava o conceito moderno de *guerra total*, a guerra nacional que mobiliza todos os recursos do país que se façam necessários. O voluntariado em massa, resposta ao brado de *la nation en danger* lançado pelo Diretório, permitiu a constituição, já em 1.794, de um exército de 750.000 homens. Esse enorme contingente deveria compensar pela quantidade o que lhe faltava em qualidade. Às deficiências individuais de instrução e treinamento opunham os revolucionários o patriotismo, noção relativamente nova, e o ardor cívico que os franceses chamam de *élan*, uma das causas da tremenda carnificina verificada na I Guerra Mundial. E essas imensas massas humanas eram entregues a jovens alçados instantaneamente dos postos inferiores da hierarquia ao generalato.

Tão graves deficiências de treinamento e de comando acabaram obrigando mudanças nas operações militares para compensá-las. Até o século XVIII, o objetivo das operações de guerra era colocar o inimigo, por uma série de marchas e contra-marchas, em posição insustentável. Portanto, a manobra visava dar o cheque-mate no adversário. A tática revolucionária, baseada nos grandes efetivos, ignorava a conjugação do fogo com a manobra (que seus inexperientes generais não sabiam realizar) e tinha como objetivo a destruição das forças oponentes. Os chefes revolucionários evitavam, portanto, a batalha planejada e conduzida, substituindo-a por uma espécie de combate de encontro, na esperança de que o *élan* lhes garantisse a vitória.

1. 1. 2 A Guerra Napoleônica

No cenário militar pós-revolução que esboçamos é que Napoleão vai realizar suas prodigiosas façanhas guerreiras, valendo-se dos instrumentos disponíveis. Na realidade, ele nada inventou em matéria de arte da guerra, salvo a criação dos *corpos de exército*, nível de coordenação e controle intermediário entre o general e os comandantes divisionários. Na verdade, a série brilhante de vitórias que conquistou deve-se a alguns poucos princípios, genialmente empregados. Nem mesmo quanto ao aperfeiçoamento do material sua contribuição foi significativa, não obstante seu interesse pelas ciências exatas que lhe valeu um assento no Instituto de França. Desprezou a máquina a vapor como meio de propulsão, classificou o submarino como engenho sem futuro, desinteressou-se dos aeróstatos como observatórios e deu pequena extensão às linhas telegráficas.

Para Napoleão, a arte da guerra é simples e toda de execução. A dificuldade está em executá-la corretamente, pois não se pode aprendê-la em tratados, como as ciências, mas apenas no estudo dos grandes capitães e na experiência individual. Como toda arte, depende muito da inclinação pessoal para bem dominá-la. Ao assumir o comando do exército da Itália, aos 27 anos de idade, sua experiência de guerra era pequena, mas seu gênio militar já desabrochava, fortalecido por meditadas leituras dos clássicos da História.

Não se pode falar propriamente num sistema de guerra napoleônico, mas numa maneira peculiar de agir, segundo princípios inteligentemente observados. O primeiro é a iniciativa para impor ao adversário o local do combate e para obrigá-lo a expor sua idéia de manobra. Os outros são a rapidez nos deslocamentos e nas mudanças de dispositivo, de modo a obter a surpresa e a concentração do máximo de força no ponto decisivo, concentração esta obtida com a economia de meios nos setores secundários do campo de batalha.

Todos esses princípios são familiares a qualquer oficial de estado-maior. Porém, empregá-los com o fulgurante sucesso colhido por Napoleão em suas campanhas é privilégio dos gênios.

Outro aspecto a salientar na forma de Napoleão fazer a guerra é a sua preocupação com o que chamava de *linha de operações*, corredor por onde fluíam os suprimentos e evacuavam-se os feridos. Por ela seria também executado o retraimento, em caso de

insucesso.

A esses princípios cumpre acrescentar a ação psicológica que exercia sobre a tropa amiga, e também sobre o inimigo (guerra psicológica). Utilizando habilmente proclamações, recompensas, proximidade com seus comandados e exemplos de bravura quando necessário, criava devoções e lealdades, mesmo diante das mais penosas e perigosas situações. Quanto ao inimigo, ora aparentava mais força do que realmente tinha, ora fazia o inimigo supô-lo fraco e inclinado à retirada, além de utilizar outros expedientes, como espalhar boatos e empregar espiões.

As manobras napoleônicas adequavam-se às circunstâncias, sempre cuidadosamente avaliadas. Numa tentativa de esquematização, os analistas costumam distinguir dois tipos bem característicos:

- a manobra sobre a retaguarda do inimigo para cortar-lhe as comunicações com a sua base, levando-o a uma batalha de frente invertida, como em Ulm, na campanha de 1.805, e em Lena, na de 1.806;

- a manobra em posição central, que poderia ocorrer por golpe ofensivo, como em Millesimo (1.796), ou por uma atitude defensiva, a expectativa estratégica, como em Mantua (também em 1.796), ou ainda por um ataque ao flanco do inimigo, partindo de uma posição central, como em Austerlitz (1.805).

Austerlitz, chamada de *a batalha dos três imperadores*, é uma obra prima de audácia na concepção e de maestria na condução, figurando entre as mais belas vitórias napoleônicas.

A manobra sobre a retaguarda, quando bem sucedida, é decisiva. Já a manobra em posição central nem sempre o é porque o inimigo, mesmo batido, poderá em alguns casos retrair.

Napoleão coroava a vitória com a *perseguição estratégica*, preconizada por Frederico, que todavia jamais conseguiu realizá-la a contento por causa da pouca flexibilidade e pequena capacidade manobreira de seu exército. Napoleão, mestre no emprego da Cavalaria, realizou algumas notáveis e profundas perseguições. As batalhas conjugadas de Lena e Auerstadt são disto um bom exemplo.

Em outubro de 1.806, durante a 4ª coligação, *la Grande Armée* encontrava-se diante do exército prussiano de Brunswick. O Imperador tendia a superestimar o exército

prussiano em virtude de sua grande admiração por Frederico II. Mas as forças que a ele se opunham era um exército antiquado, que manobrava como em ordem unida, e cujos comandantes eram generais idosos, especialmente se comparados com os franceses. Do lado prussiano, Moellendorf tinha 81 anos de idade, Brunswick 71, Blücher 64, Hohenlore 60. Do lado francês, Napoleão, Soult, Lannes e Ney 37, Davout 36. Vencidas as batalhas, abriu-se diante dos franceses o caminho para Berlim. Aproveitando o êxito, o Imperador lança Murat com a cavalaria em tenaz e profunda perseguição, longa de 800 km (percorridos em 24 dias) e que só termina na capital prussiana. De Berlim, Murat enviou a Napoleão a seguinte mensagem: *“Sire, o combate terminou por falta de combatentes”*.

Aniquilado o poder combativo do exército prussiano, em cujo estado-maior servia um promissor oficial chamado Klaus Von Clausewitz, Napoleão foi visitar o túmulo do seu ídolo. Na penumbra da pequena capela que guarda os restos mortais de Frederico, o Imperador permaneceu longos minutos, silencioso e reverente, em atitude de profunda meditação.

lena era uma cidadezinha tornada conhecida pela fama de sua Universidade. Nela morava Hegel (1.770-1.831), filósofo alemão que desprezava a Prússia e admirava Napoleão (como também Goethe e Beethoven) pelas idéias libertárias que encarnara no passado e por combater as monarquias absolutas. No livro de sua autoria *“Fenomenologia do Espírito”*, Hegel escreveu: *“Esta manhã vi passar debaixo da minha janela a História, montada a cavalo”*. Era o Imperador dos Franceses, em rota para Berlim.

Num esforço de síntese, podemos resumir assim a ação de comando de Napoleão:

- inicialmente, analisava as circunstâncias do campo de batalha (estudo de situação) e levantava alternativas (linhas de ação), enquanto aguardava as informações buscadas pelos meios de descoberta (reconhecimento – cavalaria ligeira);
- devidamente informado sobre o terreno e o inimigo (atitude, valor, dispositivo e possibilidades), tomava a iniciativa visando a surpresa;
- contra um adversário dividido em grupamentos, manobrava velozmente para impedir sua reunião; então, batia-os separadamente;
- se o inimigo apresentava-se com uma única massa, ameaçava suas linhas

de comunicação, levando-o a combater com a frente invertida.

Suas batalhas, portanto, não seguiam um esquema único; variavam segundo as circunstâncias reveladas pelo estudo de situação. Por exemplo, em Marengo (2ª campanha da Itália, junho de 1.800), Kellermann, com 400 cavaleiros, carregou contra o flanco dos 6.000 austríacos de Zach, transformando uma quase derrota em vitória (nesta batalha morreu o artífice da vitória, o general Desaix). Em Ulm (3ª coligação, outubro de 1.805) como mencionamos anteriormente, manobrou sobre a retaguarda austríaca pivotando sobre uma das alas. Em Austerlitz (1.808), os couraceiros de Murat carregaram contra o flanco do dispositivo aliado, desorganizando-o e garantindo a vitória. Em Smolensk (campanha da Rússia, 1.812), realizou desbordamento para atingir a retaguarda do inimigo. Na campanha da França (1.814), com enorme inferioridade de meios, adotou a manobra em posição central e obteve as vitórias de Montmirail (11 Fev. 1.814) e de Montereau (18 Fev. 1.814). Nesta última, enquanto a cavalaria carregava em direção a Montereau, o imperador dirigia os tiros da artilharia sobre o inimigo, apontando pessoalmente uma peça. Quando os que o acompanhavam inquietaram-se ao vê-lo onde caíam os tiros de contra-bateria do adversário, Napoleão lançou-lhes a exortação: *“Vamos, meus amigos, não temam nada, pois a bala que me matará ainda não foi fundida”*.

A carreira de um comandante de exércitos não é feita somente de vitórias. A de Napoleão, conquanto excepcionalmente brilhante, não escapou à regra. Cometeu erros, como é próprio da natureza humana, o último dos quais lhe foi fatal. Mestre no emprego da cavalaria, esta Arma, que desempenhou papel relevante em muitas campanhas, estava com ele na sua derradeira derrota. Em Waterloo o fracasso teve início quando Ney, julgando Wellington em retirada, deslocou prematuramente a cavalaria sob seu comando, inclusive os regimentos da reserva do exército francês. O terreno, impróprio para a carga, obrigou aquela enorme massa de cavaleiros (cerca de 5.000 homens) a marchar ao trote, joelho com joelho, tornando-a vulnerável ao fogo da infantaria inimiga.

1. 1.3 Conclusão

Antes de concluir, gostaria de lembrar as ligações e conseqüências da era napoleônica sobre o nosso país. Após a queda de Napoleão, um grande número de militares deixou a França. Para os Estados Unidos da América do Norte foram cerca de 10.000 oficiais do exército e da marinha. Alguns destes, ardorosamente leais ao imperador decaído, puseram-se a planejar a fuga de Napoleão de Santa Helena. Cogitavam instalá-lo na grande república do norte ou no Brasil, onde a revolução republicana de 1.817 parecia oferecer condições favoráveis. O insucesso da Confederação do Equador frustrou os planejadores da audaciosa tarefa, alguns dos quais viveram no nosso país perigosas aventuras.

Relembro, também, as ligações de parentesco das duas primeiras imperatrizes do Brasil com as duas esposas de Napoleão. Maria Leopoldina, primeira mulher de Pedro I, e Maria Luiza, segunda de Napoleão, eram irmãs, ambas as filhas do Imperador Francisco I, da Áustria, e D^a Amélia, segunda mulher do nosso primeiro imperador, era neta de Josefina de Beauharnais, primeira esposa de Napoleão.

Em 1.812, fracassou a tentativa de Claude Francis Mallet, general republicano, de depor o Imperador dos Franceses. Preso, julgado e fuzilado, sua família buscou asilo na Bélgica, de onde um ramo, constituído pelo casal Jean Antoine Mallet e Julie-Marie-Joseph Mallet e seus filhos, veio para o Brasil. Entre os filhos desse casal estava Emílio Luís Mallet, herói em Tuiuti, marechal do Exército Brasileiro e patrono da Arma de Artilharia.

Mas, a repercussão mais importante da era napoleônica no Brasil decorreu da invasão de Portugal por Junot, em 1.807. A transferência da Corte do príncipe regente D. João e do governo português para o Brasil e sua instalação no Rio de Janeiro foi fértil em conseqüências, a mais importante das quais foi sua contribuição decisiva para que o país alcançasse a independência em 1.822. Muitas outras, porém, podem ser levantadas, de ordem política, social, econômica e até militares. A invasão da Guiana em 1809 por tropas luso-brasileiras, mobilizadas regionalmente, e sua ocupação por nove anos é uma delas, que está a merecer uma melhor avaliação por parte dos pesquisadores brasileiros.

Finalmente – e retornando a Napoleão – direi que a sua derrota final era inevitável. Sua desmedida ambição foi a sua perda, pois não se pode lutar indefinidamente contra

vários inimigos ao mesmo tempo.

O fulgor das suas vitórias gerou uma lenda, que após sua morte em Santa Helena, transformou-se em mito. Em Paris sua presença é enorme. Além do *Tombeau des Invalides*, onde repousa na companhia dos marechais de França, os *boulevards* e as grandes avenidas que convergem para o Arco do Triunfo, lembram a sua glória militar. Aliás, o próprio monumento foi erigido em sua memória, e nele estão gravadas cenas e os nomes das suas vitórias.

Mas, essas vitórias e essa glória cobraram o seu preço. Napoleão deixou a França menor territorialmente do que a recebera. Seu efêmero império ocasionou duas invasões do território nacional, e suas guerras incessantes encharcaram de sangue o solo do continente.

Por isso mesmo, pela ambigüidade da sua obra, é apaixonadamente idolatrado e implacavelmente odiado, decorridos 183 anos de sua morte no desolado rochedo vulcânico, perdido na vastidão do Atlântico.

1.2 Franco-Prussiana

A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) produziu uma série de consequências a longo prazo, inversamente a sua curta duração. Para vários historiadores, foi ela uma das causas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no século seguinte. O triunfo da Prússia sobre a França fez nascer o Império Alemão, o Segundo *Reich*.

A Europa da década de 1860 , tem a França dirigida por um governante ambicioso e inconstante, cioso de repetir ou mesmo ser maior que seu tio-avô: Napoleão III, sobrinho-neto de Napoleão Bonaparte.

O desejo de potência de Napoleão III foi capaz de derrubar a Segunda República Francesa e iniciar o Segundo Império Francês. Através de políticas agressivas, ele conseguiu expandir o império colonial francês na África e Ásia, aumentando o prestígio nacional, o que lhe garantiu suporte popular para manter-se no poder e realizar as suas extravagâncias. Suas políticas visavam gerar consequências imediatas.

Do outro lado, os principados e reinos que formavam “as Alemanhas” geravam uma

verdadeira confusão política, embora, possam ser destacados os papéis de Prússia e Baviera, os maiores estados da região, com influência sobre os vizinhos.

A Prússia se destacava pela força militar que havia desenvolvido. Estado pequeno, sujeito a força dos Estados europeus, em especial a França e a Áustria, rapidamente os prussianos entenderam que só poderiam garantir sua soberania pelas armas. Assim, uma linhagem de reis fez surgir o Exército prussiano do século XVIII, no qual destaca-se o papel do Rei Frederico, o Grande (1712-1786), que foi um grande capitão de seu tempo.

A organização prussiana manteve-se em constante evolução, sofrendo um poderoso baque por causa das Guerras Napoleônicas no início do século XIX, no qual a própria Prússia foi ocupada pelas forças de Napoleão, após diversas derrotas contra os franceses. A reação a partir de 1813 permitiu vitórias e recuperação de territórios perdidos.

O impacto das Guerras Napoleônicas foi tal que na “mentalidade militar prussiana” que gerou consequências sérias para o desenvolvimento do estamento militar pelo resto do século XIX: formou-se a ideia de que a Prússia nunca mais deveria ser violada ou derrotada e a rivalidade com a França, vista como oponente do projeto de união dos principados e reinos da Alemanha.

Os debates entre liberais e conservadores moveram a região entre 1830 a 1850, quando os liberais chegaram a dominar o poder, e tentaram estimular a unificação alemã, fracassando nesse sentido, já que o Rei da Prússia bem como as elites dirigentes não aceitaram a tentativa, visto que temiam ficar reféns dos liberais.

O projeto conservador de unificação surgiu no início da década de 1860, e ganhou força com a figura de Otto Von Bismarck, nomeado pelo Rei Guilherme I como Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro). Bismarck era um hábil político com visão estratégica e sabia que a Unificação só viria derrotando os dois projetos, tanto o liberal quanto o conservador.

Ao mesmo tempo, o Exército prussiano passou por uma grande e espetacular reorganização, de forma a preparar uma força de combate capaz de bater todos os inimigos da Prússia. Neste processo, destacamos a figura de dois generais, que, com seus esforços, conseguiram prover a Prússia de um Exército bem preparado e apto a

cumprir tal missão. Eram os generais Helmuth Von Moltke e Albercht Von Roon, Chefe de Estado-Maior e Ministro da Guerra, respectivamente.

Os seus esforços combinados, junto a figura de Bismarck, foram capazes de realizar diversas transformações no Exército. Podemos destacar daí, como fator principal para o sucesso nas campanhas que viriam a seguir, a presença e consolidação do Estado-Maior Geral, incumbindo com a responsabilidade do planejamento e preparação do Exército para a guerra. Dentro deste escopo, o Estado-Maior era responsável por formular as “Hipóteses de Guerra”, no qual eram preparadas e estudadas todas as possibilidades da Prússia envolver-se em conflitos, estudando tanto esta quanto os possíveis inimigos e como poderiam agir no campo de batalha.

A organização da Força se dava em Corpos de Exército, sendo estas forças responsáveis pelas ações militares. Estes Corpos eram dotados de meios humanos e materiais e preparados para empreender campanhas assim que ordenado. Sua estrutura era a mesma na paz e na guerra.

Os efetivos eram abastecidos por um serviço militar obrigatório de três anos, do qual nenhum cidadão prussiano deveria se furtar e o que consistia em motivo de orgulho na sociedade prussiana, altamente obediente ao Estado e imbuída de um “espírito militarista”, diferente das sociedades de outras nações europeias como a França e a Áustria, onde os militares não tinham proeminência.

Nas Armas do Exército foram grandes as mudanças tanto no emprego como no material. A Infantaria possuía o fuzil Dreyse (fuzil de agulha), com alcance de mil metros. Seu uso previa uma infantaria que agisse com espírito fortemente ofensivo. A Cavalaria recebeu as carabinas Dreyse, conferindo-lhes uma potência de fogo superior, mas seu emprego era escasso no campo de batalha, deixando de explorar sua potencialidade. A Artilharia foi completamente reorganizada, recebendo canhões raiados de aço, mais potentes que os de bronze, com carregamento pela culatra. Seu emprego era em massa, em apoio a Infantaria, seguindo um comando único. A Engenharia era composta por sapadores, mineiros e pontoneiros, que deviam preparar o terreno para o emprego do Exército bem como construir obstáculos face ao inimigo.

Com o Estado-Maior Geral ganhando importância, o comando no Exército prussiano passou a ser unificado, surgindo a figura de um Alto Comando, seguindo o princípio da

unidade do comando. Além disso, Moltke foi decisivo na reorganização do Exército pelo papel que dirigiu as escolas de formação e ao aparato logístico.

As Escolas de formação uniformizaram a doutrina, gerando uma massa homogênea de oficiais plenamente capazes de agir seguindo o novo sistema que o Exército estava adotando, isto é, com independência e capacidade de obter soluções próprias no campo de batalha, sem precisar consultar os comandos superiores. O aparato logístico foi transformado na medida do surgimento de um Comando-Geral de Logística e de uma Direção de Ferrovias, dentro do Estado-Maior Geral, demonstraram a preocupação com o suprimento e o transporte rápido das forças até o campo de batalha.

Moltke acreditava no planejamento constante e antecipado da guerra, e baseado neste princípio, o trabalho de Estado-Maior floresceu e permaneceu no Exército, vindo a influenciar a composição dos demais Exércitos das potências europeias e logo do resto do mundo. A feitura de planos impedia que surgisse espaço para a improvisação, que era por ele considerado algo danoso à conduta da guerra.

Cabe salientar aqui, que Moltke acreditava no princípio da batalha decisiva, com a superioridade de efetivo, para quebrar a resistência moral e material do inimigo, seguida da perseguição para assegurar a vitória.

Diante disso, se encontrava uma França com um Exército que havia combatido na África, Ásia e no México, porém, cujas estruturas eram totalmente diferentes das prussianas, e que seriam uma das razões para a fragorosa derrota francesa na guerra.

Isto não quer dizer que os militares franceses eram incapazes. Pelo contrário, alguns de seus generais eram até admirados pelos demais europeus, como o marechal François Achille Bazaine, pela sua coragem e tenacidade no campo de batalha. O problema residia nas estruturas, na forma em como se encontravam estas instituições militares.

O Exército francês era desorganizado, se comparado ao prussiano. Sua estrutura mudava de acordo com as circunstâncias, de maneira que era uma quando da paz e outra quando da guerra. As armas francesas, especialmente para a infantaria, eram superiores às prussianas. O melhor exemplo é o fuzil Chassepot, de alta qualidade, com potência de fogo e alcance de mil e duzentos metros, melhor que o Dreyse prussiano.

Porém, autores afirmam que o uso do Chassepot pelos franceses acabou por tolher o

espírito ofensivo que deveria permear a infantaria, devido a sua potência, acabou por gerar uma doutrina defensiva, onde a infantaria francesa ocuparia posições e delas dispararia o fogo para quebrar o dispositivo inimigo. A artilharia francesa contava com um sistema superado de canhões de bronze, que embora raiados, eram defasados ante ao material prussiano. Destacam-se ainda as “*mitrailleuses*”, metralhadoras de funcionamento complicado, com uma cadência de 5 a 25 tiros por minuto.

Os franceses não possuíam um Estado-Maior no seu Exército, e sua doutrina era voltada para manobras rígidas sem independência de movimentos. Seus oficiais e soldados eram dotados de grande coragem individual mas limitados pelo férreo controle imposto pelos comandantes no campo de batalha.

Além disso, a agenda política pesava no caso francês. Enquanto na Prússia todos os generais estavam devidamente submetidos a autoridade do Rei, de forma leal, na França, grassava a dissensão entre os generais, e cada um tinha sua própria agenda política, visando a autopromoção e obtenção de importantes cargos no Segundo Império. Vários dos generais e marechais franceses eram deputados e senadores, envolvidos nas disputas políticas que embalavam o país.

Portanto, a receita do desastre francês estava pronta, e assim se seguiu.

Após a declaração de guerra em 19 de julho de 1870 por parte da França à Prússia, consequência de manobras diplomáticas feitas por Bismarck, onde os franceses surgiram como agressores. A declaração de guerra francesa à Prússia galvanizou o apoio dos Estados alemães do Sul, facilitando o projeto da unificação. Uma rápida campanha seguiu-se onde os exércitos franceses de campanha foram sendo batidos um a um pelos prussianos segundo a orientação de Moltke, que tinha elencado como objetivo estratégico a destruição da capacidade de luta dos franceses.

Os generais franceses em sua maioria eram a favor de uma ofensiva fulminante contra os prussianos ao longo do Reno, invadindo os Estados alemães do sul. Napoleão III estava pressionado para lançar ataques contra os prussianos já que as informações contavam que a mobilização destes ainda não tinha se completado.

Os franceses lançaram o ataque e cruzaram o Reno em 2 de agosto, mas logo informações que forças bávaras e prussianas tinham se concentrado ao norte e estavam a ponto de lançar uma ofensiva. Entre 5 e 6 de agosto o ataque prussiano se

iniciou, destruindo as forças francesas, que começaram a recuar.

Em uma sequência de batalhas, das quais se destaca Gravelotte, na qual apesar de sofrerem menos baixas e conseguirem manter suas posições, os franceses sob o comando de Bazaine recuaram para Metz, concedendo a vitória estratégica aos prussianos. O marechal francês tinha 150 mil homens, sendo o maior dos exércitos franceses. O outro exército francês de nota, comandado pelo marechal MacMahon e com Napoleão III, marchou em socorro de Bazaine, e foi destruído pelos prussianos em Sedan, em 1º de Setembro, com o próprio imperador francês caindo prisioneiro destes. O objetivo estratégico dos prussianos tinha sido atingindo, com a destruição do Exército francês.

Um das chaves do sucesso prussiano foi o seu sistema de mobilização, no qual todo prussiano em idade e capaz de combater era convocado a servir no Exército. Este sistema proveu efetivos da ordem de 475 mil homens quando do eclodir da guerra, enquanto os franceses mobilizaram pouco mais de 200 mil homens de forma desorganizada. O sistema prussiano era capaz de prover em 14 dias, o efetivo de 380 mil homens. O francês tinha uma maior capacidade, teoricamente, porém, na prática, mais de 100 mil homens foram deixados pelo caminho por questões logísticas, mau planejamento e execução.

Mesmo com a queda do Segundo Império francês, a guerra não terminou. Foi proclamada a Terceira República Francesa, que ordenou total resistência ao inimigo prussiano, mobilizando 500 mil homens que, apesar da massa que compunham, não foram suficientes para deter os prussianos nem impedir o cerco de Paris, conforme ordens de Moltke. Os prussianos desejavam negociar, mas a República recém declarada não aceitou.

Os prussianos cercaram Paris e Bismarck ofereceu seus termos mas o Governo de Defesa Nacional se recusou a atendê-los. Agitadores como Léon Gambetta ganharam força e receberam ordens de levantar novas forças onde fosse possível. Os franceses organizaram guerrilhas que atacavam o fluxo logístico prussiano, gerando um desgaste para os alemães, que não estavam dispostos nem prontos para lidar com uma campanha de guerrilhas.

Em fins de outubro, o marechal Bazaine rendeu-se, praticamente acabando com o

efetivo de homens treinados disponíveis na França. Os alemães foram expulsos de diversas cidades ocupadas apenas para recapturá-las, como em Orleans. Em janeiro de 1871, os alemães iniciaram operações em torno de Paris com o intuito de forçar a decisão dos franceses. A ofensiva alemã fracassou em diante de Versalhes, porém destruiu quaisquer chances dos defensores em romper o cerco.

As vitórias lideradas pelos prussianos e seus aliados atingiram o objetivo de Bismarck. O Império Alemão foi proclamado em 18 de janeiro de 1871, com a coroação do Rei da Prússia, Guilherme, como Imperador da Alemanha em Versalhes. No dia seguinte, os franceses lançaram uma desesperada tentativa de romper o cerco em torno de Paris, com 90 mil homens, que foi repelida.

Os alemães mantiveram a pressão sobre Paris, e em 28 de janeiro foi negociado um armistício, com autorização para que comboios de suprimentos entrassem na cidade para atender as necessidades da população sitiada. Gambetta ainda tentou um assalto as forças alemãs que cercavam a cidade, falhando em face da resistência prussiana.

Em 17 de fevereiro, assinou-se o tratado de paz, que foi ratificado pela Assembleia Nacional francesa em 1º de março, porém, em 18 deste mês, estourou uma revolta popular em Paris levantada por radicais que foi conhecida como a Comuna de Paris.

A guerra tinha acabado entre França e Alemanha, porém, a revolta em Paris gerou um conflito civil em que o Exército francês foi apoiado pelos alemães para esmagá-la. Por dois meses, os radicais mantiveram a cidade, que foi retomada pelas tropas da República em fins de maio em violentos combates.

Assim, os prussianos venceram, não somente pelas falhas francesas ou porque tenham errado menos, como alguns autores buscam apontar, mas no nosso entender, porque compuseram um sistema militar capaz de levar a nação à guerra e nela obter a vitória, de maneira rápida e decisiva, podendo bater uma potência europeia, com recursos e forças até mesmo superiores, mas sem o pleno domínio da técnica nem da organização que os prussianos desenvolveram quase ao nível da perfeição, dentro de suas possibilidades.

2. AS GRANDES GUERRAS DO SÉCULO XX

2.1 Primeira Guerra Mundial

2.1.1 Antecedentes, Ambiente Geopolítico, Causas Remotas e Imediatas.

A Primeira Guerra Mundial (I GM) ou Grande Guerra, ocorrida entre 1914 e 1918, provocou mudanças sem precedentes na História, encerrando a era otimista da “Belle Époque” o Século de Paz.

A extensão do palco do conflito englobou toda a Europa, países da América, África e Ásia. As raízes dessa guerra remontam ao século XIX, desde as Guerras Napoleônicas, as ações do Congresso de Viena (1815), a Segunda Revolução Industrial, passando pela Primavera dos Povos (1848), pela unificação da Alemanha e Itália, já na segunda metade de século XIX, e a proeminência do Império Alemão (II Reich), como potência industrial, militar e naval, se chocando com os interesses de outras nações.

A Segunda Revolução Industrial deu destaque a Inglaterra no cenário europeu e mundial que, contando com possessões coloniais e uma marinha poderosa lhes garantiu portos, rotas, mercados e matérias-primas.

Essa hegemonia inglesa (Pax Britânica) foi assegurada por um sistema baseado no equilíbrio de poder na Europa e no imperialismo livre-cambista no plano mundial. A materialização dessa estratégia consistia em manter uma balança de poder entre as potências europeias.

Com a expansão da industrialização pelo continente e com o nascimento da indústria moderna dentro dos limites do Estado Nacional, associadas aos ideais nacionalistas que grassavam na Europa iniciou-se um desequilíbrio na balança de poder europeia.

No final do século XIX o sentimento de desconfiança entre as nações europeias produziu um realinhamento político por intermédio de um sistema de alianças, por vezes secretas, colocando em lados opostos grupos de potências com interesses diversos.

Assim, em 1907, as grandes potências da Europa achavam-se alinhadas em dois campos hostis – a Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria-Hungria) e a Tríplice

Entente (Inglaterra, França e Rússia), tendo a Itália se posicionado posteriormente ao lado da Entente.

Foi o tempo dos grandes impérios, como o Britânico, o Austro-húngaro, o Alemão, o Otomano, além da França, que praticavam o chamado neoimperialismo e o neocolonialismo, influenciado pelas decisões da Conferência de Berlim (1884-1885), com a Partilha da África e Ásia.

As tensões no seio das novas alianças estabelecendo objetivos e os interesses nacionais de cada um dos principais estados europeus, aumentando a competição por poder, segurança e vantagens econômicas.

A Alemanha apontava suas ambições no sentido da expansão para o Leste com o planejamento da construção de uma ferrovia que ligasse Berlim a Bagdá.

A Áustria-Hungria voltava também seus interesses para Leste na direção dos Bálcãs, atritando-se com os italianos na costa do mar Adriático.

Os objetivos da França eram ditados pelo desejo de deter ou contrabalançar o crescente poderio alemão aliado ao ressentimento pelas consequências da Guerra Franco Prussiana (1870-1871).

A Rússia nutria uma grande ambição em obter o controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, antiga meta que impedia que a esquadra russa navegasse com liberdade para fora do mar Negro em caso de guerra, proporcionando acesso pleno ao mar Mediterrâneo, contrapondo-se aos interesses alemães.

Esforçaram-se os russos por obter saídas para o golfo Pérsico e o oceano Índico e conseguir passagens para o Pacífico, tentando estender seu controle até a Mandchúria (Busca por Mares Quentes).

Os grandes objetivos britânicos eram manter as linhas de comunicação do império, conservar livres as vias marítimas para suas fontes de matérias-primas e mercados e manter o equilíbrio do poder entre as nações do continente europeu.

Os interesses da Itália se chocavam com os objetivos austríacos na dominação de territórios como a posse da "Itália Irredenta", litoral do Adriático, ao passo que o império Otomano impedia a aquisição, pela Itália, de Trípoli e outros territórios no norte da África.

Não eram incomuns interesses conflitantes entre os países dentro do mesmo bloco de

alianças. E segundo Edward Mac Nall Burns se a instabilidade diplomática foi a principal causa da guerra, duas outras se destacam o Nacionalismo, notadamente na Europa Oriental que associado ao Pan-eslavismo desempenhou destacado papel no aguçamento do conflito entre sérvios e austro-húngaros.

Outra causa segundo ainda Burns foi a disseminação do militarismo. A incerteza quanto a confiabilidade das alianças estimulava a convicção de que a segurança nacional dependia do nível de preparação militar e naval.

O militarismo que associado as inovações na área da ciência e tecnologia colaborou também para o incremento da corrida armamentista, produzindo uma compulsão cada vez maior para mobilizar (Serviço Militar Universal) e aumentar cada vez mais exércitos e armadas.

Instabilidade diplomática, nacionalismo, militarismo, imperialismo, neocolonialismo, antagonismo, interesses ressentimentos se aliaram pra produzir uma série de crises entre 1905 e 1914.

As Crises Marroquinas geradas pela disputa da Marrocos pela Alemanha e pela França em 1905 e 1911 levaram essas duas potências a beira de um conflito militar.

Além da disputa pelo Marrocos, ocorreu no Oriente Próximo a Crise Sérvia ou da Bósnia (1908), a respeito da soberania sobre a Bósnia e a Herzegovina confrontando interesses sérvios, austro-húngaros, otomanos, russos e alemães.

Aumentando as animosidades entre as nações da Europa Oriental eclodiu o conflito conhecido como Guerras Balcânicas (1912) sendo inserida no rol de interesses antagônicos os objetivos gregos para a conquista da Macedônia, uma província turca, arrolando a Albânia neste leque de ressentimentos, antagonismos e interesses nos Balcãs.

O assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, por um ativista sérvio, deflagrou a guerra de 1914 que, ficou conhecida como a Grande Guerra, arrastando para esse conflito blocos de países europeus, países da América, África e Ásia.

2.1.2 O Conflito.

Após o atentado ao herdeiro do trono do império Austro-húngaro seguiu-se o ultimato da Áustria aos sérvios. Ultimato esse com termos inaceitáveis, levando a mobilização dos exércitos e armadas dos países com interesses em jogo e as declarações subsequentes de guerra.

E nas palavras do general Viktor Dankl, “Graça a Deus a Grande Guerra”, comandante do 1º Exército Austro-húngaro, em 31 de julho de 1914, demonstrava-se o espírito reinante da sociedade europeia da época.

O conflito se desenrolou no tempo e no espaço em fases e frentes, tendo-se a Guerra de Movimento (Ago a Nov 1914), a Guerra de Trincheiras e o rompimento do impasse (1915-1918), com campanhas na Europa Ocidental e Oriental, nos Bálcãs e Itália, no Oriente Médio, nas áreas coloniais e nos mares.

2.1.3 A invasão da Bélgica e norte da França.

Pondo em prática o Plano Schlieffen se deu a primeira ofensiva alemã de agosto a dezembro de 1914 numa tentativa de envolver pelo norte as forças francesas.

Os alemães não esperavam sofrer qualquer resistência dos belgas, sendo fustigados por atiradores durante sua progressão, causando como represália retaliação dos alemães a civis com grande número de mortos, feridos e desabrigados. Durante a guerra surgiu a propaganda sistematizada, muito bem administrada pelos aliados e combatida com inépcia pelos alemães.

Após desrespeitar a neutralidade belga, a Inglaterra entra no conflito pondo em risco o flanco norte alemão. Na progressão sobre a Bélgica e a França os alemães empurram a força britânica para o sul com sua ala direita projetou-se para oeste e para o sul de modo a envolver Paris.

Ao serem atacados ao sul nas Ardenas pelos franceses os alemães recuaram e passaram a contraofensiva na chamada Batalha das Fronteiras, sendo um desastre para a França. Mas os alemães não conseguiram com suas duas alas fechar a pinça que representaria o êxito do plano.

O alto-comando germânico tão confiante do sucesso da campanha, em fins de agosto deslocam tropas para a Frente Oriental (Frente Russa), onde a ameaça era

considerada maior.

O exército alemão que envolveria Paris por oeste influiu para sudoeste em direção ao rio Marne, mudando de direção, a fim de travar a batalha decisiva que iria destruir o grosso do exército francês.

Ao ser percebido esse movimento as forças aliadas da defesa de Paris resolveram atuar sobre o flanco exposto do exército alemão empurrando-o até o rio Aisne onde se instalou em trincheiras profundas.

Na frente russa a situação dos alemães não era boa pois o exército germânico pois o exército germânico estava em desvantagem em relação aos russos. A ação genial de Hindenburg levou o exército a grande vitória de Tannenberg.

Com a tentativa alemã de envolver a esquerda aliada e tomar os portos do canal, cortando o caminho às provisões e materiais vindos da Grã-Bretanha para a França ambos os exércitos se projetaram para o oeste numa corrida para a costa.

Chegaram às proximidades de Ypres (outubro de 1914), os alemães, com absoluta superioridade de meios, atacaram os ingleses, estando na iminência de romper a linha britânica, mas os ingleses puderam finalmente detê-los, dando fim a fase da Guerra de Movimento, estabelecendo-se uma linha de trincheiras desde a Suíça até o mar do Norte.

2.1.4 Guerra de Trincheiras (1915 a Jul de 1916).

Em abril de 1915 os alemães reuniram meios para uma grande ofensiva com um novo meio que dispunham, o emprego de gases asfixiantes, tentaram romper as linhas aliadas na 2ª Batalha de Ypres em abril e maio de 1915.

Impossibilitados de romper adversárias foram estabelecidas sólidas e contínuas organizações defensivas – as trincheiras.

O período que vai de maio de 1915 a fevereiro de 1916 é de relativa calma, só perturbado pela ofensiva alemã , em julho de 1915, em Argonne.

Na primeira metade de 1916, registrou-se em Verdun e nas suas cercanias um tremendo assalto germânico. Os alemães sofreram enormes perdas sendo detidos depois de terem penetrado algumas milhas dentro das linhas francesas. As perdas

francesas foram também muito grandes.

Seguiu-se a batalha naval da Jutlândia em maio de 1916, que deu aos aliados a supremacia nos mares, verificando-se nesse período a guerra submarina perpetrada pelos alemães na intenção de cortar as linhas de abastecimento inglesas levando a guerra a outros países não-europeus com afundamentos de navios mercantes.

Na frente balcânica as forças britânicas e francesas, ao desembarcarem na península de Galípoli, em abril de 1915, aí encontraram tropas turcas bem entrincheiradas e melhor equipadas para a guerra de trincheira, culminando com a derrota aliada e a retirada em junho de 1916.

Em julho de 1916, deu início a uma grande ofensiva não se conseguindo romper a linha alemã. Em setembro de 1916, carros blindados foram empregados pela primeira vez com grande sucesso, porém o êxito não foi aproveitado.

2.1.5 Os EUA entram na guerra (1917-1918).

Como resultado do bloqueio naval e da guerra submarina alemã os EUA foram forçados a sair do seu isolamento entrando na guerra, em 6 de abril de 1917.

Durante o ano de 1917, enquanto a Rússia se afastava do conflito, exaurida e impotente, os EUA transformaram-se, rápida e firmemente, em uma grande potência.

2.1.6 A Revolução Bolchevique (1917) – Uma revolução em meio à guerra.

A frente russa, segundo alguns historiadores, um elemento de equilíbrio do conflito, obrigando o Império Alemão a lutar em duas frentes a Ocidental e a Oriental.

O exército russo era chamado a desencadear ofensivas no Leste sempre que a pressão alemã no Oeste era irresistível, forçando a transferência de tropas germânicas do Oeste para o Leste.

Em meio a Grande Guerra sobreveio uma revolução. A Rússia, já gravemente debilitada por motivos internos antes de 1914, viu-se incapaz de enfrentar a sobrecarga da guerra contínua.

Com o lema “Paz, Terra e Pão” os bolcheviques tinham para o seu lado os soldados

desgostosos com a guerra e assim que possível foi feito em separado um tratado de paz com os alemães, aceitando condições que incluíam a entrega da Polônia, da Ucrânia e da Finlândia. O tratado de paz foi assinado em Brest-Litovisk em março de 1918.

2.1.7 A ofensiva final aliada o rompimento do impasse das trincheiras.

Apesar da defecção russa, os aliados tinham recebido inestimável reforço, os americanos que, desde alguns meses antes vinham trazendo para a França poderosas forças. No mês de junho de 1918 começou a contraofensiva aliada. Em julho, os alemães começaram a recuar. A batalha de Chateau-Thierry, em 18 de julho de 1918, provou a excelente qualidade dos norte-americanos.

Em agosto, os britânicos deram um grande golpe vitorioso e as linhas alemães na região de Amiens, foram rompidas. Em setembro, os ingleses atacam com sucesso a linha Hindenburg, dando o golpe fatal nos alemães.

Os alemães perderam o espírito de luta e iniciaram uma série de retiradas acompanhadas de derrotas sucessivas na frente ocidental. Em novembro de 1918 os britânicos atingem Valenciennes e os americanos Sedan. Na Itália os exércitos austríacos encontravam-se em retirada desordenada. A derrota foi espantosamente rápida. A 7 de setembro a marinha alemã se amotinou, o Kaiser fugiu da Alemanha em novembro de 1918 e foi assinado o armistício pela Alemanha.

2.1.8 Conclusão – Consequências.

A Primeira Guerra foi uma revolução global com consequências políticas, econômicas, sociais e militares. O mapa da Europa foi redesenhado, impérios seculares caíram como o Russo, o Otomano, o Austro-húngaro e o Alemão com a redistribuição das ex-colônia dos germânicos.

O fim do Império Otomano refez o desenho das fronteiras do Oriente Médio e na Palestina lançou as sementes do moderno conflito árabe-israelense.

Mais do que questões de fronteira a guerra revolucionou as relações de poder dentro

das sociedades europeias e de países possuidores de um proletariado atuante com a introdução do elemento ideológico nos conflitos.

O direito do voto foi estendido a todos os homens e a mulher ascendeu a uma posição de destaque na nova sociedade, adquirindo direitos.

A Europa perdeu a sua estatura simbólica e demográfica sendo contestada a sua “missão civilizatória” perante o mundo, lançando-se as bases do movimento anticolonialista.

A Europa começa a perder a sua hegemonia, a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) é apresentada ao mundo com a líder de um socialismo universalista. Os EUA saem momentaneamente do seu isolacionismo e ascende como potência econômica, militar e política.

Foi criada em 28 de abril de 1919 a Liga das Nações, onde as potências vencedoras do conflito se reuniram para propor um acordo de paz, num primeiro momento sendo apresentado Os Quatorze Pontos do presidente norte-americano Woodrow Wilson o que não foi acolhido, sendo aprovado o Tratado de Versalhes que contribuiu para criar as condições de um no conflito global – a Segunda Guerra Mundial.

A guerra da Era Industrial trouxe inovações no campo da técnica e da tática como o emprego de submarinos, blindados, aviação, armamento individual, uso de gases, exploração das comunicações, fogo e movimento na manobra tática, desenvolvimento da doutrina de artilharia, trabalho de estado-maior, serviço militar, propaganda e a preocupação com o componente ideológico e preceitos no tratamento do Direito dos combatentes e civis dentre outras.

2.2 Segunda Guerra Mundial

2.2.1 Antecedentes

2. 2.1.1 O Período entre Guerras (1919-1939).

As sementes da Segunda Guerra Mundial (II GM) foram plantadas logo após o término da Primeira Guerra Mundial (I GM). As conferências do Tratado de Versalhes buscaram

culpar a Alemanha pela eclosão da Grande Guerra em 1914.

A cláusula de “culpa pela guerra” responsabilizou o Império Alemão pelo conflito.

A França, invadida duas vezes pela Alemanha (1870 e 1914), buscou conter os interesses alemães, fazendo do tratado juntamente com a Grã-Bretanha uma ferramenta de punição ao Estado alemão.

Perda de colônias, recuo da linha de fronteiras e o pagamento de indenizações contribuíram para aumentar o ressentimento alemão em relação aos vitoriosos da guerra, sem contar com a percepção que tinha muitos alemães de não terem perdido o conflito.

O nascimento caótico da fraca República de Weimar, como ficou conhecida, não foi um bom presságio para a Alemanha, aumentando as angústias do povo alemão.

O surgimento de novas nações no pós-guerra, em especial a Áustria soava para muitos alemães como uma hipocrisia, pois impedia que as populações de origem germânica nessas regiões buscassem uma unificação com a Alemanha.

Outro golpe no orgulho nacional germânico foi a imposição de condições restritivas as suas forças armadas, limitando-as a 100.000 homens, proibindo a existência de uma força aérea e uma marinha que não poderia ter submarinos e de limitada em tonelagem.

Em 1922 a Alemanha já não podia arcar com as indenizações de guerra, tendo sido o vale do Ruhr ocupado pelos franceses e belgas, levando o país à hiperinflação, encorajando o extremismo político em um momento em que a população do país buscava soluções em grupos fora dos partidos políticos tradicionais.

Em 1923 uma tentativa de golpe por parte do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores, conhecido como partido nazista tentou o fracassado “putsch” de Munique, tendo como líder um ex-cabo do exército alemão da I GM – Adolf Hitler, que após passar pouco tempo na prisão, escreveu no cárcere o seu livro “Minha Luta”, demonstrando todo o seu ressentimento contra aqueles que contribuíram para deixar a Alemanha na situação que se encontrava, fazendo nascer o Nazismo.

Foram feitas tentativas para que os alemães pudessem saldar suas dívidas com modificações no Tratado de Versalhes, sendo uma delas o Plano Dawes que dispunha sobre pagamentos mais razoáveis, além de encorajar investimentos em massa dos

Estados Unidos da América (EUA) na Alemanha.

Isso abrandou os partidos extremistas, trazendo alguma prosperidade, mas por pouco tempo.

2.2.1.2 A Itália e o Fascismo.

Embora fizesse parte da Tríplice Entente, durante a Grande Guerra, ao lado das potências vitoriosas, a instabilidade política na Itália no pós-guerra contribuiu para o surgimento do Partido Fascista, em 1921, liderado por Benito Mussolini, antigo líder socialista, com ambiciosos planos para transformar seu país em uma grande potência. Após sucessos nas eleições nacionais em 1921 Mussolini buscou o controle de toda a nação, o que foi conseguido pelo oferecimento do rei italiano, Vitor Emanuel, da posição de premiê do país.

Os partidos de oposição foram tolerados mais a máquina administrativa do Estado foi mobiliada pelos fascistas, tornando a Itália um país totalitário.

A expansão do poder fascista na Itália impulsionou o país para adotar procedimentos imperialistas com a invasão da Etiópia em 1935.

2.2.1.3 O Fracasso das Liga das Nações.

O presidente Woodrow Wilson dos EUA por falta de apoio do Congresso e por não conseguir aprovar seus Quatorze Pontos na Liga das Nações colaborou para o insucesso da organização o que contribuiu para o clima de ressentimentos no pós-guerra e o surgimento de extremismos políticos.

A Liga não conseguiu garantir um clima que propiciasse uma paz duradoura, ficando os EUA fora da Organização, cabendo a Grã-Bretanha e a França, países desgastados pela guerra, o encargo da manutenção da paz mundial.

2.2.1.4 A Crise de 1929.

As consequências políticas e econômicas da Crise de 1929 alcançaram um nível de

violência, profundidade e universalidade sem tamanho.

Conhecida como a Grande Depressão Americana ou como a quebra da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929, causou ruínas gigantescas, comprometendo o sistema capitalista.

A expansão dos créditos, a diminuição do consumo, a especulação financeira e a superprodução são fatores que contribuíram para a eclosão da Crise de 1929.

Essa crise atingiu em cheio a já combalida sociedade europeia do pós-guerra, notadamente a Alemanha.

2.2.1.5 A Ascensão de Hitler (1933).

O Plano Dawes contribuiu para amenizar a situação na Alemanha e uma outra tentativa de aliviar as indenizações por parte dos alemães, o Plano Young, foi prejudicada pelas consequências da Crise de 1929, levando um colapso ainda maior na economia.

Novamente os eleitores alemães buscaram uma solução radical, favorecendo os nazistas o que levou Hitler a pressionar o governo por uma posição de destaque.

Uma coalizão do partido nazista com o partido nacionalista fez com que estes acreditassem que se poderia controlar Hitler.

Em 30 de janeiro de 1933, o presidente alemão Hindenburg nomeou Hitler chanceler, que aparelhou o Estado com correligionários do partido nazista, ficando mais fortalecido com o incêndio do parlamento alemão creditado a um ataque comunista.

Com a morte do marechal Hindenburg em 1934 o líder nazista assume o controle total da Alemanha, a ditadura nazista se implantara, embarcando o país em um programa de rearmamento e reativação de suas forças armadas, contrariando o Tratado de Versalhes. Agora como o “Führer” da Alemanha, Hitler se dedicou ao objetivo de tornar seu país uma potência, valendo-se de ideias como “Lebensraum” – Espaço Vital e o “Anschluss” – União de segmentos de populações alemães de outros países com a mãe-pátria germânica.

2.2.1.6. A situação na União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) e no Japão.

Desde 1917, com a Revolução Bolchevique, o Império Russo deixa de existir, surgindo a URSS com graves problemas internos tanto no campo social como econômico, retirando-se da I GM, assinando tratado em separado com o Império Alemão.

Os aliados ocidentais tentam intervir o que vai fazer com que as lideranças soviéticas tendessem a desconfiar do Ocidente por muito tempo mesmo após o término da II GM, favorecendo o conceito de internacionalização do comunismo.

O Japão ressentia-se por não ser tratado de forma igualitária pelas potências vitoriosas da Grande Guerra embora tenha se empenhado pouco no esforço na Frente Ocidental, porém foi um forte aliado da Grã-Bretanha no Oriente pelo Tratado de Londres de 1902 ao que renunciou em 1930, vindo a sair da Liga das Nações em 1933.

O Japão invadiu a Mandchúria, a China e a Mongólia no período de 1931 a 1939, a Guerra Sino-japonesa.

Essa expansão do imperialismo japonês foi marcada por um alto nível de crueldades contra civis, ceifando a vida de 15 milhões de pessoas em 14 anos de conflito.

O Ocidente só veio a contestar com maior vigor esse expansionismo nipônico quando o Japão se voltou para as áreas de influência europeia no sudeste asiático ricas em alimentos, minérios e petróleo.

2. 2. 1. 7 A Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Já por ocasião da Guerra Civil Espanhola os governos nazistas, fascistas (Legião Condor e Negra) e comunistas enviaram armamentos e homens para apoiarem nacionalistas e republicanos.

A França era simpática à causa de Madri, porém a Inglaterra se manteve neutra, por conta das inclinações de esquerda dos republicanos, temendo o surgimento de um país comunista na Península Ibérica.

A maior guerra civil europeia foi suprida por tropas e armamentos vindos de fora se transformando em um campo de provas para técnicas e táticas de blindados, aviões e artilharia, causando um grande número de vítimas civis.

2.2.1.8 Acordos e Pactos antecedem a guerra.

Após anexar a Áustria à Alemanha, em março de 1938, Hitler iniciou os preparativos para conquistar a Tchecoslováquia, sob o pretexto de ajudar as minorias germânicas oprimidas na região dos Sudetos, no norte do país.

A ocupação alemã na Áustria e em terras da Tchecoslováquia colocou grandes comunidades judaicas sob controle germânico, mostrando o que viria a ser uma das características do futuro conflito global – o extermínio de judeus, ciganos, dissidentes políticos e minorias étnicas e culturais.

Em 1939, a Alemanha buscou uma aliança com a URSS, diante da instável situação internacional, embora o Ocidente cogitasse no apoio soviético como forma de forçar os alemães a lutarem em duas frentes caso eclodisse o conflito.

Em 23 de agosto de 1939 foi celebrado o Pacto Ribbentrop-Molotov acordo de não agressão entre a Alemanha e a URSS, dividindo a Polônia em duas áreas de interesse. O Pacto de Aço foi um acordo entre os governos da Itália fascista e da Alemanha nazista, firmado em 22 de maio de 1939 contra ameaças internacionais e de ajuda imediata e suporte militar em caso de guerra.

O Pacto Anti-Komintern assinado 5 de novembro de 1936 entre o Japão e a Alemanha se comprometia a tomar medidas para se protegerem contra a ameaça da Internacional Comunista, tendo a Itália aderido em 1937, formando as Potências do Eixo.

2.2.1.9 A Alemanha invade a Polônia.

A invasão alemã à Polônia, em 1º de setembro de 1939, foi o ponto culminante do Plano Weiss, desenvolvido em abril pelas forças armadas alemãs.

Não conseguindo atrair os poloneses para a esfera de influência germânica, Hitler invade a Polônia com a intenção de abrir caminho para a cidade de Danzig (corredor polonês), englobando a Prússia Oriental e se apossando das ricas áreas industriais da Silésia, dadas a Polônia após um plebiscito em 1919.

Em um duplo envolvimento, realizando uma pinça, um ao norte e outro ao sul, as forças alemãs convergiram para a investida em Varsóvia, após pesado bombardeio da capital polonesa, encontrando as forças soviéticas em Brest-Litosvisk.

Pela primeira vez na história se via uma nova forma de ataque com a combinação de carros de combate, aviação e artilharia – a Guerra Relâmpago “Blitzkrieg”.

Em pouco mais de um mês a Polônia se rende.

A França e a Inglaterra declaram guerra à Alemanha, o que não era muito esperado por Hitler. Iniciava-se a II GM.

2.2.2 O Conflito Global (1939-1945).

2.2.2.1 Os Teatros de Guerra.

A II GM sendo um conflito global foi constituída por Teatro de Operações, Frentes Principais e Secundárias, Campanhas, Batalhas e Fases que envolveu quase todos os continentes, oceanos e espaços aéreos do planeta.

Tendo-se, pois a Frente Ocidental Europeia, a Frente Oriental Europeia, o Atlântico, o Mediterrâneo, o Norte da África, o Pacífico, a Oceania, O sudeste da Ásia, o Oriente Médio e Extremo Oriente.

2.2.2.2.O Avanço do EIXO.

2.2.2.2.1 A Campanha da Polônia (setembro de 1939).

Em um duplo envolvimento, realizando uma pinça, com um Grupo de Exércitos ao norte e um Grupo de Exércitos ao sul, as forças alemãs fixaram o centro polonês, convergindo para a investida em Varsóvia, após pesado bombardeio da capital polonesa, encontrando as forças soviéticas em Brest-Litosvisk.

Pela primeira vez na história se via uma nova forma de ataque com a combinação de carros de combate, aviação e artilharia – a Guerra Relâmpago a “Blitzkrieg”.

A Força Aérea Alemã agindo em massa destruiu a incipiente Força Aérea Polonesa. Ao mesmo tempo aviões alemães atacaram instalações e pontos críticos no interior da Polônia.

O avanço das tropas blindadas alemãs não encontrou resistência de vulto apesar da

heróica atuação da cavalaria polonesa que ainda usava tropas hipomóveis com espadas e lanças.

Em outubro de 1939 a Polônia se rende deixando de existir como estado independente.

2.2.2.2.2 A Guerra de Inverno.

Como consequência da derrota polonesa a URSS se viu com liberdade de ação para controlar os países do Báltico. Lituânia, Letônia e Estônia sucumbiram ao controle soviético, por intermédio de mecanismos de tratados de cooperação forçados o que encorajou Stalin a exigir que a Finlândia atendesse suas reivindicações territoriais.

Houve negociações entre os soviéticos e finlandeses sem terem chegado a um acordo. As hostilidades irromperam no dia 30 de novembro de 1939, forças soviéticas cruzaram a fronteira onde os finlandeses puderam resistir às forças numericamente superiores, infligindo pesadas baixas aos soviéticos.

Os finlandeses fizeram bom uso de suas tropas de esquiadores, acostumadas ao frio polar, camufladas para atuarem nas áreas de neve se valendo do conhecimento do terreno aparecendo e desaparecendo no interior dos dispositivos soviéticos, tornando-se conhecidas como tropas fantasmas, superando os russos até que os números do Exército Vermelho falassem mais alto, levando o conflito à mesa de negociação, sem, contudo fazer desaparecer a Finlândia.

2.2.2.2.3 A Guerra de Mentira.

Com a queda da Polônia e o durante o conflito com na Finlândia, os países se prepararam para o pior: contudo, o que aconteceu foram alguns ataques de bombardeiros, combates aéreos esparsos e alguns combates de pequena monta, o que levou a um jornalista dos EUA a se referir ao conflito como uma “Guerra de Mentira”, provavelmente para que ambos os lados ganhassem tempo para se preparar para o grande conflito que se avizinhava.

Em 6 de outubro de 1939 Hitler propôs um acordo de paz, que foi rejeitado pelos Aliados, dias após foram dadas ordens para um ataque alemão à Europa Ocidental o

que não ocorreu por conta das condições meteorológicas e por mais tempo solicitado por seu estado-maior.

2.2.2.2.4 A Invasão da Dinamarca e Noruega (abril de 1940).

A Dinamarca e, principalmente, a Noruega representavam importante peça na estratégia dos contendores. Para a Alemanha, a Noruega na mão dos Aliados representava séria ameaça em seu flanco norte e impediria a única rota marítima utilizável.

Para a Inglaterra a posse da Noruega pelos alemães significava uma ameaça direta às ilhas.

Ambos os beligerantes acusavam-se mutuamente de violar a neutralidade norueguesa. Os alemães utilizavam a faixa marítima e os fiordes para subtrair seus navios de guerra e mercantes ao bloqueio inglês.

Um incidente em fevereiro de 1940 mostrou a incapacidade dos noruegueses de fazer valer sua neutralidade, ante a minagem da entrada dos fiordes feita pelos ingleses, determinando a invasão da Dinamarca e da Noruega pelos alemães.

2.2.2.2.5 A Campanha da França (maio e junho de 1940).

Tão logo a Polônia foi conquistada, começou a transferência das divisões alemães para a Frente Ocidental. Durante esta campanha o exército francês compunha-se de 66 divisões da ativa e 45 divisões da reserva. Caso houvesse sido lançado um ataque contra a cobertura alemã é possível que os franceses levassem de roldão os alemães até o corte do Reno. Nada, entretanto foi feito para espanto dos próprios alemães.

Hitler desejava velocidade nesta nova frente, entendendo que a queda da França forçaria a Inglaterra a entrar em um acordo, porém por assessoramento de seu estado-maior buscou-se ganhar tempo para um melhor preparo.

Assim a ofensiva, apesar da relutância dos chefes militares germânicos, marcada para novembro de 1939 foi adiada para maio de 1940.

A 10 de maio de 1940 os alemães invadiram a Holanda e a Bélgica, numa ação violenta

empregando paraquedistas, aviação e blindados. Os Aliados, conforme o seu plano, marcharam ao encontro dos alemães, buscando detê-los no corte do rio Dyle.

A 12 de maio fortes contingentes blindados (Panzer), a comando de Guderian desembocam das Ardenas na região de Sedan onde a 13 de maio transpõem o rio Mosa. Transposto o rio, juntamente com mais duas divisões Panzer, continuou em velocidade para noroeste.

Com esta ruptura desmoronou o dispositivo aliado, sendo cortadas suas linhas de suprimento, embora tivessem sido realizados contra-ataques a comando de De Gaulle para romper o dispositivo sem sucesso.

Cercado o Grupo de Exército e associado à rendição dos belgas não restou opção aos aliados a não ser uma retirada (Dunquerque).

Ofereceu-se uma linha improvisada de defesa nos cortes do Somme e Aisne não resistindo ao avanço alemão que entram em Paris a 15 de junho de 1940.

Nesta oportunidade De Gaulle evade-se para Inglaterra e passa a conduzir o governo da França Livre quando é criado o estado francês com a capital em Vichy, estabelecendo-se a Resistência Francesa (os maquis) em oposição aos alemães e aos colaboracionistas.

2.2.2.2.6 A Batalha da Inglaterra (Ago, Set 1940).

Após a derrota da França, Hitler fez propostas de paz à Inglaterra. O novo governo inglês, gabinete de guerra, de coalizão, chefiado por Churchill, que havia substituído o gabinete de Chamberlain quando da invasão da Noruega, rejeitou as propostas, decidindo-se a lutar.

Hitler ordenou preparativos para uma invasão, cujos planos tomaram o nome código Sea Wolf.

Mais tarde abandonou este plano entendendo que poderia reduzir a Inglaterra, por ação aérea. A Luftwaffe atacou objetivos nas ilhas britânicas e a Royal Air Force (RAF) enfrentou-a no espaço aéreo inglês. A batalha iniciada em agosto de 1940, atingiu seu clímax em setembro.

Os alemães sofreram fortes perdas e em outubro abandonaram os ataques maciços,

resultando a ação numa vitória inglesa, que foi favorecida pela luta sobre o seu território, havendo recuperação de pilotos, bem como vantagens no emprego dos seus aviões próximos as suas bases tendo mais tempo para combater pois tinham mais combustíveis nos seus tanques, diferentemente dos alemães que teriam que retornar para o continente.

O uso do radar, do avião de caça “Spitfire”, as barragens de balões ancorados, forçando os aviões atacantes a se manterem acima delas e táticas de combate contribuiu para o êxito britânico.

No mar a campanha prosseguiu entre submarinos germânicos e a marinha inglesa protegendo os comboios marítimos.

2.2.2.2.7 A Batalha do Atlântico.

A guerra no mar era fundamental para a Grã-Bretanha, pois dependia da importação de alimentos e materiais de guerra.

A frota de superfície da Alemanha era pequena em comparação com a marinha britânica, e a grande ameaça vinha dos submarinos alemães (U-Boote).

Esse confronto marítimo se estendeu desde 3 de setembro a 8 de maio de 1945.

O objetivo de Hitler era, com seus U-Boote, bloquear as rotas comerciais marítimas entre os aliados, visando à rendição da Inglaterra na tentativa de inviabilizar a intervenção americana no cenário europeu.

O almirante Karl Donitz foi o grande estrategista naval alemão designado por Hitler para a condução da guerra naval, mas não contava com o emprego imediato de seus submarinos pois esperava por mais tempo para que a marinha alemã pudesse ter mais poder de fogo.

Pode Donitz se furta ao sistema de captação de ondas de rádio, fazendo seus U-Boote atuarem na superfície e em grupo (tática de matilha).

Em 1943 a Brecha do Atlântico superada com o desenvolvimento do radar centimétrico, colocado a bordo de aeronaves melhorando a guerra antissubmarina e com o uso de bombas submersíveis, reduzindo o número de navios aliados afundados e aumentando a neutralização de U-Boote.

Outra vantagem obtida foi à captura de um submarino alemão no qual foi resgatada uma máquina enigma, facilitando o monitoramento das comunicações alemães.

2.2.2.2.8 A Campanha dos Bálcãs (Abr 1941).

O petróleo dos Bálcãs alimentava a máquina de guerra alemã, não interessando a Alemanha qualquer desequilíbrio na região, portanto a influência germânica na área era visível o que Mussolini entendia que deveria haver um “equilíbrio” maior entre as duas potências do Eixo, decidindo-se por invadir a Grécia.

Após alguns êxitos iniciais as forças italianas foram detidas e contra-atacadas pelos gregos que invadiram a Albânia, esta ocupada pelos italianos, deixando os italianos em sérias dificuldades.

Hitler, que neste tempo já dera a diretriz para o ataque à URSS (Operação Barbarossa) decidiu intervir, não só para auxiliar seu aliado, como também para assegurar seu flanco sul nas futuras operações no Leste europeu.

Neutralizadas a Hungria, a Bulgária e a Romênia por intermédio da diplomacia os alemães invadem a Iugoslávia, após ultimato não aceito.

Com forte apoio aéreo, lançam-se os alemães sobre a Iugoslávia e a Grécia, partindo da Áustria.

Na Iugoslávia os alemães vão sofrer forte resistência dos “partizans” do líder comunista Josip Broz Tito, futuro chefe da Iugoslávia.

A campanha contra a Grécia prosseguiu ante a resistência de gregos e britânicos que foram forçados a retirarem-se para Creta e Albânia.

O assalto a Creta corou a ação alemã ao ser realizada uma operação aeronaval sobre a ilha. Após pesados bombardeios aéreos, paraquedistas alemães saltaram sobre seus objetivos, recebendo reforços de planadores, aviões de transportes e navios, conseguindo a vitória embora sofrendo pesadas baixas.

2.2.2.2.9 O Norte da África, Mediterrâneo e o Oriente Médio.

Com o acirramento da guerra, a Grã-Bretanha percebeu que o resultado da guerra

poderia ser decidida no Mediterrâneo e no Oriente Médio, fonte vital de suprimentos de petróleo e principal linha de comunicações com a Índia e o Extremo Oriente.

A Itália precisava controlar o mar Mediterrâneo, a fim de enviar suprimentos e recursos militares para seu império no norte da África, que deveria ser a base para um ataque ao canal de Suez. Cabia à marinha britânica a tarefa de cortar as linhas de abastecimento italianas e, ao mesmo tempo, preservar suas próprias rotas abertas a partir de Gibraltar, no oeste, através de Malta e Chipre até a base naval de Alexandria e o canal de Suez, no leste.

Os italianos não atingiram os objetivos fixados no norte da África, dentre eles o controle do canal de Suez, sendo rechaçados pelos britânicos, sendo necessário o auxílio alemão com a entrada em operação do Afrika Corps comandado pelo general Erwin Rommel.

Rommel consegue se impor aos ingleses, havendo episódios de vitórias do Eixo alternando-se com vitórias aliadas, seguiu-se um período de estabilização, mas com a derrota de EL-Alamein e com a possibilidade de atuar em duas frentes com a presença dos americanos por oeste e britânicos a leste os alemães deixam o norte da África, liberando o Mediterrâneo para a invasão da Sicília e da Itália em 1943, aliviando a pressão do Eixo na Frente Oriental.

2.2.2.2.10 A Campanha da Rússia (Jun 1941 a Mai 1945).

Durante o impasse surgido na guerra contra a Inglaterra, Hitler decidiu lançar-se contra a URSS, coerente com seu esquema político.

Levaram-no a esta decisão as seguintes considerações:

- Que seria inevitável uma decisão com o bolchevismo pelas armas;
- Ganhar espaço vital no Leste; e
- Eliminar de uma vez a ameaça à sua retaguarda.

Hitler estava seguramente convencido de que poderia destruir o Exército Vermelho tão facilmente quanto os demais adversários.

Desde a derrota da França, acalentava o projeto de a URSS, entendendo que o pacto Ribbentrop – Molotov serviria para uma guerra de longa duração na Frente Ocidental o

que não aconteceu não sendo mais necessário.

Os alemães iniciaram as operações fazendo uso da Blitzkrieg. Pontas de lança blindadas abriram brechas no dispositivo inimigo e eram seguidas pela infantaria que consolidava a conquista.

O imenso espaço levou os alemães a aplicar a tática que tomou o nome de “cunha e caldeirão” que consistia, em última análise: de duas cunhas blindadas que penetravam paralelas e profundamente nas posições inimigas reunindo-se num ponto predeterminado e cercando assim as forças adversárias dentro de um grande caldeirão. Estas forças eram, logo que possível, substituídas pela infantaria e prosseguiam esboçando novos bolsões.

As forças alemães foram organizadas em três grupos de exércitos, o do Norte (marechal Von Leem), o Centro (marechal Von Rock) e o Sul (marechal Von Adrastea). Cada qual atacou por um eixo de penetração usando grupos blindados (Panzer) para abrir caminho através da linha soviética, enquanto numerosa infantaria seguia atrás.

No extremo norte , exércitos finlandeses apoiavam o ataque; no sul grandes forças romenas, dirigidas por um comandante-geral alemão, rumaram na direção de Odessa e da Crimeia.

Os soviéticos defenderam-se tenazmente e esboçaram a “linha defensiva Stalim” que vinha do mar Báltico ao mar Negro, utilizando também a tradicional tática de terra arrasada destruindo tudo o que eram obrigados a abandonar.

Em fins de julho de 1941 e princípio de agosto é atacada e rompida a “Linha Stalin”, o grupo de exército norte começa a ameaçar Leningrado. O centro prossegue sobre Smolensk, deixando bolsões a retaguarda e no sul Kiev é atingida.

Embora os soviéticos lutassem bravamente e detivessem o avanço do inimigo em pequenas batalhas locais, a velocidade e a violência do ataque a que estavam submetidos quase lhes arruinou o poderio aéreo em questão de dias, causando desmoralização generalizada e o colapso das comunicações e suprimentos.

Pode-se constatar que uma das grandes dificuldades dos russos nas ações contra os alemães advém da falta de qualidade dos quadros militares no trato das questões da guerra tendo em vista aos expurgos realizados por Stalin não só nos quadros do partido como também no seio de suas forças armadas.

Em setembro, com a resistência russa acentuando-se cada vez mais o ímpeto alemão vai diminuindo, estes atingem Leningrado ao norte, conquistam Smolensk e Kiev ao centro e a costa do mar negro até a Crimeia ao sul.

Na primavera de 1942 reiniciaram-se as operações, conseguindo os alemães barrar uma ofensiva russa na frente de Moscou. A seguir lançaram sua ofensiva. Abandonam os objetivos Moscou e Leningrado e decidem atingir o baixo Volga e o Cáucaso, cujo petróleo necessitavam urgentemente.

Além disto, a posse do Cáucaso poderia forçar a entrada da Turquia na guerra ao seu lado, bem como esboçar um enlace com as forças de Rommel que no norte da África, pudessem avançar sobre o Egito, o Canal de Suez, infletindo para o norte a oeste dos rios Tigre e Eufrates, chegando ao Cáucaso pelo sul.

Stalingrado passa a ser o objetivo estratégico alemão, incidindo sobre ela uma poderosa força germânica detendo-se neste ponto, ficando essa força isolada por ataques de flancos por parte dos russos, após rechaçar outro exército alemão que tinha se aventurado no Cáucaso, impossibilitando Hitler de tentar uma ruptura, sendo um ponto de inflexão da II GM, como El-Alamein no norte da África e Midway no Pacífico.

Após o degelo de 1943 e a capitulação de Stalingrado os alemães na intenção de eliminar um saliente nas linhas russas, precipitam sobre a área utilizando a tradicional tática de “pinça”, ocorrendo a maior batalha de tanques de toda a história, perdendo os alemães a iniciativa estratégica na Campanha da Rússia, sendo sistematicamente repelidos para oeste.

Durante a campanha foi estabelecido pelos EUA aos russos o fornecimento de armas e outros suprimentos entre 1941 a 1945 sendo conhecido como o “Lend – Lease”, contribuindo em muito para o sucesso soviético frente aos alemães.

2.2.2.2.11 A Blitzkrieg Japonesa no Pacífico.

O expansionismo do Império Japonenses na Ásia era evidente após as invasões da Mandchúria, Mongólia, China e ilhas do oceano Pacífico na busca por recursos minerais, petróleo e alimentos, realizando sucessivas operações de desembarque anfíbio.

O Japão dentro dessa política de construir um gigantesco império sob seu controle no Extremo Oriente, chocou-se com a Inglaterra e os EUA. Com a queda da França, mediante acordo com o governo de Vichy, obteve o controle das concessões francesas na China e Indochina.

Firmou-se, ainda em 1941, um pacto de não-agressão com a URSS que lhe deu a segurança no flanco norte. Finalmente, com a precária situação inglesa em 1941 e com os alemães às portas de Moscou, o Japão, embora tendo mandado uma missão diplomática especial a Washington aplainar as dificuldades com os EUA, entendeu propício o momento de iniciar a guerra com um ataque fulminante contra as forças navais americanas no Pacífico – Pearl Harbour.

Agindo conforme sua tradição golpeou de surpresa o inimigo buscando a superioridade militar desde o início, realizando um ataque a uma importante base americana no Havaí. Uma esquadra japonesa, à base de porta-aviões, deslocou-se por rota não frequentada e na manhã de 7 de dezembro de 1941 (domingo às 07:45 h) desembocou o ataque.

Centenas de aviões decolaram dos porta-aviões e, ao alvorecer, atacaram violentamente as instalações navais da ilha atingindo gravemente a esquadra americana, causando um desequilíbrio inicial de grandes consequências na longa luta que se iniciava, deflagrando uma grande comoção nacional no povo americano fazendo os EUA saírem de seu isolacionismo entrando no conflito.

Buscaram os japoneses atingirem os seguintes objetivos:

- neutralização da esquadra americana do Pacífico;
- conquista dos recursos do Sudeste asiático;
- eliminação de forças no extremo oriente; e
- conquista de áreas e pontos estratégicos.

Passam então os japoneses à conquista de Hong Kong, Malásia, Birmânia, Filipinas , Índias Holandesas, parte das Aleutas, caracterizando uma verdadeira Blitzkrieg japonesa no Pacífico.

2.2.2.3 A Contraofensiva Aliada.

2.2.2.3.1 Midway – o ponto de inflexão no Pacífico e da II GM.

O ano de 1942 marca o fim do avanço do Eixo e o início da contraofensiva Aliada. A expansão japonesa é detida em Guadalcanal que estava sob controle americano encerrando com essa vitória o avanço japonês no Pacífico Sul.

A batalha de Guadalcanal chegou a um ponto crucial em novembro de 1942.

Embora em escala bem menor do que os confrontos no deserto norte-africano e em torno de Stalingrado, a luta pela ilha foi um teste vital para a determinação americana quanto à capacidade para do Japão de proteger seu recém-criado império.

Mas foi em Midway, junho de 1942, que numa tentativa japonesa de conquistar a base americana que a esquadra do Japão sofreu pesadas perdas (4 porta-aviões contra um dos EUA) se constituindo em um ponto de inflexão da II GM, enfraquecendo permanentemente a capacidade nipônica de combate no mar e no ar, retirando a iniciativa militar japonesa pelo resto da guerra.

A iniciativa da luta passa agora para as mãos dos Aliados, retomando ilhas e áreas do Pacífico recomeçando com Nova Guiné e posteriormente com uma ofensiva na direção da Filipinas, constituindo uma operação denominada pelos americanos de “batráquia”, saltando de ilha em ilha.

O almirante Nimitz de posse de Midway avançou no Pacífico Central e no sudoeste o general Mac Arthur continuou avançando pela costa a Guiné aprontando a retomada das Filipinas em outubro de 1944.

A Birmânia é retomada com tropas americanas, chinesas e anglo hindus.

As operações finais contra os territórios originais do Japão como Iwo Jima em fevereiro e março de 1945 foi a primeira ilha conquistada no caminho de Tóquio, não sem a tenaz e desesperada resistência nipônica, permitindo a partir daí o bombardeio direto do território metropolitano do Japonês.

Okinawa (Abr e Jun 45), situada próxima da extremidade sul do Japão foi assaltada em 1 de abril de 1945.

O colapso japonês a partir de Okinawa fez com que os americanos intensificassem o bombardeio aéreo e naval sobre o Japão.

2.2.2.3.2 A Conferência de Casablanca (Jan 1943).

Com o objetivo de planejar uma estratégia europeia para as ações Aliadas durante a guerra, estando presentes Franklin Roosevelt (EUA), Wiston Churchill (Inglaterra), Charles De Gaulle (França), sem a presença de Stalin (URSS).

Ficou decidido que a invasão da Sicília ocorreria depois da derrota do Eixo no norte da África. À Conferência e Casablanca seguiu-se a do Cairo, da qual participou o líder chinês Chiang Kay-Shek, também sem a presença de Stalin, acordando sobre a rendição incondicional do Japão.

2.2.2.3.3 A Invasão da Sicília e da Itália (Jul 43).

Os EUA haviam entrado na guerra em fins de 1941 e em novembro de 1942 fizeram sua primeira intervenção no teatro europeu, desembarcando no norte da África ocupando simultaneamente Argel, Oran e Casablanca. Daí partiram sobre a Tunísia onde os alemães estavam decididos a manter uma cabeça-de-ponte na África.

Os americanos tiveram inicialmente que pagar tributo a sua inexperiência de guerra em alguns insucessos (Faid e Kasserine). Mas em maio de 1943 com a conquista de Tunis e Bizerta já se apresentaram como veteranos.

Sob o código Husky, americanos e ingleses prepararam a invasão da Itália através da Sicília. Para esta operação anfíbia foi organizado o 15º Grupo de Exército sob o comando do general inglês Alexander e constituído pelos VIII Ex Britânico (Montgomery) e VII Ex Americano (Patton).

A 10 de Jul, desembarcaram sem maior oposição, na extremidade sudeste de Sicília, os americanos no golfo de Gela e os britânicos ao sul de Siracusa. Contra-ataques italianos e alemães foram repelidos e a cabeça de ponte foi consolidada.

Na sequência, em curta campanha em que soldados italianos se rendiam em massa, os aliados conquistam a ilha. As três divisões alemães, após oferecerem acentuada resistência, retiraram-se para o continente pelo estreito de Messina.

A 17 de agosto, a 45ª DI americana entrou em Messina consumando a conquista da Sicília.

O assalto à Itália continental teve lugar a 3 de setembro. O desembarque principal realizou-se no estreito de Messina sobre Reggio di Calabria.

A 9 de setembro foi tomada a base naval de Taranto.

O governo italiano, que havia destituído e preso Mussolini a 25 de julho, entrou em entendimentos com o comando aliado para uma paz em separado.

Os alemães, em revide, ocuparam a Itália e libertaram Mussolini, que organizou, um governo republicano fascista no norte do país. Na madrugada de 9 de setembro os aliados desembarcaram na praia de Salerno logo ao sul de Nápoles. Encontraram, porém, forte resistência alemã e, somente em 1º de outubro, Nápoles caiu nas mãos dos aliados.

Os alemães organizaram nova linha de defesa no estreitamento da península italiana, aproveitando os cortes do rio Garigliano e Sangro e o terreno montanhoso entre os dois rios, principalmente na região chave de Cassino, onde fica o famoso mosteiro. Novas e violentas lutas barraram a progressão aliada nesta linha. Em janeiro de 1944 os aliados decidiram contornar a posição por um envolvimento anfíbio, desembarcando na praia de Anzio.

Esta força também não conseguiu desembocar na cabeça de ponte e somente em maio foi possível romper o dispositivo alemão e prosseguir sobre Roma que foi ocupada pelos aliados a 4 de junho de 1944.

Os alemães em retirada reorganizaram-se defensivamente nas montanhas ao norte do rio Arno, na chamada Linha Gótica.

Os aliados, agora desfalcados de tropas retiradas para a invasão do sul da França, perderam o ímpeto ofensivo e os alemães, fortemente entrincheirados, resistiram nos Penianos. Nesta ocasião integrou-se nas forças aliadas a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira, que foi enquadrada no IV Cex, integrante do V Ex americano.

Os aliados só puderam retomar a ofensiva em fevereiro de 1945 (ofensiva da primavera) em que a Div brasileira destacou-se na tomada de Monte Castelo e Montese. Seguiu-se o aproveitamento do êxito no vale do Pó desmoronando toda a resistência alemã.

A rendição da Alemanha (8 Mai 45), veio encontrar o V Ex americano na fronteira com a França e Suíça, e o VIII Ex britânico na fronteira da Áustria e Iugoslávia.

2.2.2.3.4 A Invasão da França (o Dia D).

Os preparativos para a invasão da França tiveram início em 1942. Americanos e ingleses concentraram forças na Inglaterra para invadir o continente europeu. Os preparativos terminaram em maio de 1944 e marcou-se a data da invasão, inicialmente para 5 de junho, depois transferido para o dia 6 de junho em face das condições meteorológicas é a “Operação Overlord”.

A escolha das praias de desembarque obedeceu ao critério do amplo e eficiente apoio aéreo. As experiências anteriores (Norte da África, Sicília e ilhas do Pacífico) demonstraram a necessidade disto. A mais curta distância entre a Ilha e o continente seria a região Diepe-Calais-Dunquerque, estando os alemães mais fortes neste setor.

A costa da Bretanha e do Golfo da Gasconha já estavam demasiadamente distantes das bases inglesas. As praias da Normandia ofereciam a vantagem da existência de dois portos de primeira classe (Cherburg e Le Havre).

Por outro lado, o rio Sena oferecia uma boa cobertura de flanco contra o grosso alemão desdobrado a Leste deste rio. Foi, portanto, a área de objetivo anfíbio escolhida.

O assalto seria precedido pelo lançamento à retaguarda imediata e à proporção que consolidavam a cabeça de ponte deveriam conquistar o porto de Cherburgo na península logo a oeste das praias de desembarque.

Para os alemães o conceito da defesa da chamada fortaleza Europa, havia divergência entre Rundstedt e Rommel.

Enquanto o primeiro determinava a solução clássica de manter fracos elementos de litoral e forte reserva no interior para contra-ataques, Rommel argumentava que a superioridade aérea dos aliados impediria o deslocamento de reservas fortes. Sustentava que a única chance seria a batalha na praia, aproveitando a fraqueza temporária do inimigo por ocasião do desembarque, adotou-se uma solução intermediária que redundou em insucesso.

Os acontecimentos posteriores deram razão a Rommel, pois as reservas alemães depois do desembarque só puderam se deslocar à noite e assim mesmo por estradas danificadas. Por outro lado a batalha nas praias exigiria uma pletora de meios que os

alemães não dispunham na época.

As operações foram precedidas por um forte bombardeio aero-naval, assegurando a cabeça de praia no dia seguinte e até o dia 12 foram repelidos limitados contra-ataques alemães.

De 13 a 24 de junho a cabeça de ponte foi ampliada até o porto de Cherburgo apenas na frente de Caen os britânicos não progrediram.

Em fim de junho os aliados tinham desembarcado boa parte de sua força ficando a reação dos alemães reduzidas pois imaginavam ser uma finta e que o principal desembarque seria na região de Calais.

A 25 de julho os americanos irromperam em St Lô e abriu caminho para o rio Sena. Em consequência, grandes efetivos alemães ficaram isolados no bolsão de Falaise sendo destruídos. A 25 de agosto os aliados atingem o Sena e liberaram Paris.

A 15 de agosto os aliados desembarcam no sul da França (Toulon-Canes), progredindo para o norte.

Ao alemães só restaram retrain suas forças para suas fronteiras, sendo pressionados na direção de oeste para leste, encontrando a partir daí forte resistência germânica.

Numa tentativa de rompimento ao norte Montgomery planeja uma operação aro-terretre (Operação Market Gardem), numa tentativa de impor velocidade para a conquista de sucessivas pontes que liberassem o caminho para Berlim não conseguindo o seu intento.

Em 26 de dezembro de 1944, os alemães surpreendentemente lançam uma forte contraofensiva nas Ardenas que, durante o fim do ano, pôs em cheque todo o dispositivo aliado. Foi o último alento dos alemães na frente ocidental, pois, esgotadas suas reservas passaram a defensiva com os russos se aproximando por leste.

De setembro de 1944 a março de 1945 os aliados realizaram um bombardeio estratégico sobre áreas na Alemanha com intuito de aniquilar a vontade germânica de prosseguir no conflito, selecionando alvos de interesse estratégico.

Em fevereiro de 1945 os aliados lançaram sua ofensiva final, conquistando os americanos estabelecem uma cabeça de ponte no Reno estabelecendo-se contato com os soviéticos em Torgau no rio Elba com os russos tomando posse de Berlim a 8 de maio de 1945 tendo Hitler se suicidado.

No prosseguimento do ano de 1945 no Extremo Oriente, no Teatro de Operações do Pacífico, bombardeios estratégicos foram realizados pelos EUA contra os japoneses em virtude da tenacidade com que os nipônicos defendiam o território continental do Japão, causando um número de baixas extraordinárias levando o Presidente Truman a tomar a decisão estratégica do emprego da arma nuclear com a consequente rendição do Japão em agosto de 1945.

2.2.2.4 Consequências.

Segundo Philippe Masson a geopolítica global nunca mais foi a mesma depois da Segunda Guerra Mundial mais que a Grande Guerra (1914-1918) a guerra de 1939-1945 merece ser chamada de mundial e global. Isso porque mobilizou a totalidade das forças morais e físicas dos beligerantes, provocando o desenvolvimento de sistemas de propaganda e de economia de guerra num nível jamais alcançado antes.

Além disso, as operações aconteceram em cenários variados – Europa, norte da África, Oriente Próximo, Oriente Médio, Extremo Oriente, Sudeste Asiático, Oceania, Atlântico e Pacífico, exigindo novos sistemas de armas, modificando o emprego tático e estratégico das operações.

Esse conflito “fora das normas” também foi absoluto, não somente pela extensão dos massacres, pelo emprego dos meios de destruição em massa ou pelo desencadeamento das paixões, mas também pelo seu desfecho com a capitulação total dos vencidos.

3. AS GUERRAS NA GUERRA FRIA

3.1 Indochina (1961-1975)

(1945-1954) Foi a sequência do conflito (1946-1954) entre a França, a qual dominava a Indochina após a Segunda Guerra Mundial, e a Liga para a Independência do Vietnã, comandada pelo líder revolucionário Ho Chi Minh.

Tendo emergido como o grupo nacionalista mais forte que lutou na ocupação japonesa da Indochina francesa durante a Segunda Guerra Mundial, a liga estava determinada a resistir ao domínio colonialista francês e implantar mudanças sociais e políticas.

Seguindo a rendição japonesa para os Aliados em Agosto de 1945, as guerrilhas Vietminh tomaram a capital Hanói e forçaram a abdicação do Imperador Bao Daí.

A 2 de setembro eles declararam a independência do Vietnã e anunciaram a criação da República Democrática do Vietnã, chamado de Vietnã do Norte, tendo Ho Chi Minh como presidente.

A França reconheceu oficialmente o novo Estado, porém a seqüência de desentendimentos políticos e econômicos levou a um conflito armado entre o Vietnã do Norte e a França no começo de dezembro de 1946.

Com o apoio francês, Bao Daí organizou o Estado do Vietnã, chamado de Vietnã do Sul, no dia primeiro de julho de 1949, estabelecendo sua capital na cidade de Saigon (a atual cidade de Ho Chi Minh). Durante os próximos anos, os EUA reconheceram oficialmente o governo de Saigon, bem como o ajudaram.

O presidente Harry S. Truman mandou um grupo de assistência militar para treinar os Sul-Vietnamitas no manuseio das armas americanas. Enquanto isso, França e o Vietminh estavam construindo suas forças.

A batalha decisiva aconteceu na primavera de 1954, o Vietminh atacou o forte francês de Dien Bien Phu no norte do Vietnã. Graças a uma estratégia militar brilhante liderada por Ho Chi Minh, dia 8 de maio de 1954 após 55 dias de cerco os franceses se renderam.

No mesmo dia, delegações do Vietnã do Sul e do Norte encontraram-se com delegações da França, Inglaterra, União Soviética, EUA, China Comunista e os outros dois Estados indochineses: Laos e Cambodia na cidade de Gênova para discutir o futuro da Indochina.

Foi feito um acordo o qual dividia o Vietnã temporariamente em dois Estados. Acima do paralelo 17, o norte, seria governado pelos comunistas e ao sul do paralelo seria comandado pelos capitalistas. O acordo estipulava eleições para a reunificação do país, as quais se dariam em 1956.

Em 24 de outubro de 1954, o presidente americano Dwight D. Eisenhower ofereceu

apoio econômico direto ao Vietnã do Sul. Foram mandados destacamentos de treinamento militar para as tropas do Sul em fevereiro de 1955.

O suporte americano para o governo vietnamita sulino continuou mesmo após Bao Daí Ter sido deposto em 23 de outubro de 1955, sendo criada uma república no Sul, com Ngo Dinh Diem como presidente.

Um dos primeiros atos de Diem foi anunciar que o seu governo recusaria as eleições bem como o direito dos Norte-Vietnamitas de expressarem seus direitos, alegando que haveria fraude por parte dos nortistas (embora Diem e outros oficiais sulinos fossem acusados de práticas eleitorais fraudulentas).

A recusa pelas eleições preestabelecidas se dá pelo fato de que o Sul não estava preparado para enfrentar o Norte. Apesar dos EUA terem ajudado financeiramente, faltou organização política sólida, manutenção do país em si, pois não adianta fornecer poucas condições hoje e elas faltarem amanhã.

Não foi possível criar uma estrutura forte com a ajuda dada pelos EUA. O Sul não necessitava de táticas ou equipamentos militares, mas sim de uma organização político-econômica auto-sustentável. Não se conserta um país fornecendo uma quantia específica de dinheiro, pois esse montante acabará e os inúmeros problemas estarão proliferando.

O Sul não aceitou o prazo das eleições porque ele não tinha a mínima chance de vitória. Os EUA não aceitaram e desde 1955, prepararam os Sul-Vietnamitas para um confronto armado.

Os Norte-Vietnamitas atacaram instalações militares americanas no Sul, usando o método de guerrilhas. Chamados de Vietcongs, os Norte-Vietnamitas estavam completamente certos, pois o Sul não cumpriu com sua parte no acordo e nem os EUA. A única forma de acabar com a arrogância americana foi com ataques as suas bases militares. Os americanos são muitíssimos prepotentes, pensam que podem fazer o que querem com qualquer um, pensam que são os donos do mundo. Enganam-se... Os ataques foram intensificados em 1960, o ano em que o Vietnã do Norte proclamou a intenção de "liberar o Vietnã do Sul do domínio imperialista americano." Os Vietcongs estavam sendo comandados por Hanói. Para mostrar que o movimento da guerrilha era independente, os Vietcongs estabeleceram sua própria política, conhecida como

Frente de Liberação Nacional (FLN), com seu centro de operações em Hanói.

O presidente John F. Kennedy, em dezembro de 1961, enviou a primeira tropa americana, constituída por 400 soldados, a qual chegou a Saigon, com o objetivo de operar duas companhias de helicóptero. Contudo, a hipocrisia americana atingiu o ponto de declarar que essa tropa não era uma unidade de combate.

Em 1 de novembro de 1963, o regime de Diem foi deposto com um golpe militar. Diem e seu irmão Ngo Dinh Nhu, foram executados. As circunstâncias em volta do golpe não foram explicadas claramente na época. No verão de 1971, contudo, com a publicação de um documento secreto do Pentágono sobre a Guerra, foi revelado que o golpe seria iminente e os EUA estavam preparados para proverem um governo sucessor. O governo substituto foi um conselho revolucionário liderado pelo Brigadeiro General Doung Van Minh. Seguiu-se uma série de outros golpes, após o regime de Diem, Vietnã do Sul teve 10 diferentes governos em um prazo de 18 meses. Nenhum deles foi capaz de suportar efetivamente a situação militar do país. Um conselho militar sob o comando dos Generais Nguyen Van Thieu e Nguyen Cao Ky foi finalmente criado em 1965, o qual restaurou a ordem política básica. Mais tarde, em setembro de 1967, eleições foram suspensas e Thieu tornou-se presidente do Vietnã do Sul.

Diferente das guerras convencionais, a Guerra do Vietnã não teve "Front" (frente de combate) definido. Usaram-se estratégias de guerrilha, como o movimento "hit and run" (atacar e correr), buscando refúgio na floresta.

No começo de 1960, os Vietcongs infiltraram-se no Sul pela "Trilha de Ho Chi Minh", a qual abastecia as tropas nortistas espalhadas pelo país com suprimentos vindos da China e da URSS. A Guerra se iniciou com o ataque de torpedos Norte-Vietnamitas contra dois destróiers americanos no Golfo de Tonkin.

Em 7 de agosto, o senado americano autorizou um envolvimento militar maior e o presidente Lyndon B. Johnson ordenou que jatos fossem mandados para o Vietnã do Sul e fortes bombardeios no Vietnã do Norte foram iniciados.

De 1964 à 1968 o General William C. Westmoreland foi o comandante das forças americanas no Vietnã do Sul; ele foi substituído em 1968 pelo General Creighton Abrams.

Em fevereiro de 1965, aviões americanos começaram bombardeios regulares com

alvos no Vietnã do Norte. Foram cancelados em maio, na esperança de iniciarem um acordo de paz, todavia o Vietnã do Norte recusou todas as negociações. Os bombardeios recomeçaram.

Em 6 de março de 1965, uma brigada de "Marines" (Fuzileiros Navais) chegou a Da Nang, sul da zona desmilitarizada (ZDM). As forças americanas atingiam o número de 27.000 soldados. Até o fim do ano, seriam 200.000.

De fevereiro de 1965 até o fim do envolvimento americano em 1973, as tropas do Vietnã do Sul lutaram principalmente contra a Guerrilha Vietcong, enquanto os EUA e as tropas aliadas enfrentaram os Norte-Vietnamitas em uma Guerra violenta feita em lugares como: o Vale de Dang, Dak To, Loc Ninh e Khe Sanh - todas as vitórias dos capitalistas.

Durante a campanha de 1967-1968, o estrategista Norte-Vietnamita Vo Nguyen Giap lançou a famosa Ofensiva Tet (devido ao ano novo lunar vietnamita, em meados de fevereiro): uma séria de ataques maciços em mais de 100 alvos urbanos.

Mesmo tendo um efeito psicológico devastador, a campanha a qual Giap esperava ser decisiva, falhou, forçando o recuo de muitas posições que os Norte-Vietnamitas haviam ganhado. Foram mortos 85.000 Vietcongs.

Apesar da vitória aparente dos norte-americanos, a opinião pública dentro dos EUA era de que estavam lutando por uma Guerra a qual os americanos nunca ganhariam. Em 31 de março de 1968, o Presidente Johnson anunciou um corte nos bombardeios no Vietnã do Norte, com o objetivo de uma nova postura pacífica.

Houve uma resposta positiva de Hanói, e em maio, tratados de paz entre o Vietnã do Norte e os EUA começaram a tomar forma em Paris. Com o passar do tempo, os tratados se expandiam para incluir o Vietnã do Sul e a FLN Vietcong. Porém, nenhum tratado resultou em paz, todavia os bombardeios ao norte do Vietnã foram completamente suspensos em novembro.

Em 1969, o Presidente Richard M. Nixon, anunciou a retirada de 25.000 tropas americanas do Vietnã até agosto de 1969. Outro corte de 65.000 tropas foi ordenado no final do ano. O programa chamado de "vietnamização da guerra", foi efetivo. Com isso, o Presidente Nixon enfatizava uma responsabilidade maior dos Sul-Vietnamitas.

Contudo nem a redução de tropas americanas ou a morte de Presidente Ho Chi Minh,

em 3 de setembro de 1969, foi capaz de por um ponto final na guerra. Os Vietcongs queriam a completa retirada das tropas americanas do sul, como condição de paz.

Em abril de 1970, tropas de combate americanas entraram no Camboja, ficando lá somente 3 meses, porém os ataques aéreos no Vietnã do Norte, recomeçaram com força dobrada.

Em 1971, as forças Sul-Vietnamitas tinham um importante papel na Guerra, pois lutavam em vários "Fronts": Camboja, Laos e no Vietnã do Sul.

Com o passar dos meses de 1971, a retirada dos americanos continuou. Ela coincidiu com uma nova estruturação do exército Norte-Vietnamita, pois estavam planejando uma intensificação nos movimentos da Trilha Ho Chi Minh no Laos e no Camboja.

Ataques aéreos americanos no setor da Indochina foram maciçamente reforçados. Na terra, as forças vietnamitas comunistas lançaram ataques efetivos contra as forças do governo no Vietnã do Sul, no Camboja e no Laos.

Em 1971, as baixas americanas diminuíram significativamente para 1.380 soldados, comparadas com os 4.221 mortos em 1970. Por outro lado, as tropas de Saigon sofreram 21.500 baixas: muitos no Camboja e no Laos, contudo a grande maioria sucumbiu no Vietnã do Sul. Os sulinos tiveram 97.000 mortos em 1971.

Movimentos de paz cresciam dentro dos EUA. Houve muita controvérsia sobre o envolvimento americano na Guerra, levantando manifestações e passeatas em prol da paz.

Esses movimentos foram acelerados com a publicação de algumas atrocidades cometidas pelos americanos na Guerra. A qual teve maior repercussão foi a do Massacre de My Lai, em 1968. A companhia C, Primeiro Batalhão, Vigésima Infantaria, Décima Primeira Brigada, divisão americana, fuzilou 347 civis desarmados, os quais figuram na grande maioria crianças, mulheres e idosos, na vila de My Lai.

Cinco soldados foram a corte marcial. O tenente William L. Calley foi responsabilizado pelo ocorrido, sendo julgado culpado por um júri militar em setembro de 1971.

Em 30 de março de 1972, os Vietcongs lançaram um ataque fulminante na ZDM da província de Quang Tri.

Em 8 de maio de 1972, o Presidente Nixon ordenou que minassem os portos do Vietnã do Norte, principalmente o porto de Haiphong, com a finalidade de destruir a rota dos

suprimentos, enviados pelos aliados comunistas.

O sistema de transporte nortista também foi atacado, especialmente os trilhos de trem, causando sérios problemas econômicos. A cidade de Quang Tri foi ocupada pelos capitalistas dia 15 de setembro, após 4 meses de ocupação comunista.

Nixon ordenou ataques mais violentos e o uso dos bombardeiros B-52 foi intensificado, sendo realizados ataques 24 horas por dia.

Na noite de 23 de janeiro de 1973, o Presidente Nixon anunciou em cadeia nacional a viabilidade de todos os termos formais para um cessar fogo.

Em 27 de janeiro, em Paris, delegações representando o Vietnã do Sul e do Norte, os EUA e o e o Governo Comunista Provisório do Vietnã do Sul assinaram um acordo acabando com a Guerra e restaurando a paz no Vietnã.

O cessar fogo oficialmente teve efeito dia 28 de janeiro.

No final de maio de 1973, todas as tropas americanas foram retiradas. Embora o Presidente Nixon tenha aparentemente assegurado ao governo de Thieu que forças americanas manteriam apoio em um eventual rompimento do acordo de paz. Futuras assistências ao Sul ficaram politicamente impossíveis. Uma das razões para isso foi o escândalo de "Watergate" .

Dia 30 de abril de 1975, a capital Saigon foi capturada e a República do Vietnã rendeu-se incondicionalmente para o Governo Provisório Revolucionário.

O uso intensivo de Napalm (bomba incendiária) matou milhares de civis. O emprego de desfolhantes, como o agente laranja, além de acabar com a vida humana, destruiu o meio ambiente de um país essencialmente agrícola. Vietnã foi vastamente destruído.

Resultados da Guerra: 2 milhões de vietnamitas foram mortos, 3 milhões de feridos e inválidos, e centenas de milhares de crianças órfãos. Além dos 12 milhões de refugiados.

Baixas americanas: 57.685 KIAs (mortos), 153.303 feridos e inválidos, 587 POWs (prisioneiros de guerra) e 2.500 MIAs - soldados perdidos em ação.

A Guerra do Vietnã foi a primeira guerra televisionada em toda sua brutalidade. Esse foi um dos fatores contribuintes para a horrenda "fama" da Guerra do Vietnã.

3.2 Árabe-Israelense (1948-2000)

3.2.1 Introdução

A geopolítica do Oriente Médio torna-se significativa ao Ocidente a partir do final do século XIX em virtude da revolução energética, consolidada na valorização econômica do petróleo e na dependência desta matriz energética. No campo psicossocial, as questões de fé e identidade cultural envolveram e envolvem nações inteiras daquela região em abordagens relevantes, tendo tanto o Islã quanto o Judaísmo ideias-força de enorme teor de mobilização.

A era moderna, projetando o poder ocidental, expandiu o Estado nacional moderno e o peso do emergente capitalismo europeu se fez sentir nas regiões islâmicas, agregando ao desenho de suas sociedades a estrutura do estado moderno centralizado e a ideologia nacionalista.

A ascensão do Estado-Nação nos países árabes caracterizou-se por um intenso debate sobre as opções a serem adotadas pelas novas nações. No caso do Oriente Médio, assim como nas regiões onde o islã é adotado, não há separação da religião e da política. Portanto, um Estado islâmico seria aquele onde Igreja e Estado estão unidos. Porém, com as derrotas e imposições coloniais realizadas pelas potências europeias, diversos intelectuais, militares e outras figuras do mundo muçulmano passaram a advogar a adoção de um Estado Laico nos moldes ocidentais, visando modernizar seus países, vendo no nacionalismo laico o caminho para o progresso e a não-dependência frente às potências mundiais. Os casos de Turquia, Egito, Síria e Iraque são demonstrações da laicização em seus Estados.

O nacionalismo laico foi adotado na Turquia ao final da Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Turco-Otomano. Com o desmembramento do império, logo surgiu o Movimento Nacional Turco, que desejava se livrar das consequências da derrota e recuperar a soberania sobre seu território. Esse movimento esteve sob a liderança de Mustafá Kemal Atatürk, que conduziu as campanhas na Guerra de Independência da Turquia, batendo armênios, franceses e gregos e conquistando a emancipação do país, que se tornou a República da Turquia.

A nação fundada por Atatürk tinha um forte componente secular, e sofreu uma série de

reformas, que visavam gerar um novo Estado na região. A fundação da República e a transformação da Grande Assembleia Nacional Turca em Parlamento vieram a acabar com o califado, que havia surgido com o fim do sultanato, com a derrota na guerra. As reformas se deram em todos os campos da vida na Turquia. Atatürk trabalhou sem descansar e conduziu o projeto de modernização junto com o seu recém-fundado partido, o Partido Republicano do Povo, que se guiava pela ideologia de Atatürk, composta de seis ideais e chamada “Seis Flechas” ou “kemalismo”: republicanismo, nacionalismo, populismo, estadismo, secularismo e o revolucionarismo.

O Oriente Médio estava basicamente dividido entre França e Grã-Bretanha, que passaram a controlar a região segundo mandatos concedidos pela Liga das Nações após a dissolução do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial. A área controlada pela Grã-Bretanha era o Mandato Britânico para a Palestina e a Transjordânia, que desde a década de 1880 tornou-se uma área problemática, com a constante migração judaica.

No caso do judaísmo, as comunidades espalhadas ao redor do mundo mantiveram os vínculos religiosos e culturais, apesar das influências locais específicas, firmando sua identidade essencial. A ideologia nacionalista do século XIX na Europa foi recepcionada por meio do Movimento Sionista, representativamente exponenciada pelo judeu-húngaro Theodor Herzl (1860-1904). Seu cerne era o estabelecimento de um Estado Judaico na Palestina, protegendo-se do anti-semitismo europeu, cujo auge ocorreu no Holocausto promovido pelos nazistas na 2ª GM, provocando forte migração para a palestina e o estabelecimento de uma Resolução da ONU para a Partilha da Palestina.

Os planos de descolonização levavam em consideração a criação de nações árabes, porém, sem perder a influência sobre elas. Diversas questões estavam em jogo, sendo a mais importante a questão do petróleo, devido ao consumo cada vez maior desse recurso pelas potências mundiais. Durante a Segunda Guerra, ferozes batalhas ocorreram na África do Norte entre o Eixo e os Aliados, pelo controle do Oriente Médio, e conseqüentemente, dos recursos da região.

À época, a Palestina era administrada pelos britânicos em função do colapso do Império turco-otomano decorrente da derrota na 1ª GM.

As legitimizações da ocupação da Palestina encontram argumentação histórica e

religiosa para ambos os contendores, todavia esta arena torna-se um complicador do entendimento do problema, ao invés de auxiliar a solucioná-lo.

O plano da ONU para a região previa a criação de um Estado Palestino, porém com o cenário dado após a criação do Estado de Israel, tal demanda não se processou até os dias atuais, com sucessivas crises regionais, que causam instabilidade e trespassam fronteiras, deixando em permanente tensão tal região, de grande importância estratégica na conjuntura atual.

3. 2. 2 De 1948 a 1966

Em 1948, a sequência de acontecimentos posterior à 2ª GM e seus desdobramentos ditava os aspectos estratégicos e geopolíticos. O desentendimento entre aliados ocidentais e soviéticos sobre a Alemanha aumentou a tensão internacional.

A Doutrina Truman, estabelecendo as regras gerais da política externa Norte-Americana, guiava os procedimentos contra a expansão comunista, caracterizando o que se convencionou chamar de “Guerra Fria”, embate ideológico permeado de tensões derivadas da dissuasão nuclear e dividindo o espaço geográfico global em dois pólos, os chamados “mundo livre” e a “cortina de ferro”.

Duas questões importantes deste período e com reflexos nas Relações Internacionais foram a participação dos EUA na Guerra da Coreia e seu apoio à proposta da ONU de “Partilha da Palestina”.

Uma das principais questões responsáveis pela instabilidade política no Oriente Médio foi a criação do Estado de Israel, em 1948. A ocupação do território por diversos povos e etnias criou sempre questões problemáticas, aumentadas pelo caráter religioso, pois na Palestina encontram-se cidades e relíquias sagradas das três religiões mundiais: cristianismo, islamismo e judaísmo.

Em 1948, a terra era administrada pela Grã-Bretanha, que havia recebido um Mandato de Administração da Liga das Nações ao final da Primeira Guerra Mundial, devido à dissolução do Império Otomano. Os britânicos tiveram sérios problemas com o fluxo cada vez maior de judeus, e a presença judia na Palestina, que se valia de contatos no exterior como a Federação Sionista, em Londres, para ter o apoio para a criação de um

“Lar Nacional Judeu”, ideia nascida dos escritos de Theodor Herzl, pensador que defendia um Estado Judeu.

Tal pressão resultou na Declaração de Balfour, em 1916, onde o Secretário de Assuntos Exteriores do governo britânico, Arthur Balfour, declarava que a criação do Lar Nacional Judeu era vista favoravelmente pelos britânicos, desde que não prejudicasse os direitos civis e religiosos dos povos que viviam na região.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a pressão pela descolonização, a Grã-Bretanha iria se retirar da Palestina, assim que terminasse o Mandato. Os países árabes não aceitavam a resolução da ONU que partilhava a região e criava dois Estados, um palestino e um judeu, além de transformar Jerusalém em uma cidade neutra. A retirada britânica apresentava um cenário pronto para a guerra.

Em fevereiro de 1948 a Grã-Bretanha apoiou a anexação da Palestina pela Transjordânia, que havia se tornado independente em 1946. Para os judeus não havia opção pior. Sua liderança, encabeçada por David Ben Gurion, político pragmático que chefiava com habilidade o processo judeu, viu que deveria recorrer à guerra para conseguir garantir um futuro aos judeus na região.

A violência entre as duas comunidades explodiu e a Grã-Bretanha declarou-se incapaz de mediar os conflitos e antecipou sua retirada para abril de 1948.

Os combates estouraram em 14 de maio de 1948, com a declaração de independência de Israel. No dia seguinte, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, forças palestinas e o Exército Árabe de Libertação invadiram o território delimitado para ser o Estado Judeu, a partir do território delimitado para ser o Estado Palestino.

Com grande capacidade, os judeus conseguiram armas, equipamentos e desdobraram um efetivo em combate que suplantou os exércitos árabes, que tinham treinamento precário e equipamentos defasados. Em 20 de julho de 1949, cessaram as hostilidades. Os israelenses buscaram negociar os armistícios com os árabes sempre em separado, evitando a coesão dos árabes.

A vitória e criação de Israel resultaram em grandes tensões na região, com a violência se mantendo constante. De um lado, os países árabes não aceitavam o Estado Judeu enquanto que, de outro, os israelenses não visavam tanto negociar, por achar que tinham pouco a oferecer e por ainda se sentirem confiantes pela vitória que tinham

obtido sobre os inimigos.

As linhas desmilitarizadas demarcadas pelos armistícios não eram reconhecidas como fronteiras, tanto pela recusa árabe em aceitar a derrota quanto pela visão dos políticos israelenses de buscar a expansão territorial. Porém, no caso de Israel, o primeiro-ministro Ben Gurion tinha plena noção que era necessário povoar as áreas conquistadas para mantê-las.

A vitória de 1948 causou um profundo impacto na autoestima do povo judeu. Após um histórico de anos de perseguições e ainda o trauma maior do Holocausto, o povo judeu havia obtido algo sem precedentes e obteve um território para uma nação judia. Assim, as migrações de judeus de outras áreas para Israel aumentaram, e o governo incentivou bastante tais movimentos, dentro das necessidades preconizadas por Ben Gurion.

A intensa migração deu certo, e a população de Israel aumentou rapidamente, mais que dobrando de tamanho entre 1948 e 1958, sendo necessário abrigar colonos recém-chegados em “cidades-tenda”, tal era a vaga migratória.

A vitória final israelense refletiu o equilíbrio militar no campo de batalha, não necessariamente representando o mito oficializado por Israel do “Davi versus Golias”, tendo inclusive Israel recebido armas da Tchecoslováquia.

As maiores vítimas da Guerra de Independência foram os palestinos que, como os judeus na Antiguidade, passaram a viver sua própria diáspora.

A falta de paz manteve-se. Durante toda a década de 1950, militantes árabes, principalmente palestinos que haviam sido expulsos ou fugiram de suas casas em 1948, passaram a atacar Israel, causando destruição e mortes, gerando um desgaste a essa época. As ações demonstravam a criação de uma resistência palestina, independente dos países árabes.

No Egito, uma guerra de guerrilhas é empreendida principalmente pela Irmandade Muçulmana contra as tropas inglesas, que conseguem reagir e enfraquecer o movimento. Em meio a um quadro de caos, a monarquia é deposta em 1952 pelo Movimento dos Oficiais Livres, liderados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército Egípcio, General Naguib, que contava entre os conspiradores, os tenentes-coronéis Gamal Abdel Nasser e Anwar Sadat.

A Revolução de 1952 é conduzida por oficiais do Exército que tinham um sério projeto de país. Desejavam libertar-se da influência britânica, afirmar o Egito como potência nacional, e para isso visaram modernizar o país. O maior dos projetos e que acabou se tornando símbolo da revolução foi a Represa de Assua, que pretendia suprir a demanda energética egípcia, que era deficitária. A esse ponto, o General Naguib, que havia se tornado presidente, tentou concentrar poder e é deposto por Gamal Abdel Nasser, articulador da queda da monarquia, que se torna presidente e líder máximo revolucionário. Ele buscou empreender reformas e a projeção do Egito no mundo, ligando tais iniciativas a sua figura, criando o “nasserismo”.

O Egito revolucionário também deseja ser a liderança do mundo islâmico e logo no Cairo foi instalado o quartel-general da Liga Árabe, e o país se tornou um centro de propaganda pan-árabe, e não pan-islâmica, devido ao caráter laico da revolução. Grande ajuda será dada aos chefes guerrilheiros da África do Norte, que lutavam pela independência, especialmente a Frente de Libertação Nacional da Argélia, que travava luta contra os franceses.

O passo seguinte foi a intensa atividade diplomática com outras nações do Terceiro Mundo, resultando na criação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Nasser conseguiu se erguer como uma importante liderança no mundo árabe com essa medida, especialmente depois da Conferência de Bandung (1955), e partidos de outros países árabes começaram a se espelhar nas políticas nasseristas visando à modernização de suas próprias nações.

Nasser, então, viu-se privado de recursos americanos, tanto econômicos quanto militares e fechou uma compra de armas com a Tchecoslováquia, para reequipar as Forças Armadas egípcias, que haviam sofrido baixas e perdas na guerra de 1948. Para recuperar recursos, conduziu uma jogada política perigosa: nacionalizou o Canal de Suez e logo deflagrou uma guerra com a Inglaterra, França e Israel, que invadiram o Egito e assumiram o controle da Península do Sinai e do Canal.

A ONU repudiou a invasão, bem como Estados Unidos e União Soviética, e foi aprovada resolução exigindo a retirada imediata das forças invasoras do território egípcio, desta forma Nasser conseguiu pela diplomacia a vitória que não lhe viria militarmente, pois suas forças estavam sendo vencidas pelos aliados anglo-franco-

israelenses. A ONU enviou a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU ou UNEF, em inglês), em 1956, composta por tropas de dez países, incluindo o Brasil, que enviou soldados e dois dos comandantes da missão, generais Carlos Paiva Charles e Syseno Sarmiento.

A ação da ONU e a retirada dos invasores foram fatos utilizados por Nasser como uma vitória sua e assim ela foi vista no mundo árabe. O estímulo ao pan-arabismo cresceu e o Estado avançou em todos os setores, nacionalizando bancos e empresas estrangeiras, estabelecendo um controle total estatal no campo econômico.

O nasserismo começa a ser marginalizado pelas potências ocidentais, em especial os EUA, e Nasser buscou apoio na URSS. Não interessava às potências ocidentais um país cuja filosofia política condenava o colonialismo, a espoliação e as ações arbitrárias realizadas principalmente pelos europeus. O declínio se dá após a fragorosa derrota na Guerra dos Seis Dias, quando Israel esmagou os exércitos egípcios com velocidade e habilidade ímpar. Nasser ameaça renunciar, mas o clamor popular o garante na presidência até sua morte em 1970.

Em 1959, Yasser Arafat, palestino, criou um grupo guerrilheiro chamado “Al Fatah” (Luta), a fim de realizar ataques contra Israel, e em 196 é criada a Organização para Libertação da palestina (OLP), coordenando do exílio as ações contra Israel e para estabelecimento de um Estado palestino.

3. 2. 3 De 1967 à 1972

Em 1967, ataques guerrilheiros contra Israel, gerando contra-ataques em bases de guerrilha em países árabes, pareciam indicar o início de um grande conflito. Nasser enviou tropas para o Sinai, ordenou que as tropas da ONU deixassem o Canal de Suez, desencadeando um ataque preventivo de Israel contra o Egito e seus aliados, dando origem à “Guerra dos Seis Dias”.

Iniciada com um ataque aéreo israelense que obteve a supremacia aérea contra os adversários, prosseguiu com largo emprego de blindados derrotando os egípcios no Sinai, repelindo ofensiva jordaniana e vencendo os sírios nas colinas de Golã. Contudo, esta conquista e a ocupação da Cisjordânia não estavam entre os objetivos iniciais,

surgindo a proposta de um acordo de paz com o Egito e a Síria desde que fossem garantidas a liberdade de navegação no estreito de Tiran e no canal de Suez; a desmilitarização da península do Sinai e das colinas de Golã e a não-interferência no escoamento das águas das nascentes do Jordão. As propostas foram rejeitadas pela reunião de cúpula árabe, aprovando a resolução dos “três não”; Não reconhecimento de Israel, não à negociação de paz e não à paz, contribuindo para que os expansionistas do “Grande Israel” ganhassem força. Em novembro de 1967 a ONU votou a resolução 242, que pedia a retirada de Israel dos territórios ocupados. A Cisjordânia e a Faixa de Gaza permaneceram ocupadas e receberam vários assentamentos judaicos, numa anexação de fato dos territórios palestinos.

3. 2. 4 De 1973 à 1979

O governo de Golda Meir (1969-1974) caracterizou-se por um imobilismo autoconfiante, rompido pelo ataque surpresa árabe em outubro de 1973 durante os festejos do Yom Kippur (dia do perdão).

O Egito promoveu uma guerra de atrito, com bombardeios, artilharia e ataques terrestres seguidos de rápidas retiradas. Durante este período, Israel começou a construção de um pequeno arsenal nuclear. Desta forma, abordando a estratégia dissuasória nuclear, Israel se tona peça fundamental no tabuleiro da Guerra Fria, contrabalançando o apoio soviético aos países árabes da região e angariando apoio crescente dos Estados Unidos. Apesar de propostas de acordos de paz elaboradas pelos EUA com base na resolução 242 da ONU, os estrategistas israelenses não cederam a sacrificar a sobrevivência de Israel a projetos de poder diversos.

Neste momento se confrontavam as visões geopolíticas dos países do entorno sobre a questão palestina.

O ataque surpresa, desfechado pelas tropas egípcias e sírias, apesar de ser quase impossível derrotar as Forças de Defesa de Israel (FDI), poderia criar condições políticas de obrigar os israelenses a sentarem-se para negociar.

Após os sucessos iniciais, a contra-ofensiva israelense conseguiu abrir caminho para a Síria, até que uma intervenção americana e soviética, preocupados com a generalização

do conflito, levou a negociações de paz.

No campo político, os americanos viraram necessidade de maior envolvimento e aproximação com os árabes nas negociações, firmando-se os acordos de desocupação egípcio-israelense, sírio-israelense e a divisão do canal em três zonas (Israel, Egito e ONU). Em 1978 assinou-se um acordo de paz entre Israel e Egito, sepultando o pan-arabismo e a herança política de Nasser, mas abrindo-se os caminhos do fundamentalismo do Hamas e da Jihad.

3 .2. 5 De 1980 à 2000

Na década de 80, a Intifada (levante, rebelião, em árabe) mostrou que distúrbios generalizados em áreas urbanas podiam desarticular a superioridade bélica israelense, minando sua capacidade de proporcionar segurança para sua população.

A OLP começou a adotar atitudes diplomáticas, mas as milícias islâmicas continuavam a usar a violência.

Após o fim da Guerra Fria e a invasão do Kuwait, os EUA mediarum um acordo entre palestinos e israelenses, com um acordo de paz assinado na Casa Branca em 1993, prevendo entrega de territórios e a criação da ANP (Autoridade Nacional Palestina), mas nova Intifada ocorreu em 2000, com violenta reação israelense.

A nova invasão do Iraque em 2003 e a morte de Arafat abriram caminho para novas negociações, com pressão dos EUA para Israel desocupar a Faixa de Gaza.

A estratégia envolvida desde o surgimento do sionismo previa a dificuldade da voluntária negação dos palestinos à sua autonomia nacional. Assim sendo, passou pelo fortalecimento militar de Israel para pressionar os palestinos diante de sua fragilidade. Entretanto, a Guerra dos Seis Dias provou que mesmo o poderio militar e as conquistas territoriais israelenses não conseguiram manter a paz. No campo econômico, a crise do petróleo desencadeada pela OPEP e a opção pelas ações não-convencionais mostraram-se opções de contrapor-se ao poderio militar superior.

A questão do Oriente Médio, gerada em parte pelas arriscadas estratégias da Guerra Fria para a região, traz a tona hoje em dia os problemas do fundamentalismo islâmico, o qual ampliou a área geográfica de suas ações, em particular após o 11 de setembro,

sendo a estabilidade regional fundamental para a contenção desta expansão.

O emprego do Poder Aéreo de forma estratégica abriu novas perspectivas no campo militar, em exemplos seguidos posteriormente como nas campanhas militares no Iraque. A falha de ambas as opções, política e militar, para a resolução dos conflitos árabe-israelense, é um paradigma estratégico que ainda carece de perspectivas e ações para uma tentativa de estabilização regional e em consequência fim das tensões internacionais decorrentes.

3.3 Afeganistão (1979-1989)

Em 27 de dezembro de 1979, tropas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entraram no Afeganistão, para defender o governo marxista local, que enfrentava uma grave crise de legitimidade e o surgimento de insurgências no interior do país. Além disso, o Afeganistão tinha grande influência soviética desde os anos 1940.

A comunidade internacional não aceitou a ação soviética e respostas em diversos campos foram dados. No militar, os soviéticos enfrentaram uma brutal campanha contra movimentos de guerrilha islâmicos apoiados por países da região e os Estados Unidos da América (EUA).

A primeira fase da campanha soviética se dirigiu na consecução de objetivos, sendo o principal a conquista de Cabul, a capital afegã. O avanço das colunas se deu com grande rapidez, pois os soviéticos tinham crença de que prestariam apenas apoio as tropas do regime afegão. Mas sua entrada precipitou o fim da capacidade combativa do regime afegão, que passou a ser praticamente defendido pelas tropas da URSS.

Os insurgentes ganharam força frente aos olhos da população e entre 1980 e 1985, os soviéticos enfrentaram uma brutal guerra na qual dominam grande parte das cidades afegãs enquanto a insurgência dominava as zonas rurais. Os soviéticos usaram toda a gama de recursos que possuíam, desde unidades de Operações Especiais, como os *Spetsnaz*, passando por uso de helicópteros de ataque pesados, até blindados e artilharia.

O pico de efetivo militar soviético se deu em 1985, com 115 mil homens em uma fase da campanha especialmente sangrenta para estes, com grandes perdas. Foi o ano

mais sangrento da guerra, e no qual os soviéticos passaram a se valer de intimidação, propaganda, subornos junto ao uso da ação de choque, massivas barragens de artilharia e bombardeios para quebrar a vontade dos combatentes afegãos.

Cidades e vilas foram completamente arrasadas, enquanto os comboios soviéticos eram impiedosamente emboscados pelos guerrilheiros afegãos, em especial os *mujahidin* (“guerreiros santos”), combatentes que guerreavam por uma visão de mundo baseada no fundamentalismo islâmico. Estes movimentos acabariam se tornando grupos terroristas como o Talibã (“Os estudantes”) e a Al Qaeda (“A Base”) nos anos seguintes.

Os grupos de resistência à ação da URSS no Afeganistão contaram com apoio externo que lhes foi vital para inclusive neutralizar os efeitos da máquina militar soviética. A gama de apoiadores variou desde os Estados Unidos, passando por Paquistão e Arábia Saudita até o Irã. Cada país apoiava o grupo que lhe interessava, com os EUA apoiando grupos moderados, os paquistaneses e sauditas apoiando as guerrilhas sunitas e os iranianos apoiando os movimentos xiitas.

Um exemplo do peso do apoio externo é o uso dos mísseis antiaéreos *Stinger*, fornecidos pelos Estados Unidos, contra aviões e helicópteros soviéticos. Em 1986, mais de 70% dos meios aéreos no Afeganistão foram derrubados ou avariados por ação dos *Stinger*, negando apoio aéreo vital as operações da URSS no terreno.

Com chegada ao poder de Mikhail Gorbachev ao poder, também em 1985, os soviéticos começaram a estabelecer um plano de retirada do Afeganistão, ao mesmo tempo em que iniciavam negociações de bastidores para assegurar tais planos.

Após diversas ofensivas com resultados militarmente inconclusivos, já que depois de se retirarem de posições conquistadas no interior, os soviéticos se retiravam e as áreas eram reocupadas. O impasse estratégico permaneceu, e em julho de 1987 foram postos em execução os planos de retirada previstos por Gorbachev, com os soviéticos retirando suas tropas gradualmente enquanto treinavam forças afegãs e deixavam farto material militar.

Negociações foram levadas a cabo entre Estados Unidos, URSS, Paquistão e Afeganistão em Genebra, pondo fim a guerra. Até fins de 1988, os soviéticos empreenderam ofensivas limitadas, mais no sentido de abrir caminho para a retirada do

que de prover apoio ao governo afegão. Durante esta fase, foram poucos os combates pois, tanto soviéticos quanto guerrilheiros estavam bastante desgastados com o conflito.

A retirada dos soviéticos se completou em 15 de Fevereiro de 1989, em um conflito que lhes custou mais de 13 mil mortos e 35 mil feridos. A guerra provocou um fluxo de 5 a 10 milhões de afegãos refugiados nos países vizinhos, além de mais um milhão de mortos.

4. GUERRAS DE COALIZÃO

4.1 1ª do Golfo (1990-1991)

A 1ª Guerra do Golfo iniciou-se com a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. As razões imediatas se escoram em problemas na regulação do preço do comércio de petróleo e na contestação de territórios fronteiriços pelo Iraque.

As origens mais antigas remetem às questões geopolíticas do Oriente Médio e aos resultados das políticas internacionais no século XIX e XX para a região, envolvendo questões de fronteiras mal definidas, grupos étnicos e religiosos diferenciados vivendo em mesmo território ou idênticos em territórios diferentes e o palco de disputa política e econômica em relação ao petróleo e aos países dos dois blocos hegemônicos e sua procura por esferas de influência na região. Seus reflexos são tão presentes na época da guerra que, no início do conflito, o fechamento do Golfo Pérsico, privava os EUA dos dois maiores fornecedores de petróleo, o Iraque e o Kuwait.

Estas origens envolvem a descoberta de petróleo em Kirkuk, perto de Mossul, que levou os britânicos a anexar o Norte, e o Iraque fundado depois da 1ª GM ficou sendo a mistura de xiitas (Basra), sunitas (Bagdá) e curdos (Mossul), que nunca haviam se identificado como integrantes de um só Estado e que ainda herdavam o sistema regionalizado de administração do Império Otomano, porém dentro de um mesmo país. O papel das grandes potências interessadas na região por longo tempo se interessava em conter os atores locais, evitando espalhar instabilidade, pode ser considerado como antecedente estratégico desta intervenção americana – amparada pela coalizão pan-

arábe e pela ONU, ressalte-se.

Durante um bom tempo Saddam Hussein foi apoiado pelo Ocidente, já que representava um anteparo ao Irã. Entretanto, a falta de percepção estratégica levou-o a negligenciar que sua ação militar contra o Kuwait fosse desestabilizar o equilíbrio regional político, a economia petrolífera, e ameaçar militarmente a Arábia Saudita, contrariando interesses da política internacional.

Nos EUA havia uma percepção que as ameaças a curto prazo para as nações a Sul do Golfo e ao abastecimento de petróleo ao Ocidente não vinham da União Soviética, mas sim da região do Golfo, reflexo da mudança da ordem mundial que estava por vir e se concretizou com a queda da URSS e a polarização de interesses regionais.

A invasão foi condenada pela ONU, que emitiu uma requisição de retirada de tropas pelo Iraque, a qual não foi atendida e amparou a autorização da invasão militar por meio de uma Coalização (Egito, Inglaterra, França, Síria, Arábia Saudita e Estados Unidos), iniciada em janeiro de 1991.

4.1.1 As Forças Armadas Iraquianas

A avaliação inicial da capacidade e poderio militar iraquiano era otimista, mas decaiu logo após o início dos combates, ainda sob a resistência do Kuwait, anexado como 19ª província iraquiana. Apesar de grande quantidade de material militar relativamente moderno, alguns aspectos prejudicaram seu desempenho, a saber:

- Divisão em dois grandes blocos com uma parcela de “elite” e outra de recrutamento, preparo e emprego precários;
- Opção estratégica de planejamento da defesa amparada em demasia no fator da decisão Terreno, respaldando-se na suposta proteção das áreas desérticas e depreciando a capacidade de modernos meios de se orientarem, progredirem e combaterem naquele ambiente operacional;
- Levantamento estrategicamente falho da linha de ação mais provável inimiga optando por uma ação frontal com desembarque no litoral, ignorando a capacidade da ponta de

lança blindada da coalizão realizar o envolvimento pelo deserto;

- Não aplicação dos princípios de “guerra de movimento” no emprego de blindados, usando-os como plataformas estáticas em posições preparadas, ao invés de operações de ações retardadoras e emprego de forças móveis ofensivas;

4.1.2 As Forças Armadas da Coalizão

O exército americano nos anos 90 estava bem longe do que tinha sido na última guerra convencional que participou, a do Vietnã. Novos armamentos e equipamentos, ampliação do leque e modalidades de conflitos estudadas por planejadores e teóricos militares e outras melhorias haviam sido desenvolvidas neste 20 anos. Era uma força tecnologicamente sofisticada, altamente treinada, bem liderada e confiante.

Alguns fatores relevantes em termos de estratégia militar e doutrina que foram elaboradas, estudadas e treinadas ou aplicadas em dimensões menores (como nas guerras árabe-israelenses das décadas de 80), foram amplamente empregadas a prática na 1ª Guerra do Golfo:

-Emprego da estratégia do poder aéreo e dos bombardeios estratégicos, aplicando-se o conceito de “supremacia aérea”;

-Integração das diversas armas/sistemas operacionais;

-Utilização da doutrina de informação em tempo real e consequente capacitação dos comandantes em diversos níveis poderem acompanhar os acontecimentos e tomar decisões mais coerentes;

-O emprego de “armas inteligentes” e sua eficácia na eliminação de centros nevrálgicos do inimigo.

4.1.3 A Campanha Militar e suas Questões Estratégicas

A doutrina militar aplicada, incluindo a da batalha ar-terra, era a junção de fundamentos compreendidos e praticados na 2ª GM com o reconhecimento e aplicação do poder aéreo em possibilitar uma manobra terrestre decisiva. Foram acrescentados estas

concepções de poderio aéreo nos conceitos de manobras tradicionais e utilizando-se exemplos históricos.

A doutrina abordava na prática três tipos de operações simultâneas:

- Operações aproximadas com grandes formações táticas atuando pela manobra, combate aproximado e apoio de fogo indireto;
- Operações em profundidade engajando forças inimigas que não estivessem em contato por meios aéreos e terrestres;
- Operações de retaguarda apoiando as reservas, continuidade do apoio de fogo, comando e controle e logística.

As melhorias na doutrina militar envolviam novos equipamentos, nova organização, novo treinamento, e ampliação do recrutamento feminino.

A coligação decidiu não avançar até Bagdá, mas aguardar a queda de Hussein, por meio de revoltas xiitas no sul e dos curdos no norte. As ações militares não prosseguiram, e nem houve apoio da coligação aos rebeldes.

Devido à violência iraquiana, a ONU estabeleceria nova resolução que admoestaria o país a interromper a repressão a suas minorias. Com isso, criar-se-iam as justificativas para que a aliança anglo-americana estabelecesse zonas de exclusão aérea.

4.1.4 Conclusão

O perfil da nova ordem mundial, formada com a derrocada da União Soviética e o fim da Guerra Fria, e a ascensão dos Estados Unidos como única superpotência no século XXI, pode ser considerado como delineado pela 1ª Guerra do Golfo.

A Primeira Guerra do Golfo seria ainda dentro dos moldes tradicionais, com uma coligação internacional, sob aprovação da ONU, a reprimir um Estado invasor, por divergências lindeiras. A liderança norte-americana inclusive respeitaria a orientação emanada da ONU, ao não ir além da expulsão do Iraque.

Os combates foram uma lição de que nas guerras convencionais modernas, a tecnologia pode ser um fator preponderante. Os mais de 700 poços de petróleo destruídos no Kuwait pelo Iraque, bem como o óleo derramado no Golfo Pérsico,

causaram poluição e danos ambientais na região.

Em unção de outra resolução da ONU, o Iraque se veria preso a sanções de toda ordem, que só seriam suspensas se houvesse a constatação da eliminação total dos programas de armas químicas, biológicas, nucleares, o desmantelamento de mísseis de longo alcance e o pagamento de indenizações de guerra.

O conflito ocorreu dentro de grandes transformações verificadas nas relações internacionais no ano de 1991, no caso a crise do socialismo real, o fim da Guerra Fria e o consenso na atuação da ONU, o que comprova uma mudança no equilíbrio geopolítico regional.

4.2 2ª do Golfo (2003-2011)

Em 20 de Março de 2003, uma coalizão liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) invadiu o Iraque, após anúncios de que o país teria um arsenal químico e biológico bem como forneceria suporte a rede terrorista Al Qaeda, que tinha lançado os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 contra os EUA.

As forças iraquianas não eram páreo para a alta capacidade dos exércitos da coalizão. Enfraquecidas por mais de uma década de sanções, os militares do regime de Saddam Hussein estavam mais voltados em serem uma força de sustentação do governo do que instituições preparadas para a guerra.

As operações americanas seguiram um esforço no sentido de avançar rapidamente rumo a capital Bagdá, para derrubar o regime e por fim ao conflito. O plano original dos EUA era fazer com que duas colunas blindadas, uma vinda pelo sul, do Kuwait, outra vinda pelo norte, via Turquia convergissem rumo ao centro do país.

Porém os turcos se negaram a oferecer espaço e os americanos tiveram de lançar suas colunas do sul, avançando junto aos rios mais importantes do país, o Tigre e o Eufrates. O nordeste iraquiano, foi alvo da mudança dos planos americanos, que se valeu de unidades de Operações Especiais junto a grupos paramilitares curdos que foram reforçados depois da invasão por unidades paraquedistas e de fuzileiros navais. Em vinte dias, as tropas americanas já tinham dominado importantes cidades e estavam

avançando, praticamente sem oposição, rumo a Bagdá, onde primeiro buscavam tomar o aeroporto.

O avanço foi tão rápido e inesperado que as tropas americanas tiveram problemas logísticos, já que ao menor sinal de resistência, as tropas lançavam mão do uso combinado de artilharia, apoio aéreo aproximado por caças e helicópteros e uso de bombardeiros que simplesmente arrasaram a infraestrutura iraquiana.

O Exército iraquiano, antes temido no Oriente Médio pelo seu efetivo e equipamento, praticamente desapareceu. Divisões e brigadas que deveriam oferecer resistência a invasão simplesmente não existiam no terreno, de maneira que soldados foram para suas residências levando equipamento militar que seria usado pela insurgência que explodiria em breve.

Após 21 de campanha, Bagdá caiu em mãos americanas, e a população iraquiana, especialmente xiita, derrubou obras ligadas ao culto de personalidade sustentado por Saddam. A presença de tropas americanas na cidade não foi suficiente para conter saques dos mais diversos, em especial de peças históricas que datavam desde a Antiguidade e desapareceram sem rastros.

Em meados de abril a capital foi declarada segura, e em 1º de Maio o Presidente dos EUA, George W. Bush fez um discurso no qual afirmava que as operações de combate tinham se encerrado no Iraque, e que a missão da coalizão estaria cumprida.

Porém a derrubada do Estado iraquiano e sua capacidade repressiva tiveram consequências funestas para os esforços dos EUA, que não previram o que viria a seguir. A campanha passou a ser alvo de ataques na imprensa internacional, por não ter encontrado nenhuma das armas de destruição em massa que supostamente o regime de Saddam teria.

E além disto, o grosso da população iraquiana, xiita, ainda sentia os efeitos da brutal repressão sofrida ao final da 1ª Guerra do Golfo, quando a coalizão não apoiou um levante destes após o cessar-fogo.

O Iraque assistiu uma completa dissolução da ordem no contexto da queda de Saddam. Milícias surgiram, compostas por sunitas e xiitas, no vácuo da completa dissolução do Estado iraquiano. Com problemas na distribuição de água, energia e alimentos, além da crise econômica promovida pela ocupação e a falta de empregos, além da falta de um

plano organizado por parte das forças da coalizão, que instalaram uma ocupação do país, estava criado o cenário para o surgimento da insurgência.

Em meados de julho de 2003, começaram os primeiros ataques as tropas da coalizão, em especial as americanas. Cidades com maioria sunita assistiram o início da campanha insurgente, como Mosul, Tikrit e em especial, Fallujah, que se tornaria epicentro de duros combates urbanos entre tropas americanas e insurgentes das mais diversas naturezas.

Outros elementos da coalizão foram menos visados ou porque retiraram suas tropas rapidamente, ou porque passaram a devolver poder aos iraquianos de maneira célere. O melhor exemplo desta prática foi realizada pelos britânicos em Basra, segunda maior cidade do Iraque, no sul. Tal manobra funcionou efetivamente, tanto pela reconstrução de estruturas de governança como pela grande diminuição de ataques contra as tropas britânicas.

Em 19 de agosto, um atentado explodiu a sede da Organização das Nações Unidas em Bagdá, vitimando 22 pessoas, entre as quais, Sérgio Vieira de Mello, diplomata brasileiro e Representante do Secretário-Geral da ONU para o Iraque. Dias depois, a Al Qaeda no Iraque, liderada por Abu Musab al-Zarqawi, reivindicou a autoria do atentado. Os meses seguintes assistiram uma escalada dos ataques da insurgência, feitas por grupos sunitas e xiitas, valendo-se da incapacidade das tropas da coalizão em realizar as missões de policiamento, já que seu efetivo era insuficiente. A violência das emboscadas, especialmente contra viaturas com pouca ou nenhuma proteção blindada, causaram muitas baixas, mudando a percepção da guerra na opinião pública americana.

Em dezembro de 2003, Saddam Hussein foi capturado enquanto os iraquianos faziam pressões para que fossem realizadas eleições. A coalizão preferiu passar o poder para indivíduos selecionados, o que foi feito no ano seguinte, gerando ainda maior impopularidade para a coalizão e para as tentativas de reconstrução do Estado iraquiano.

O ano de 2004 foi especialmente sangrento para as tropas americanas, envoltas num confronto sectário de grandes proporções entre xiitas e sunitas, enquanto as forças da coalizão empreendiam ofensivas tentando destruir a insurgência. O escândalo da prisão

de Abu Ghraib acabou por destruir a credibilidade da coalizão aos olhos da população iraquiana, desmoralizando-a.

Em novembro, fuzileiros navais americanos travaram sangrentos e violentos combates em Fallujah, capturando a cidade, num episódio que mudou a opinião pública nos EUA de vez sobre a presença das tropas no Iraque. A guerra passou a se tornar altamente impopular e pior, quanto maior o clamor pela retirada de tropas, maior se tornou o impasse político-militar dos EUA no Iraque.

O foco da coalizão mudou em 2005 da destruição da insurgência, meta vista como impossível se valendo apenas da força militar, para a criação, treinamento e ativação de tropas iraquianas pelo recém recriado governo iraquiano, com eleições livres em 31 de janeiro. A insurgência aumentou os ataques, aumentando sua gama de alvos: além da coalizão, o governo e forças de segurança iraquianos. Ataques colocaram o país em uma guerra civil, com xiitas e sunitas atacando uns aos outros.

A escalada no número de ataques e a grande quantidade de baixas em 2006 fizeram com que os EUA reforçassem a presença no Iraque em 2007, enviando forças adicionais e abrindo créditos para programas de reconstrução. O reforço se deu no programa de uma nova estratégia criada pelos americanos, em especial quanto a contrainsurgência.

O foco era conquistar a população iraquiana, com empregos e a reativação da economia, além da estabilização política necessária. No mesmo ano, o Parlamento iraquiano pediu aos EUA um cronograma de retirada das tropas, ao passo que outros países já iniciavam a retirada gradual de seus efetivos como os britânicos.

Apesar da melhora gradual da segurança, 2008 foi um ano violento, mas a violência passou a ser dirigida mais a atores internos iraquianos que as tropas da coalizão. Além disso, a estratégia de contrainsurgência obteve um grande sucesso ao conquistar apoios locais, em especial, das tribos sunitas do oeste iraquiano, num movimento conhecido como “Despertar Sunita”. As milícias sunitas passaram a combater junto as forças do governo e tropas da coalizão, enfraquecendo muito grupos terroristas que se aproveitavam da instabilidade para se instalar no Iraque.

As operações da coalizão passaram a mirar grupos xiitas ainda resistentes, e violentos combates se seguiram, especialmente entre tropas iraquianas e tais grupos, contando

com apoio pesado dos EUA. Apesar das baixas, as forças iraquianas foram capazes de forçar as milícias xiitas a negociar, inclusive impedindo que recebessem apoio de seu maior patrocinador, o Irã, selando a fronteira.

Em fins de 2008, EUA e Iraque acertaram acordos para regular a presença das tropas da coalizão e sua retirada, que começou a ser empreendida em 2009, enquanto o Exército iraquiano e a polícia realizavam operações contra milícias. As forças da coalizão se retiraram das cidades iraquianas, ficando estacionadas em bases.

A chegada ao poder do Presidente Obama, nos EUA, em janeiro de 2009, indicou a mudança, sendo anunciada por ele o fim das operações de combate por parte das tropas americanas em 31 de agosto de 2010. Nesta data, mais de 50 mil soldados americanos e da coalizão foram retiradas do Iraque. Outros 50 mil soldados ficaram no Iraque com a missão de assistência e treinamento das forças iraquianas, agora equipadas com tecnologia americana, dos fuzis aos carros de combate, passando por caças e helicópteros de ataque.

Diversas áreas ainda sob controle da coalizão foram passadas as mãos do governo iraquiano, como a Zona Verde em Bagdá, uma área controlada e fortificada contra ataques, onde foram instalados os principais órgãos da administração.

Em 15 de dezembro de 2011, as últimas tropas americanas se retiraram do Iraque, cruzando a fronteira com o Kuwait. Em mais de oito anos de guerra, a coalizão teve 4.800 soldados mortos, além de dezenas de milhares de feridos. A mortandade no Iraque varia entre 112 a 174 mil mortos, embora existam estatísticas que atinjam mais de um milhão de mortos.

5. GUERRA AO TERROR

Após os ataques ao World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, os EUA iniciaram uma guerra contra o terror, à procura dos responsáveis pelos atentados. Desde então, duas guerras foram iniciadas, no Afeganistão e no Iraque, atentados terroristas ocorreram em outros países e o líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden, foi capturado e morto.

Em 11 de setembro de 2011, 4 aviões comerciais com 266 passageiros a bordo

protagonizaram o maior atentado em solo americano. Dois foram jogados contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e um contra o Pentágono, em Washington. O quarto avião caiu em um campo na Pensilvânia. Foi o atentado com o maior número de vítimas da História, cerca de 3 mil.

No mês dos ataques, o Presidente americano George W. Bush anunciou sua caça a Osama Bin Laden, líder do Al Qaeda, “vivo ou morto”. Bush foi autorizado pelo Congresso a usar a força contra países, organizações ou indivíduos envolvidos nos ataques, e a ONU aprovou por unanimidade a resolução 1373 contra “terroristas” e os países que os protegem.

Em Outubro de 2001 forças americanas e britânicas lançam uma ofensiva contra o Taleban no Afeganistão, onde estaria Bin Laden. No mesmo mês, Bush assina a “Lei Patriótica” antiterrorista que confere poderes ampliados às forças de segurança para “fazer frente a uma ameaça como nenhuma outra nação enfrentou”. A lei foi renovada em maio de 2002 por mais quatro anos.

Em 13 de novembro o Presidente Bush assina uma ordem para que os americanos suspeitos de terrorismo sejam julgados em um tribunal militar especial no lugar de tribunais civis.

Em 11 de janeiro de 2002 os primeiros prisioneiros capturados na guerra do Afeganistão são levados para a prisão de alta segurança na base naval de Guantânamo, em Cuba. Em 28 de março, o palestino Abu Zubeida , colaborador de Bin Laden, é detido no Paquistão, e em 3 de novembro Ali Qaed, membro sênior do Al Qaeda é morto por aviões não tripulados da CIA no Iêmen.

Em fevereiro de 2003 , durante as preparações para a invasão do Iraque, uma gravação de vídeo na qual incita uma guerra santa de todos os muçulmanos contra o Ocidente.

Em 20 de março as forças de coalizão invadem o Iraque. A perseguição a terroristas, a busca pela “segurança mundial” e a suspeita da posse de armas de destruição em massa pelo governo de Saddam Hussein foram os argumentos utilizados. As tropas permaneceram até agosto de 2003.

Em 14 de dezembro Saddam Hussein é capturado, e posteriormente, julgado e enforcado.

Em março de 2004, bombas explodem nas principais estações de trem de Madri,

matando duzentas pessoas e deixando milhares de feridos, sendo que as autoridades indicavam a autoria a membros de células jihadistas, identificando 22 participantes.

Em maio de 2005, o líbio Abu Faraj, terceiro na hierarquia do Al Qaeda, é detido, e em julho uma série de explosões no metrô de Londres deixa 50 mortos e 700 feridos. Em julho, o brasileiro Jean Charles é morto em Londres ao ser confundido com um terrorista., e em agosto o líder espiritual da Al Qaeda na Europa, o jordaniano Abu Qatada, é preso no Reino Unido.

Após três anos preso, Saddam Hussein é enforcado em Bagdá em 2006. 8, um míssil americano mata o comandante da Al Qaeda no Afeganistão, que estava no noroeste do Afeganistão.

Os Estados Unidos intensificam em 2008 o uso de aviões não-tripulados contra militantes do Al Qaeda e insurgentes paquistaneses nas zonas tribais do Afeganistão. Em janeiro de 2009, ao assumir a presidência, Obama pede que se intensifiquem os ataques aéreos contra o Paquistão, e em agosto o líder dos taleban paquistaneses morre atingido por um míssil americano.

Em julho de 2010 o Al Qaeda anuncia a morte de seu líder no Afeganistão, o egípcio Mustafah Abu al Yazid. Em 1º de maio de 2011 os EUA anunciam que mataram Bin Laden em uma mansão em Islamabad , capital do Paquistão, anunciando que o corpo foi lançado ao mar posteriormente.

Desde o 11/09, mais de 3 mil militantes do Al Qaeda foram mortos ou capturados, levando-se a crer, não só pela questão numérica, mas também pelo contexto, que sua efetividade tenha sido destruída.

A intervenção americana no Iraque e Afeganistão teria assim atingido seus objetivos estratégicos. Os EUA passaram a ser respeitados em sua capacidade militar de resposta a agressões terroristas pelos Estados islâmicos, o Iraque se tornou uma plataforma militar para ações na região, bem localizado para operações no Oriente Médio, e os estados islâmicos passaram a ter de confrontar os grupos jihadistas como uma ameaça também à sua própria estabilidade, vide o exemplo recente do bombardeio jordaniano a bases do Estado Islâmico (ISIS).

UNIDADE DIDÁTICA III – HISTÓRIA MILITAR NO BRASIL

1. GUERRA BRASÍLICA

1.1 Antecedentes

1.1.1 A Europa e o Brasil nos séculos XVI E XVII.

As relações entre as grandes potências europeias no século XVI foram caracterizadas pela expansão comercial e marítima, sendo criados os primeiros impérios coloniais da Idade Moderna, abrindo um novo horizonte geográfico, político e econômico.

Na sequência dessa expansão a Inglaterra, a França e posteriormente a Holanda entraram em disputas por produtos, rotas comerciais, portos, territórios (colônias) e mercados, gerando rivalidades que, não raro, resultaram em conflitos armados.

Desse conjunto, Portugal era o reino mais frágil, embora fosse detentor de um vasto império colonial que se estendia pelas ilhas do Atlântico, costa ocidental e oriental africana, o Brasil e entrepostos na Ásia.

O Brasil, colônia lusitana na América, se distinguiu das colônias espanholas do continente americano como uma área de exploração agrícola (açúcar), diferentemente das hispânicas (ouro e prata).

Para o estabelecimento do empreendimento açucareiro, notadamente no nordeste do Brasil, os portugueses se valeram do seu conhecimento a respeito de suas plantações de açúcar nas ilhas do Atlântico, como também da experiência dos comerciantes ligados aos investidores, notadamente holandeses no refino, comercialização e distribuição desse produto na Europa.

Após a morte de D. Sebastião, rei de Portugal, na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, o trono português ficou vago, assumindo a Coroa lusitana Felipe II estabelecendo União Ibérica de 1580 a 1640.

Portugal havia adotado até então uma política internacional prudente, cioso de suas deficiências e vulnerabilidades, evitando atritos nesse campo.

A situação foi alterada com a União Ibérica, tendo Felipe II como monarca das coroas

hispano-lusitana, herdando Portugal de imediato todos os inimigos dos Habsburgos, ou seja, França, Inglaterra e Holanda.

Os Países Baixos, possessão espanhola, se destacavam como polo comercial de vulto no contexto europeu, bem como pela qualidade de suas manufaturas têxteis de grande reputação na Europa e centro de distribuição de produtos coloniais, notadamente portugueses com uma burguesia próspera e atuante.

A atuação de Felipe II em relação a essas possessões, pondo fim a uma tolerância religiosa e infligindo um bloqueio às atividades dos batavos, diminuiu a autonomia destes o que foi seguido de forte repressão por parte do duque de Elba e reação por parte dos neerlandeses, escalando o conflito com a Espanha então União Ibérica.

Os mercadores flamengos eram os principais compradores e distribuidores dos produtos de Portugal o que foi agravando as medidas adotadas ao comércio batavo com os portos espanhóis e também lusitanos.

A fim de enfrentar com maior liberdade de ação às restrições impostas ao seu comércio pelos espanhóis, os batavos encontraram uma solução com a criação da Companhia das Índias Orientais (1602) e a Companhia das Índias Ocidentais (1621) após a Trégua dos Doze Anos inserida na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), entre a Espanha e a Holanda.

A Companhia das Índias Ocidentais (WIC) tinha o monopólio do tráfico de escravos, da navegação e do comércio por 24 anos, na América e na África negócios aos quais os holandeses estavam ligados há bastante tempo.

No contexto dos séculos XVI e XVII ocorreram na Europa guerras e tratados que, influenciaram sobremaneira a relação entre os Estados na Idade Moderna e Contemporânea.

A Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), o Tratado de Vestefália (1648) e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) contribuíram para transformar o cenário político, econômico e social europeu, bem como do mundo ocidental, tendo reflexos para as colônias europeias na América, Ásia e África.

A Guerra Brasílica, levada a cabo pelos luso-brasileiros contra os holandeses, está inserida nesse contexto do mundo ocidental dos séculos XVI e XVII.

1. 1. 2 Por que o Brasil? Por que o Nordeste?

As motivações para as invasões e ocupação do nordeste brasileiro, na primeira metade do século XVII, tem ligação no que diz respeito à recuperação dos investimentos na empresa do açúcar e na busca do rompimento do bloqueio comercial imposto pelos espanhóis ao comércio neerlandês nos portos sob controle da União Ibérica.

No caso, a América portuguesa, além de ser o polo produtor de açúcar se constituía no elo mais frágil na escala de prioridades de defesa de Madrid.

Os núcleos populacionais lusitanos se concentravam ao longo do litoral brasileiro, ao alcance do poder naval batavo, diferentemente dos hispânicos, que se posicionavam nos altiplanos, de difícil acesso e ocupação.

A costa brasileira também servia de excelente base de operações contra a navegação castelhana no Caribe e contra a navegação portuguesa vinda da costa da África (escravos) e do Oriente (especiarias), podendo ainda os holandeses se valer do estrangulamento do Atlântico favorecido pelo saliente nordestino, correntes marítimas e ventos predominantes.

1. 2 A Invasão da Bahia (1624-1625).

A Bahia e Pernambuco foram assim desde o começo os alvos prioritários do ataque neerlandês ao Brasil.

Em 1623 o Conselho dos Dezenove da direção da WIC, escolheu a Bahia para sua pilhagem e conquista. Valendo-se na oportunidade da descuidada defesa e de informações sobre a terra e as gentes passadas, na maioria dos casos, por segmentos de Cristãos Novos colaboracionistas preocupados com a assunção de D. Marcos Teixeira ao bispado de Salvador, antigo visitador do Santo Ofício.

A 9 de maio de 1624 a frota comandada pelo almirante Jacob Willekens, o seu vice-almirante Pieter Heyn e o governador da ocupação João Van Dorth se apresentaram frente a Salvador.

O governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado foi advertido do intento holandês, porém a demora da invasão desacreditou as providências.

Na oportunidade as desavenças entre D. Marcos e o governador sobre as medidas de defesa eram grandes.

Na sequência houve a tomada de Salvador com a prisão e remessa do governador preso para a Holanda, tendo a maior parte da população se refugiado no interior.

A responsabilidade pela reação e assédio aos locais conquistados pelos holandeses recaiu sobre D. Marcos Teixeira.

As primeiras táticas de emboscadas e guerrilhas foram levadas a efeito pela resistência baiana, ocasionando inclusive a morte de Van Dorth.

Na oportunidade Madri e Lisboa envidaram esforços para a recuperação da capital da colônia, tendo em vista a importância das terras brasileiras para Portugal, enviando uma poderosa frota (Jornada dos Vassalos) para a restauração comandada por D. Fradique de Toledo Osório, importante personalidade do reino, forçando a rendição dos batavos em 1625.

1. 3 A Invasão e Ocupação de Pernambuco (1630-1636).

A WIC preparou em 1629 uma poderosa expedição para a conquista do norte do Brasil, não sendo mais objetivo a pilhagem e sim o estabelecimento de uma colônia de rendimento.

Aos diretores da WIC não interessavam mais a Bahia, fortificada e com permanente guarnição e sim Pernambuco, a donataria mais próspera da colônia lusitana não sendo também a capital do governo geral.

Aliado a isso a situação militar da Espanha em relação ao conflito com os Países Baixos e no norte da Itália estava crítica, tendo em vista a falência da monarquia de Castela, não se esperando, notadamente por mar uma reação da União Ibérica.

As notícias sobre o intento batavo já haviam chegado a Madri que, enviou Matias de Albuquerque, antigo capitão donatário e governador-geral interino, por ocasião da prisão de Mendonça Furtado em 1625.

Matias de Albuquerque trabalhou no aprestamento da defesa, fazendo rodear o Recife de uma dupla linha de paliçadas, obstruindo o porto com embarcações afundadas e

posicionando peças de artilharia ao longo da praia de Olinda, impedindo a entrada no porto do almirante Lonch, comandante da frota neerlandesa.

A força holandesa bombardeou de fora os fortes do Recife, enquanto Waerdenburch desembarca ao norte de Olinda em Pau Amarelo, guiado na operação por um judeu que morara muito tempo em Pernambuco, vibrando um golpe na resistência portuguesa.

Ao deslocarem-se para o sul as forças neerlandesas sofreram escaramuças ao longo da sua progressão e uma resistência maior no corte do rio Doce, que sendo superada atingiu as elevações de Olinda pelo norte, suplantando suas defesas, conquistando-a em seguida.

Na sequência desses acontecimentos, Matias de Albuquerque, vendo-se incapaz de defender o Recife, incendeia a povoação, depósitos de açúcar e embarcações fundeadas no porto se internando para oeste.

1. 3. 1 O Impasse Militar (1630-1632)

Poder naval e defesa local deveriam ser a estratégia utilizada pela União das Coroas Ibéricas, para fazer frente às ações dos holandeses, porém tendo em vista ao declínio do poder naval espanhol e aos recursos da economia e a opulência das sociedades coloniais o ônus da resistência recaiu sobre a colônia.

A guerra de guerrilhas era a opção mais razoável, tanto mais que a preocupação dos donatários de Pernambuco em temer, que uma vitória sobre os holandeses por intermédio da ação do poder naval, tivesse como consequência ao fim do sistema de capitânicas hereditárias.

A conquista do nordeste pelos holandeses durou sete anos de guerra contínua, podendo-se distinguir duas fases de 1630 a 1632 e de 1632 a 1637.

Na primeira fase, os holandeses seguiram uma estratégia que visava tomar as praças-fortes do litoral, não rompendo o impasse.

No que toca aos luso-brasileiros, a escassez de recursos e as dificuldades enfrentadas pela monarquia espanhola reduziram o esforço militar a uma posição defensiva.

A Espanha não tinha, na oportunidade, condições de reeditar em Pernambuco, do ponto de vista do poder naval, a “Jornada dos Vassalos”, que possibilitou a retomada da Bahia em 1625.

A única estratégia possível foi realização da “Guerra Lenta”, que com a perda do Recife e de Olinda, Matias de Albuquerque isolou os neerlandeses no litoral, impedindo-os de penetrarem na Várzea do Capibaribe, combinando forças convencionais concentradas no Arraial do Bom Jesus e contingentes “volantes”, que ocupavam a linha de estâncias sob a forma de meia-lua estendendo-se de Olinda ao Recife e nos espaços intermediários vagavam as companhias de guerrilha, que com emboscadas e assaltos repeliam as surtidas dos holandeses.

1. 3. 2 A Ruptura do Impasse (1632-1634)

O impasse dos dois primeiros anos foi rompido pelos holandeses a partir de 1632. Para tanto, eles dispunham da grande vantagem tática de sua superioridade naval, cuja variedade e mobilidade permitiam-lhes atacar os pontos mais distantes do litoral, dificultando a defesa em acorrer em tempo para fazer frente às ações batavas.

As forças holandesas atuavam ao longo dos rios da zona da mata, saqueando e incendiando os engenhos de açúcar e amedrontando a população local, a fim de retirar à sustentação da resistência e com malogrados ataques ao Arraial do Bom Jesus.

Por este tempo os holandeses receberam o substancial apoio de Domingos Fernandes (Calabar), facilitando as ações de contraguerrilha pelo conhecimento do terreno e da situação.

Os efeitos dessa contraguerrilha neerlandesa foram alcançados de certo modo, dificultando o apoio à sobrevivência do Arraial, rompendo o impasse.

1. 3. 3 A Ofensiva Final (1635-1636).

Uma vez que a estratégia de contraguerrilha produziu os resultados almejados, havia chegado o momento de a WIC realizar com êxito o atingimento dos objetivos contra as praças-fortes luso-brasileiras.

Com a conquista da fortaleza dos Três Reis Magos, no Rio Grande do Norte, onde os holandeses estabeleceram relações com os tapuias, a fim de criar uma aliança que pudesse ameaçar a resistência luso-brasileira vindo do interior.

Conquistas na Paraíba e a ocupação do interior da capitania de Itamaracá assinalaram o declínio da resistência, reduzida agora às duas fortificações principais, o Arraial do Bom Jesus e o Cabo de Santo Agostinho.

Debates entre os chefes militares a respeito de como conduzir a guerra contra os holandeses tergiversaram sobre a guerra convencional e a guerrilha pura e simples.

O Arraial e o Cabo foram sitiados simultaneamente, capitulando em 1635, retirando-se os luso-brasileiros em marcha para o sul, rumo ao rio São Francisco nas Alagoas, onde Matias de Albuquerque planejava fortificar-se à espera de reforços militares enviadas da metrópole, sob o comando do general D. Luís Rojas y Borja.

Na passagem por Porto Calvo, onde se encontrava Calabar, Matias de Albuquerque toma de assalto o lugar, fazendo Calabar prisioneiro e executando-o.

Ao reconquistar Porto Calvo, Matias de Albuquerque, desimpediu o caminho terrestre para a Bahia para onde retraiu com grande número de luso-brasileiros, ficando o nordeste nas mãos dos holandeses na sua expansão máxima, passando o comando da resistência a Rojas y Borja se dirigindo à metrópole para ser julgado pela perda de Pernambuco.

1. 3. 4 Entradas e Excursões

O conde Bagnolo, oficial que chefiava o contingente napolitano do exército da resistência, substituiu Rojas y Borja, após sua morte, na derrota luso-brasileira de Mata Redonda (1636). Bagnolo transformou Porto Calvo no trampolim para ataques de campanhistas ao interior de Pernambuco, de Itamaracá e a Paraíba cujos canaviais e engenhos eram implacavelmente incendiados de maneira a impedir que a WIC tirasse proveito econômico do triunfo militar.

Esta fase da guerra tornou o exército de resistência impopular junto à comunidade luso-brasileira que havia optado por permanecer no Brasil holandês.

1. 3. 5 O Governo de Nassau no Brasil holandês (1637-1644)

João Maurício de Nassau-Siegen governou o Brasil holandês por sete anos (1637-1644), se constituindo esse tempo em um período de relativa paz entre os dois períodos de guerra (1630-1636) e (1645-1654).

A sua nomeação correspondeu mais aos interesses do Príncipe de Orange do que da WIC.

A comitiva de Nassau se compunha dentre outros administradores; de pintores, paisagistas, urbanistas e cientistas, retratando o nordeste brasileiro da época.

A relativa paz deste período se contrapunha as entradas e excursões encetadas pelos luso-brasileiros a partir de Porto Calvo, diminuindo-se o ímpeto dessas correrias após a perda de Porto Calvo para Nassau, em 1637.

Por ação de Nassau, os luso-brasileiros foram rechaçados para além do rio São Francisco, estabelecendo neste o limite sul do Brasil holandês.

De retorno ao Recife, Nassau realizou as duas grandes tarefas que lhe haviam sido confiadas: a organização administrativa do Brasil holandês e a reativação da economia açucareira depois de sete anos de guerra.

Tratou Nassau de fixar as fronteiras norte com a conquista de Fortaleza (1637).

Objetivou Nassau ainda, assegurar oferta de mão de obra escrava, degradada pelos anos de conflito por conta das fugas de escravos para os quilombos; sua partida para a Bahia na retirada de Matias de Albuquerque; sua incorporação tanto às tropas luso-brasileiras quanto às holandesas e os apresamentos como botins de guerra.

Buscou também Nassau obter nas possessões africanas os escravos necessários ao bom andamento da empresa açucareira, ocupando praças portuguesas.

1.3.6 O Sítio da Bahia (1638)

Nassau reavaliou a situação em que apoiava os limites do Brasil holandês na margem esquerda do São Francisco, entendendo que a existência da sede do governo-geral do Brasil em Salvador, comprometia os interesses da WIC, pois eram fomentadas a partir daí as incursões de campanhistas luso-brasileiros, representando uma ameaça permanente, determinando, pois a conquista da Bahia em 1638.

Durante cerca de um mês, Nassau sitiou Salvador, ao mesmo tempo em que punha a ferro e fogo o Recôncavo Baiano não conseguindo ocupar a sede do governo-geral.

O poder naval da União Ibérica foi acionado para socorrer o Brasil com a constituição da Armada de Oquendo e do conde da Torre não obtendo sucesso.

Em janeiro de 1640, a armada do conde da Torre apresentou-se novamente diante do Brasil holandês, desta vez em busca de uma cabeça de ponte onde desembarcariam seus efetivos, que operariam em sincronia com tropas enviadas de Salvador.

Perseguida por uma esquadra holandesa e sem ajuda de ventos e correntes marítima favoráveis, ela derivou ao longo do litoral de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, sustentando uma série de combates indecisos.

A esquadra foi dar nas costas da baía de Touros com 1200 soldados luso-brasileiros que, capitaneados por Luís Barbalho Bezerra, regressaram à Bahia pelo interior do nordeste com as demais unidades campanhistas, evitando os contingentes batavos que lhes saíam ao encalço e lhes causando baixas.

1. 3. 7 A Restauração Portuguesa (1640)

Em dezembro de 1640 Portugal se livrou do domínio da Espanha pondo fim a União Ibérica, assumindo o trono lusitano o duque de Bragança como D. João IV. Esse acontecimento trouxe uma relevância especial para o destino do Brasil holandês, comprometendo o equilíbrio estratégico no Brasil. Nassau comemorou o evento a fim de transformar Portugal em aliado dos Países Baixos na guerra contra a Espanha.

1.3.8 O Fim do Governo de Nassau e a Conjura Lusa-Brasileira (1644)

Em março de 1642, Nassau já se dava conta de que, em vez de consolidar o Brasil holandês a Restauração Portuguesa constituía uma ameaça a seu futuro que aliado ao fato do problema das dívidas de senhores de engenho que começaram a ser cobradas pelos credores da WIC, culminando com a sua saída da administração do governo do Brasil holandês em 1644.

Com a partida de Nassau em maio de 1644, a conspiração luso-brasileira tomou vulto. A

junta que substituiu Nassau foi a primeira a reconhecer o estado de coisas que poderiam levar a uma conjuração com a possibilidade de um golpe de mão pelo qual as autoridades holandesas poderiam sofrer algum tipo de ação contra sua integridade.

1. 3. 9 A Insurreição Pernambucana (1645-1654).

João Fernandes Vieira pôs-se à frente da insurreição, pesava sobre ele o fato de que era um dos maiores devedores da WIC ante a possibilidade de devassa por parte da administração do Brasil holandês.

A 13 de junho de 1645, Fernandes Vieira e seus soldados internaram-se pela ribeira do médio Capibaribe para evitar, em inferioridade de condições, o confronto com o inimigo. Com o intuito de mitigar o movimento, o governo da WIC providenciou dentre outras medidas a anistia a todos os devedores que participavam de insurreição, exceto os líderes.

Os insurretos de Vieira perseguidos pela principal força da WIC derrotaram os holandeses em 3 de agosto no Monte das Tabocas.

Na sequência desembarcaram em Sirinhaém os regimentos de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, transportados por uma esquadra vinda de Salvador, ocupando a vila e marchando contra o Cabo de Santo Agostinho, cuja fortaleza capitulou a 13 de agosto mediante suborno aos neerlandeses.

Essa capitulação dava aos insurretos uma base de operações navais com que poderiam se comunicar com a Bahia e Portugal, dando um duro golpe no moral dos holandeses.

À junção da força de Vieira com as tropas de Henrique Dias e de Camarão segue-se a reunião com os terços de Negreiro e Martim Soares Moreno que na sequência das Tabocas rumaram contra a força holandesa surpreendendo-a no Engenho de Casa Forte.

À vitória em Casa Forte, seguiram-se a rendição dos redutos de Porto Calvo e de Penedo e o êxito do levante da Paraíba, isolando inimigo em Cabedelo.

Desta forma, a partir de 1645, os luso-brasileiros passaram a controlar praticamente o interior do nordeste, reduzindo a presença neerlandesa no Recife e nas guarnições

litorâneas de Itamaracá, da Paraíba, de Fernando de Noronha e do Rio Grande do Norte.

Os massacres de Uruaçu e de Cunhaú deixaram um rastro de sangue no imaginário luso-brasileiro, do qual se aproveitaram os insurretos.

Estabeleceu-se incontinente o cerco ao Recife nos moldes das linhas de estâncias em 1630 a 1632.

Sem acesso à produção local de víveres, os holandeses encontravam-se inteiramente dependentes do aprovisionamento vindo de fora do continente.

A chegada da ajuda militar ao Brasil holandês forçou o comando do movimento a retirar a população luso-brasileira desde o Rio Grande do Norte até Igaracu, reduzindo o perímetro de defesa e concentrar efetivos no assédio ao Recife.

O socorro chegado ao Recife em 1646 reforçou a posição dos que em Lisboa advogavam a escalada da intervenção portuguesa. O Conselho Ultramarino manifestou-se em prol do envio de auxílio militar por intermédio da Bahia, chamando a atenção d'El-Rei para as divergências entre os insurretos e com o risco de ser solicitado a interferência de um terceiro país ou até negociarem por conta própria um acordo com o Brasil holandês.

Em 1646 e início de 1647, D. João IV decidiu sustentar o movimento de modo a utilizá-lo como meio de pressão diplomática contra os Estados Gerais.

Nomeou-se um mestre de campo general incumbido de submeter a condução da guerra ao controle da Coroa, Francisco Barreto de Menezes.

No segundo semestre de 1646, graças ao reforço enviado das Províncias Unidas para salvar o Recife da rendição pela fome, o governo do Brasil holandês tratou de passar a ofensiva.

Ocupou-se Itaparica à entrada do Recôncavo Baiano, obrigando o governo-geral realocar suas forças de Pernambuco para reforçar Salvador.

Com a chegada de uma armada holandesa em fins de março e início de 1648, o governo do Recife voltou a debater alternativas estratégicas, sendo a vencedora aquela que deveria romper o assédio do Recife por meio de uma demonstração de força que obrigaria os luso-brasileiros a aceitar uma batalha em campo aberto onde a superioridade neerlandesa terminaria por se impor.

1. 3. 10 Rumo aos Guararapes e a Campina do Taborda

Os luso-brasileiros por intermédio de ardis próprios da Guerra Brasílica aceitaram o desafio de uma batalha aos moldes da Guerra Holandesa, porém em local devidamente escolhido pelo Conselho de Guerra com o assessoramento de Antônio Dias Cardoso, atraindo os holandeses para um local de difícil desdobramento do seu dispositivo.

As 1ª e 2ª Batalhas de Guararapes definiram o destino do Brasil holandês, confinando os batavos definitivamente no Recife e sua posterior capitulação na Campina do Taborda em 26 de janeiro de 1654 e confirmado pelo Tratado de Haia (1661) pelo qual a República Holandesa reconheceu a soberania portuguesa sobre o nordeste brasileiro.

Nessa oportunidade a Primeira Guerra Anglo Holandesa (1652-1654) contribuiu para a mudança de prioridades na manutenção do Brasil holandês por parte do neerlandeses, facilitando a vitória do luso-brasileiros.

1. 4 Conclusões

Domínio por parte dos holandeses de todas as etapas da produção açucareira já que dominavam sua distribuição e comercialização valendo-se da posterior produção Antilhana, contribuindo para o declínio da economia canavieira no nordeste brasileiro.

Controle do mercado fornecedor de mão de obra escrava africana pelos holandeses.

Portugal cedeu aos Países Baixos o Ceilão e as ilhas Molucas, a título de compensação, além de pagar quantia indenizatória.

Manutenção da integridade do território brasileiro com o domínio do nordeste brasileiro, importante região estratégica debruçada sobre o estrangulamento do Atlântico.

Importância da Guerra Brasílica versus a Guerra Holandesa ou Europeia desenvolvendo a consciência da defesa do solo pátrio.

Desenvolvimento do ideário típico de Pernambuco observado na sua recalcitrante inserção na ordem imperial, depois do malogro das revoluções de 1817, 1824 e 1848.

Retomada das praças portuguesas na África, especialmente Angola, a fim de se

restabelecer o fluxo de mão de obra escrava.

2. CAMPANHA DA CISPLATINA

2.1 Origens

A fundação, pelos portugueses, da Colônia do Sacramento, em 1680, no Sul do continente sul-americano, tornou-se um problema constante para a cidade de Buenos Aires, localizada em frente à Colônia, no estuário do rio da Prata, por facilitar o tráfico clandestino, quebrando o monopólio comercial espanhol.

Esse problema impôs a fundação da cidade de Montevidéu, em 1726, também na foz platina, com a finalidade de coibir a possibilidade do contrabando e da expansão territorial que a Colônia permitia.

O insucesso dos portugueses em conquistar a nova praça, obrigou o estabelecimento de diversos pontos de apoio como São Pedro do Rio Grande e na ilha de Santa Catarina, visando à proteção e conservação da Colônia do Sacramento.

De outra forma, com o desenvolvimento de Buenos Aires, político e economicamente, apoiado na projeção de recriação do Vice-reinado do Prata, houve o recrudescimento do antagonismo entre portugueses e espanhóis.

Na região que hoje abriga o território uruguaio, fixaram-se descendentes de espanhóis e de portugueses, misturados aos platinos brasileiros e senhores de terra, descendentes da mestiçagem do índio com o branco.

As lutas, entre eles, em torno da Colônia do Sacramento e na faixa fronteira criaram nas populações ali radicadas posicionamentos opostos: na Banda Oriental a lealdade e o nativismo ligado à Coroa espanhola e no Rio Grande do Sul o comprometimento platino-brasileiro junto à Coroa portuguesa.

A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, lançou os instrumentos que transformaram o sistema de governo absolutista, cujo comércio era ancorado no monopólio, no livre comércio. Posteriormente, durante a denominada “Era Napoleônica”, a península Ibérica foi ocupada por tropas francesas. Com a derrota espanhola e francesa, em Trafalgar, a Inglaterra obteve o controle marítimo do Atlântico. As colônias sul-

americanas buscaram sua autonomia frente às metrópoles.

Com a evolução desse processo a aliança anglo-lusitana permitiu a saída da família real portuguesa da Europa para se estabelecer na capital da colônia, levando uma transição regular e segura para a futura autonomia.

Já a Espanha, sob o domínio francês, não conseguiu manter suas colônias. A desagregação do sistema colonial espanhol foi um dos fatores que concorreu para o sentimento de libertação.

Com isso, a atividade manufatureira inglesa acabou por se expandir em áreas antes dominadas pelo exclusivo comercial. O interesse da Inglaterra pela independência das colônias lusas e espanholas, puramente econômico, aproveitou a crise de autoridade, gerada pela época napoleônica, e absorveu os mercados coloniais na América do Sul.

Em 1806 e no ano posterior, uma esquadra britânica aportou em Buenos Aires, expandindo seu poder pela região do Prata.

Com a perda gradativa do poder e a impossibilidade de estabelecer comércio regular com as colônias, a metrópole espanhola assistiu a Inglaterra assumir o tráfico com a região platina, particularmente Buenos Aires. O processo de independência que ocorreu, gerou a fragmentação da região e fez surgir novos estados como o Paraguai e a Banda Oriental, além da Argentina.

Nesse ínterim o Brasil viveu um momento de desenvolvimento pacífico, de consolidação e de reformas com a presença da Família Real Portuguesa, desde 1808, no território colonial.

Após o regresso de D. João VI para Portugal, em 1821, o Brasil se lançou à expansão para o Sul. Ao tornar-se independente, em 1822, herdou da metrópole a Província Cisplatina (Banda Oriental), trazendo em seu bojo a antiga rivalidade entre portugueses e espanhóis e a instabilidade dos limites fronteiriços.

Houve reação do governo de Buenos Aires o não reconhecimento da anexação da Banda Oriental pelo Brasil. Em 1823 Buenos Aires solicitou a devolução, o que foi negada pelo governo brasileiro.

Após a Batalha de Ayacucho (1825), o poder espanhol na América do Sul foi praticamente anulado. Com isso, a Argentina pode voltar-se para a busca da posse de Montevidéu. O “Cabildo” de Montevidéu ensaiou o processo de libertação do domínio

português, procurando o apoio argentino. A maioria da população uruguaia era contra a dominação brasileira. Uruguaios como Lavalleja e Oribe emigraram para Buenos Aires e lá desenvolveram intensa atividade para reconquistar a Banda Oriental.

Na realidade, o povo brasileiro não tinha interesse pela anexação da Banda Oriental, em face da situação interna do país, que não era boa. Divisões políticas, problemas econômicos e o posicionamento do imperador em relação às liberdades individuais conquistadas pelos brasileiros dividiram o governo e enfraqueceram o poder nacional.

2. 2 Causas

2. 2. 1 Remotas

A antiga e tradicional rivalidade entre lusos e espanhóis;

A instabilidade da fronteira Sul do Brasil;

A crise do processo de independência do Vice-Reinado do Prata;

O lealismo da população de Montevideu, contra o espírito independentista de Buenos Aires;

O espírito autonomista das Províncias do interior, organizado e liderado por Artigas, em luta com a política centralizante e unitária de Buenos Aires;

A anarquia política das Províncias Unidas em contraposição à estabilidade da monarquia portuguesa no Brasil, ensejando as intervenções no rio da Prata e,

O Armistício Ilimitado de 1812, violado por Buenos Aires, e reafirmado em 1817 com a declaração portuguesa de que a ocupação da Banda Oriental era transitória, servindo de apoio ao não-reconhecimento de Buenos Aires da ocupação portuguesa.

2. 2.2 Imediatas

Sonho platino de restabelecimento do Vice-Reinado do Prata;

A luta política, no Brasil, com o desprestígio crescente do imperador e as dificuldades econômicas que atravessava, criando a oportunidade para a tentativa de libertação da Banda Oriental e,

O novo Exército Brasileiro estava dirigindo o seu esforço operacional para consolidar a independência no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, além do empenho no domínio da Revolução Republicana no Nordeste - A Confederação do Equador, em 1824.

A guerra de independência do Uruguai, com apoio da Argentina, desejosa de incorporá-lo como sua província unida, foi a principal causa desta guerra que encontrou o Brasil bastante debilitado militarmente.

Muito embora se estude o segundo período da guerra com mais intensidade (1826-1828), o estudo da primeira parte, os acontecimentos de 1825, é necessário para a boa compreensão do conflito, pois, na realidade, a guerra começou em 19 de abril de 1825, com o desembarque dos 33 em Agraciada.

2. 3 Os Acontecimentos

2. 3. 1 A Invasão de Lavalleja

No dia 19 de abril de 1825, 33 orientais liderados pelo Coronel D. Juan Lavalleja e provenientes da Argentina, desembarcaram na praia de Agraciada, no rio Uruguai, e iniciaram o processo de independência do último país de origem espanhola na América. O General brasileiro Frederico Lecór não conseguiu reverter a situação, no dia 25 de agosto de 1825, os revoltosos reunidos em assembléia declararam nulos todos os atos e compromissos com a corte portuguesa, ficando livre de Portugal e do Brasil.

A notícia do golpe preparado em Buenos Aires causou preocupação não só em Montevideú, como no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

A 25 de outubro de 1825, O Congresso das Províncias Unidas, reunido em Buenos Aires, proclamou a “Banda Oriental” reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que pertenceu por direito e desejava pertencer.

Essa proclamação valeu por uma declaração formal de guerra. O Brasil aceitou-a e rendeu-se ao fato consumado.

Em resposta, o governo imperial brasileiro realizou uma demonstração naval no rio da Prata, sem resultados positivos. O General José dos Santos Abreu, o intrépido Barão do Cerro Largo, recebeu ordem de se deslocar para o Uruguai. À frente de 1.200 milicianos

atingiu Mercedes, de onde enviou o Coronel Bento Manuel para as pontas do arroio Aquila (4 de setembro de 1825).

O caudilho Rivera conseguiu, em audaciosa operação, atacar de surpresa o Rincão das Galinhas, onde pequeno contingente de 50 homens guardava a cavahada do General Abreu. Uma pequena força composta de índios guaranis das Missões, que por coincidência chegava ao Rincão para deixar os cavalos, foi surpreendida também por Rivera. Apesar de lutarem bravamente, os brasileiros não resistiram ao ataque, morrendo o Coronel José Luis Mena Barreto.

Bento Manuel, em marcha forçada, atingiu Montevideú e propôs Lecor atacar as forças de Lavalleja, já que contava com o reforço de Bento Gonçalves, ao todo cerca de 1.500 homens.

Na manhã de 12 de outubro de 1825, os brasileiros foram encontrar o adversário nas cabeceiras do arroio Sarandi, no lugar denominado Orqueta de Sarandi. O General Rivera já tinha se reunido a Lavalleja apresentando agora um efetivo de 2.600 homens de cavalaria, alguns atiradores a pé e uma peça de artilharia. Bento Manuel lançou uma carga de cavalaria e, apesar de romper o centro da linha inimiga, foi repellido na ala direita por Rivera e derrotado no flanco esquerdo, retirando-se com pesadas baixas para Santana do Livramento. Esse evento fez recrudescer a animosidade contra o Brasil, incentivando o entusiasmo de nossos adversários. A Cisplatina ficou quase toda nas mãos dos uruguaiois. Lecor conseguiu manter as praças de Montevideú e Colônia, assediadas pelas tropas de Lavalleja.

A Sala dos Representantes de Buenos Aires declarou, em 25 de outubro de 1825, "a Banda Oriental reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que por direito pertenceu e deseja pertencer". A esta resolução respondeu o Império que: "Havendo o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata praticado atos de hostilidade contra este Império, sem provocação e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre as nações civilizadas, convém à dignidade da Nação brasileira e à ordem que deve ocupar entre as potências, que Eu, tendo ouvido meu Conselho de Estado, declaro, como declaro, a guerra contra as ditas Províncias e seu governo. Portanto, ordeno que por mar e por terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o curso e armamento a que meus súditos

queiram propor-se contra aquela Nação, declarando que todas as tomadas e presas, qualquer que seja sua qualidade, serão completamente dos apesadores, sem dedução alguma em benefício do tesouro público. O Supremo Conselho Militar o tenha entendido e o faça publicar, remetendo este por cópia às estações competentes e afixando-o por editais".

2.3.2 Preparativos para a campanha

As tropas argentinas que constituíam o denominado Exército de Observação transpuseram o rio Uruguai na altura de Salto e iniciaram a concentração em Durasno, vagarosamente. Com a retirada do General Martin Rodrigues, assumiu o comando o General Carlos Maria Alvear, antigo Ministro da Guerra. Em dezembro de 1826, com 8.500 homens, julgou-se em condições de iniciar a campanha.

Os brasileiros mantinham-se em defensiva estratégica. O governo imperial resolvera afastar o General Abreu do comando das tropas no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1825, substituindo-o pelo General Francisco de Paula Massena Rosado. Esta solução foi considerada uma injustiça para com o experiente chefe gaúcho, e o seu sucessor foi uma péssima escolha, pois revelou incompetência para a missão: apressou-se, inexplicavelmente, em reunir todas as forças disponíveis em Santana, deixando a descoberto a fronteira. Somente em Jaguarão manteve tropa brasileira, pois Bento Gonçalves deixou de cumprir a ordem de concentração. Rosado também foi infeliz na escolha do local de acampamento: a região era insalubre e com péssimos pastos. Enquanto se desentendia com o Presidente da Província, seu exército estagnava. A opinião pública cada vez mais se impacientava com a inexplicável inatividade de nossas forças. D. Pedro I resolveu visitar pessoalmente o teatro de operações. Desembarcou em Santa Catarina e atingiu Porto Alegre. Nesta cidade recebeu a notícia do falecimento da esposa, D. Leopoldina, sendo obrigado a regressar de imediato. Resolveu nomear um novo comandante - o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, que tinha muito prestígio como militar culto e político talentoso, por decreto de 12 de setembro de 1826, mas só se tornou pública em 1º de outubro. Em memorando escrito ao Imperador em 2 de outubro, portanto no dia seguinte,

Felisberto Caldeira afirmava: "Um exército nu, descalço, sem munição de guerra e de boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido depois de um ano a mais humilhante defensiva, deveria fazer soçobrar o meu espírito...".

Carta imperial de 4 de novembro o agraciava com o título de Marquês de Barbacena. A 1º de janeiro de 1827, Barbacena chegou ao acampamento das forças brasileiras e colheu impressões deprimentes sobre a situação geral da tropa. Imediatamente tomou providências para sanar os problemas, reorganizou as forças, formando duas divisões, cada uma com três brigadas, além de duas brigadas ligeiras de cavalaria que também existiam. Uma delas era a de Bento Gonçalves, em Jaguarão, e a outra a de Bento Manuel, em Santana.

Verificando os inconvenientes apresentados pelas áreas de concentração escolhida pelo antecessor, deslocou-se para Bagé. Enquanto isso o Marechal-de-Campo Gustavo Henrique Brown, Chefe do Estado-Maior, reunia em Pelotas, por ordem de Barbacena, as unidades estacionadas na fronteira de Jaguarão e mais alguns elementos vindos por mar do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 1.600 homens.

Planos de Barbacena e de Alvear No mesmo memorando, de 2 de outubro, o Marquês de Barbacena enviara ao governo imperial a exposição de seu plano de guerra:

- 1) expulsar o inimigo para além do Uruguai;
- 2) ocupar posteriormente a Província de Entre Ríos;
- 3) obrigar a República Argentina a solicitar a paz sem possibilidade de renovar as hostilidades.

Para a sua realização previa Barbacena uma força de 15 mil homens, além de uma reserva de 4 mil. Além disso, queria ter autonomia em relação ao Presidente da Província e contar com a cooperação da Marinha. Ao chegar à área de operações, a precariedade dos meios forçou-o a adotar, inicialmente, uma atitude defensiva. Decidiu concentrar as forças de que dispunha na região de Bagé e justificou-se: "Enquanto eu não tiver força igual à sua ou não cometer o inimigo algum grande erro estratégico, permanecerei em pura defensiva, atraindo-o o quanto puder para o interior, porque nesta direção eu ficarei cada dia mais forte em gente, cavalos e munição, e ele mais fraco em todos estes elementos".

Os brasileiros levantaram acampamento a 13 de janeiro de 1827 e, a 4 de fevereiro,

atingiram as nascentes do Lexiguana, juntando-se às forças do Marechal Brown. Recomeçou o deslocamento em direção ao inimigo no dia 10 do mesmo mês.

O plano de Alvear não fora redigido nem divulgado antes das operações. O que dele se conhece consta de uma exposição de motivos apresentada à Sala dos Representantes de seu país, na qual se defende de acusações. Disse nessa ocasião: "Pretendia vencer o Exército imperial antes que tivesse condições de tomar a ofensiva, a fim de obrigar o Imperador a negociar a paz; lançar um corpo de cavalaria sobre Santana, enquanto o grosso das tropas subiria o rio Negro, manobrando, alternadamente, nas duas margens, segundo o permitissem as circunstâncias e o movimento do inimigo; levar essa manobra até Bagé e aí entrar na Coxilha Grande, para ficar em condições de tomar de flanco todos os rios do Continente de São Pedro e outros lugares".

Alvear tomou uma atitude francamente ofensiva, procurando impedir a união das forças brasileiras para, em seguida, dominá-las separadamente. Bento Manuel perde contato com o inimigo.

Uma das razões dos deslocamentos a esmo antes da batalha foi a escassez de informações. Ambos os contendores ignoravam o que se passava com o oponente, emprestando-lhe intenções nem sempre confirmadas. Barbacena escrevia a 5 de fevereiro para o Ministro da Guerra: "Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver no exército quem pense que Alvear procura os campos de Santana, vantajosos à sua cavahada, pela mesma razão eu procuro as montanhas pedregosas do Camaquã (...). A incerteza não pode durar 48 horas porque destaquei sobre seus flancos as duas brigadas inteiras de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves e vou em seu seguimento".

A vanguarda de Bento Manuel atacou a 13 de fevereiro uma patrulha inimiga às margens do Vacacaí; o Coronel Lavalleja, à frente de dois regimentos, socorreu a patrulha, mas nossos elementos, apoiados pela 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, manobraram em retirada, não ousando o inimigo persegui-los.

A 15 de fevereiro encontraram-se a brigada de Bento Manuel e a tropa de cavalaria do General Lúcio Mansilla, nas imediações do Passo de Umbu. O primeiro atravessou rapidamente o passo e, colocando-se na outra margem do Ibicuí-Mirim, defendeu a passagem. Mansilla retornou a Cacequi, enquanto Bento Manuel rumava para o

Jaguari, perdendo o contato com o adversário e a ligação com o grosso do exército, e enviando, ainda nesse dia, um informe ao Marquês de Barbacena que até hoje constitui uma interrogação: "O carretame do inimigo deixou hoje pelo Campo da Cruz, entre o banhado do Jacaré e Cacequi; é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no Passo do Umbú, pôr as minhas cavalhadas em segurança e fazer-lhes guerrilhas, até passar em Santa Marra, logo que passem no fundo do Loreto, e vou sair adiante. Eles, segundo as suas marchas, só depois de amanhã poderão chegar ao passo".

2.3.3 Batalha do Passo do Rosário

Se o Marquês de Barbacena não ignorasse tudo sobre o dispositivo inimigo na região do Passo do Rosário, no rio Santa Maria, a batalha de 20 de fevereiro de 1827 converter-se-ia em desastre para as forças de Alvear. É que ele se colocou em situação desvantajosa, tendo à retaguarda um rio cheio, que permitia apenas a passagem a nado; no flanco direito uma várzea baixa e alagadiça, e no esquerdo, uma região de alturas, sem nenhuma via de transporte aproveitável. Na frente, nas estradas Cacequi-Rosário e São Gabriel-Rosário, marchavam as forças brasileiras, imprensando-o de encontro ao rio Santa Maria.

Mais tarde declarou o General argentino que pretendia atrair as forças brasileiras para a passagem do Santa Maria, simulando uma retirada. A justificação era pouco aceitável, pois o terreno era desfavorável àquele tipo de manobra.

O campo de batalha, de maneira geral, resumia-se praticamente a duas linhas de coxilhas, no sentido norte-sul, separadas por vale estreito, conhecido como sanga do Barro Negro, um obstáculo natural que, parece, na época só permitia a passagem em alguns lugares. Ao sul dessa região existia uma várzea alagadiça, por onde descia o arroio Ituzaingó ou Imbaé, procurando o rio Santa Maria. A sanga do Barro Negro corria mais próxima das coxilhas do leste, deixando maiores espaços para ao lado oeste. Favorecia o emprego ofensivo da cavalaria argentina, e a defesa, pela infantaria, da posição brasileira. O exército brasileiro em campanha, em que predominava a infantaria, dispunha de posição favorável ao emprego dessa arma, proporcionando

condições mais favoráveis a uma retirada do que a posição argentina.

O exército argentino, ao alvorecer do dia 20 de fevereiro, tomou posição com o 5º Batalhão da Divisão Olazábal em 1º escalão, sobre a região chamada do Cirillo, ao norte da estrada de Cacequi. Enquadraram-se as divisões de cavalaria orientais, a de Laguna, ao norte, e as restantes, sob o comando de Lavalleja, ao sul. O grosso das forças de Alvear estava a oeste, a cavaleiro da estrada.

O exército brasileiro chegou ao campo de batalha pela estrada velha de São Gabriel e desdobrou-se para a direita. A 1ª Divisão, comandada pelo Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, marchou para o norte até tomar posição na estrada de Cacequi. A 2ª, do General João Crisóstomo Calado, colocou-se no flanco sul, frente à cavalaria de Lavalleja. As brigadas ligeiras do Marechal José dos Santos Abreu e do Coronel Bento Gonçalves cobriam os flancos esquerdos e direito do dispositivo imperial.

Desconhecido exatamente o efetivo e o valor do inimigo à sua frente, e na crença de que ali se achava apenas uma parte, decidiu o Marquês de Barbacena lançar o ataque com as duas divisões de primeiro escalão. Os brasileiros atravessaram a sanga, progredindo em direção ao inimigo. Para barrar o avanço da Divisão Barreto, Alvear lançou sucessivamente a Divisão Laguna, os regimentos de cavalaria do General Frederico Brandzen e do Coronel José Maria Paz e três batalhões de caçadores. A Divisão Barreto repeliu todos esses ataques, retraindo-se depois para sua posição inicial, em virtude de ter o flanco direito, protegido por Bento Gonçalves, sob ameaça de envolvimento, já que sua brigada cedera ante violenta carga da Divisão Lavalleja, desmembrando-se em parte. Pelo lado esquerdo, a mesma Divisão carregou sobre os milicianos de Abreu que, em confusão e entremeados com o inimigo, vieram de encontro à 2ª Divisão. O General Calado foi obrigado a receber a fogo a avalanche mesclada de uruguaios e brasileiros. Foi quando tombou mortalmente ferido o Marechal Abreu, com certeza atingido pelos defensores. Era uma perda muito grande. Abreu apresentara-se como voluntário para esta campanha. Homem simples, de poucas letras, lutara a vida toda e de soldado chegara a Marechal.

Calado repeliu sucessivas cargas inimigas. Sua Divisão achava-se muito afastada da Divisão Barreto e o intervalo entre as duas unidades constituía grave ameaça. Barbacena ordenou então que a 1ª Divisão cerrasse sobre a 2ª, mas isto já não era

possível. A Divisão Calado estava desfalcada da 3ª Brigada de Cavalaria, deslocada para cobrir o flanco da 1ª Divisão, após a retirada de Bento Gonçalves.

Iniciou-se assim o recuo da 1ª Divisão. Já eram 14 horas, a batalha durava mais de seis horas, sem resultado decisivo. Os argentinos e orientais arremetiam em cargas furiosas, mas eram contidos pelas formações em quadrado de Barreto e de Calado. O fogo que se propagara à macega ressequida do terreno em que estavam os brasileiros, impulsionado por um vento forte, tornava o ambiente insuportável, pela fumaça e pelo calor. Escasseava a munição.

Barbacena então resolveu interromper o combate, apesar da insistência de Brown, que persistia na idéia de renovar as ações ofensivas. O movimento de retirada fez-se lento e ordenado pela estrada de Cacequi, marchando na frente a 1ª Divisão. A Divisão Calado conteve os últimos ataques inimigos. Os argentinos e uruguaios, cansados e abalados pelos insucessos das cargas, não efetuaram perseguição. Apenas o Coronel Lavalleja, com uma tropa de cavalaria, acompanhou o deslocamento à distância, sem disparar um tiro.

Alvear pensava em reunir as forças e retornar para o Passo do Rosário. Temia a chegada de reforços imperiais.

A luta durara cerca de oito horas consecutivas e pouco mais de 5 mil brasileiros enfrentaram um efetivo de mais de 8 mil platinos. As perdas foram muito grandes, em ambos os lados. Segundo o Barão do Rio Branco, tivemos uns 200 mortos e 150 feridos ou prisioneiros além de 800 extraviados. Nossos adversários tiveram cerca de 150 mortos e 250 feridos. A brigada de cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo. O historiador Tasso Fragoso diz o seguinte: "É difícil, senão impossível, liquidar hoje esse ponto controverso. Os contemporâneos guardaram da ausência do comandante da 1ª Brigada Ligeira impressão muito desagradável. (...) Quaisquer, porém, que tenham sido as causas determinantes de seu procedimento, minha impressão pessoal é que em nenhuma delas se poderia descobrir seja temor, seja falta de patriotismo".

Barbacena retirou-se na direção do passo do Cacequi, transpôs o Ibicuí e acampou na margem direita. Em seguida, por São Sepé, atravessou o Jacuí na Passo de São Lourenço e estacionou na margem norte daquele rio. Deixara em São Sepé toda a

cavalaria ao comando do General Barreto. A intenção de Barbacena, ao que parece, era estabelecer uma defensiva protegido por um obstáculo apreciável, mas deixava a descoberto o caminho para Porto Alegre.

O General Alvear, do Passo do Rosário, voltou a São Gabriel e logo depois ao arroio Los Currales, aonde chegou a 19 de março. A 13 de abril deixou Los Currales e, com tropas a pé, reocupou Bagé. Segundo ele, era uma segunda invasão do Rio Grande. Após algumas ações de pequena importância, em contatos com destacamentos avançados de Barreto, em Santa Tecla e no Camaquã, pretendia Alvear investir novamente sobre o Rio Grande. A 9 de maio de 1827 o Coronel Bonifácio Isas Calderón surpreendeu o quartel-general de Oribe em Cerro Largo, aprisionando o chefe uruguaio e capturando muito material inimigo.

O exército argentino rumou depois em direção a Melo, aonde chegou a 10 de junho e de onde Alvear oficiou ao Ministro da Guerra, informando sobre o deplorável estado de suas forças e concluindo pela conveniência de abandonar a luta por algum tempo.

2. 3.4 Atividades Finais da campanha

O Marechal Henrique Brown assumiu o comando do exército em operações no sul em São Lourenço, em julho de 1827. Sabia da presença de Alvear em Melo e discordava dos pontos de vista estratégicos de Barbacena e do local de concentração escolhido. Reuniu inicialmente as forças em Cerrito e depois optou por São Francisco de Paula, para onde se deslocou em setembro de 1827.

Embora já se noticiasse que o General Lecor substituiria Barbacena no comando geral do exército em campanha, Brown prosseguiu tomando providências para a execução de seu plano que era penetrar na Cisplatina pela Coxilha Grande, subir a serra de Aceguá e ganhar o flanco direito do inimigo, em coordenação com um destacamento em Santa Tecla e um corpo enviado para este fim a Montevideú. Contava com o efetivo de 9 mil homens.

Tomando conhecimento da nomeação de Lecor em novembro de 1827, o Marechal Brown foi ao seu encontro em Rio Grande, onde recebeu instruções. A idéia de manobra de Lecor era defensiva e o planejamento elaborado teve de ser posto de lado. Por meio de ofício, Brown recebeu instruções para deslocar o exército para Candiota.

Esse movimento para o norte animou Lavalleja que mandou ocupar a povoação deixada pelos brasileiros.

Sabendo que Lavalleja havia repassado o Jaguarão, Brown planejou um reconhecimento da força do inimigo. Os comandantes de nossas forças de cavalaria, que tinham prevenções antigas contra o chefe do estado-maior, discordaram da operação. A 9 de janeiro de 1828 Lecor chegou ao acampamento, resolvendo o incidente. Brown continuou no posto, mas João Crisóstomo Calado, Francisco Soares de Andréa e o Coronel Elzeário de Miranda e Brito deixaram o exército.

A operação iniciou-se a 28 de janeiro. A 23 de março chegou ao local um Ajudante do Imperador e no dia seguinte o Sr. Fraser, secretário da legação inglesa, com a missão de negociar um armistício entre as forças brasileiras e orientais.

Apesar das recomendações de Brown, Lecor relaxou as medidas de segurança e Lavalleja aproveitou para atacar. O comandante do exército brasileiro então encarregou o chefe do estado-maior, com três batalhões de infantaria e uma brigada de cavalaria, de investir contra o adversário. Brown logrou surpreender o inimigo no arroio Las Canas, obrigando Lavalleja a retrair-se para Cerro Largo.

A Argentina sentia-se esgotada. Debatia-se com sérios problemas internos e julgava-se sem forças para continuar a guerra, enquanto que o Brasil, aos poucos, se refazia do insucesso no Passo do Rosário, reorganizando paulatinamente suas forças. O interesse dos argentinos em buscar a paz devia-se à impossibilidade de suportar uma guerra prolongada. O embaixador argentino Manuel José Garcia foi mandado ao Rio de Janeiro para entabular as negociações de paz, resultando um acordo com o governo imperial.

Pela Convenção Preliminar de 24 de maio de 1827 a Argentina reconhecia "a independência e a integridade do Império do Brasil e renunciava a todos os direitos que poderia pretender no território da Província de Montevideu, chamada Cisplatina". Esse acordo levantou uma onda de protestos em Buenos Aires e foi rejeitado pelo Presidente Bernardino Rivadavia em decreto assinado a 25 de junho.

A Inglaterra ofereceu mediação em 1826 e Lord Ponsonby conseguiu que Manuel Dorrego, Presidente da República Argentina, enviasse ao Brasil os Generais Tomás Guido e Juan Ramón Balcarce, em missão extraordinária.

A 27 de agosto de 1828 firmou-se a Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, pela qual se reconheceu a independência da Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina. Pelo Brasil assinaram os Ministros João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg - Marquês de Aracati -, José Clemente Pereira e Tenente-General Joaquim de Oliveira Álvares.

Da sangrenta luta travada na sanga do Barro Negro, junto ao Passo do Rosário, resultava uma nova nacionalidade. Antes de morrer, Artigas pôde em seu melancólico retiro em Assunção agradecer a Deus a concretização do almejado sonho de independência uruguaia.

3. GUERRAS NO PRATA

3.1 Antecedentes

As mais importantes lutas travadas pelo Brasil-Colônia e pelo Brasil-Império ocorreram na área platina, pela importância política e econômica que esta região apresentava. Muitos interesses entrariam em conflito na colonização da bacia platina, desde a chegada dos primeiros europeus. Foi uma área de choque das correntes colonizadoras hispano-lusitana, de cobiça de franceses e ingleses, de bases de piratas, de correntes de hostilidade contra índios charruas, de acolhimento da civilização jesuítico-guarani, meta de audaciosos bandeirantes e, finalmente, espelho da política das metrópoles ibéricas e de suas relações no Velho Continente.

Um dos estágios críticos dessas lutas foi o desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata - integrado pelos territórios hoje pertencentes à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e à Bolívia - após a revolução de 25 de maio de 1810. O Paraguai emancipou-se em 1811, com as vitórias obtidas em Paraguari e Tacuari. O Uruguai, anexado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, surgiu como Estado independente em 1828, em decorrência da solução política entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, depois da batalha do Passo do Rosário.

Em setembro de 1829, o caudilho Juan Manuel Rosas venceu as eleições para

Governador da Província de Buenos Aires. Manteve-se nesta posição por 23 anos, subjugando os governantes das demais Províncias. Chegou ao poder pelo apoio dos federalistas desejosos de exterminarem os unitários. No Uruguai, o Presidente Rivera, eleito em 1830, foi substituído quatro anos mais tarde pelo seu Ministro da Guerra, Manuel Oribe. No Brasil a Regência enfrentava a Revolução Farroupilha, que ameaçava a integridade nacional e comprometia a posição brasileira no instável cenário político platino.

Rivera apeou Oribe do poder em 1838 após a batalha do Palmar, em 15 de junho. No ano seguinte efetivou-se como Presidente eleito em 1º de março de 1839. Rosas, mantendo o sonho da reconstrução do Vice-Reinado, tornou-se uma ameaça à independência uruguaia. Rivera aliou-se aos unitários anti-rosistas da Província de Corrientes. O caudilho argentino enviou Pascual Echagüe para combater esta aliança; acompanhavam-no Manuel Oribe, Justo José Urquiza, Juan Antonio Lavalleja, Servando Gómez, Eugenio Garzón e o Coronel Manuel Lavalleja. Rivera venceu-os em Cagancha a 29 de dezembro de 1839. Animado pelo êxito inicial organizou uma flotilha, cujo comando entregou a José Garibaldi, objetivando enfrentar os navios argentinos e reuniu uma coalizão contra Rosas. Com 7 mil homens, Rivera invadiu Entre Ríos, mas em Arroyo Grande foi derrotado por Oribe. No dia 6 de dezembro de 1842 Rivera recuou, com seus partidários, para a capital, sitiada pelas forças de Oribe.

As possibilidades econômicas da área, por outro lado, interessavam à França e à Inglaterra, sendo que esta queria a livre navegação da bacia do Prata e a independência do Paraguai e do Uruguai, benéfica para o seu comércio. A França não perdera a esperança de se estabelecer definitivamente na América do Sul, em área vantajosa. A diplomacia dos fortes, no entanto, costuma ser feita com a espada na mão. Às primeiras reações de Rosas, Buenos Aires foi bloqueada por esquadra francesa composta por nove navios sob o comando do Almirante Leblanc (1838). A atitude firme de Rosas provocou o recuo da França, que suspendeu o bloqueio em 29 de outubro de 1840.

Enquanto isso, no Uruguai, Oribe sitiava Montevideu, onde os colorados uruguaio e os unitários argentinos continuavam resistindo, sem capitular. Em 1843 Rivera dominava a

campanha uruguaia.

A ameaça franco-inglesa provocou a aproximação das Províncias Unidas com o Brasil. Os dois países assinaram um tratado de aliança defensiva. O Império ratificou-o, mas Rosas, pensando ter resolvido as pretensões dos mediadores, rejeitou-o, sem justificção. Foi um sério desacerto político, agravado quando o caudilho deixou de receber o ministro brasileiro em Buenos Aires, Duarte da Ponte Ribeiro. Não foi só. Obteve da Inglaterra autorização para efetuar o bloqueio naval da capital uruguaia com sua esquadra sob o comando do Almirante George Brown. O governo imperial enviou ao Uruguai, para se fazer representar, o Ministro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (1843) que não reconheceu o bloqueio efetivado pela esquadra argentina à capital uruguaia. Não tendo recebido respaldo do governo brasileiro a sua atitude, demitiu-se em seguida.

Estes processos diplomáticos constituíram uma afronta aos desejos de aliança e de boa-vizinhança do Brasil, que, conseqüentemente, mudou a política e enviou à Inglaterra a Missão do Visconde de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, a fim de obter das potências européias apoio e beneplácito para uma intervenção militar contra Rosas, pondo fim à sua política dominadora e expansionista. No entanto, a iniciativa não surtiu efeito.

Prosseguindo na firme idéia de se opor às pretensões de Rosas, em 1844 o Império reconheceu a independência do Paraguai, que já tinha autonomia desde 1811, e cuja emancipação oficial fora decretada pelo Congresso Paraguaio em 1842, pouco depois da morte de José Gaspar Rodríguez de Francia.

No ano seguinte, Caxias conseguiu a pacificação no Rio Grande do Sul, trazendo tranqüilidade para o Império.

Em 28 de março de 1845, o General Justo José Urquiza, a mando de Rosas, invadiu o Uruguai e em India Muerta derrotou Rivera, que se refugiou no Rio Grande, asilando-se, em seguida, no Rio de Janeiro. Oribe, preposto de Rosas, dominava agora todo o Uruguai, exceto a cidade de Montevidéu, que continuava sitiada.

Novo clamor de revolta contra o ditador se fez sentir na Argentina em 1846. O caudilho Juan Madariaga, irmão do Governador da Província de Corrientes, Joaquim Madariaga, aliou-se a Carlos López, do Paraguai, e ao General José Maria Paz, anti-rosista de

projeção, sob assistência moral do Brasil. Paz, que era um idealista, organizou o exército Pacificador, contando com a participação de Solano López à frente de 5 mil paraguaios. A expedição fracassou e os 1.500 homens comandados por Pablo López, depois de invadirem Santa Fé e tomarem a capital da Província, foram totalmente desbaratados.

De novo, Urquiza tentou pacificar a revolta a favor de Rosas. Antes da batalha decisiva, os irmãos Madariaga acordaram com Urquiza o Tratado de Alcaraz, com a obrigação de expulsarem Paz. Rosas não ratificou a iniciativa de seu preposto. Indignado, anulou o Tratado e mandou outro a Urquiza para fazê-lo valer. Os Madariaga revoltaram-se. O combate de Potrero Vences deu a Urquiza a vitória final, em 1847.

Verificou-se então um desinteresse das potências européias sobre a área. A Inglaterra constatou não haver meios militares para sustentar suas pretensões - faltava-lhe uma base operacional local e eram necessárias forças terrestres. Passou, pois, a manobrar diplomaticamente e, em 1849, abandonou o bloqueio. A França, exausta de subvencionar os colorados de Montevideú - foram cerca de 10 anos de esperanças frustradas - abandonou, no ano seguinte, suas interferências no Prata.

O ano de 1850 tornou-se crítico. Na Argentina, Rosas ensaiou manobras políticas, inclusive a farsa da renúncia, para obter a saída de Urquiza, cuja sombra temia que o encobrisse. No Uruguai, Oribe desmandou-se, não respeitando propriedades dos brasileiros. Agitava a fronteira e instigava a luta contra os vizinhos.

No Brasil havia certa timidez diplomática ou uma cautela exagerada. A reação surgiu de alguns rio-grandenses exaltados. Ao grito do Barão de Jacuí, Francisco Pedro de Abreu, eles se armaram e invadiram o Uruguai, em ações locais, chamadas califórnias. O governo brasileiro não concordou com o procedimento do barão e mandou prendê-lo.

Rosas exigiu satisfações do Império, de maneira descortês, através de seu embaixador no Rio de Janeiro, Tomás Guido. O Brasil não se impressionou, mas tentou dar explicações aos uruguaios, cujo governo de fato não reconhecia. Guido solicitou os passaportes e partiu, romperam-se as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.

A Sala dos Representantes das Províncias Unidas autorizou Rosas a tomar providências para a incorporação do Paraguai. A ostensiva ação rosista quebrou o

marasmo de nossa política. Agora, esperava-se no Brasil um confronto armado, a qualquer momento. Na elaboração do plano de guerra destacaram-se as medidas políticas através de alianças, as medidas econômicas pela substituição do apoio financeiro francês para a continuação da defesa de Montevidéu e pelo respaldo econômico proporcionado pelo Barão de Mauá, e as medidas militares pelo fortalecimento do Exército e das forças navais.

Iniciando uma intensa ação diplomática, o Império enviou a Assunção José Antônio Pimenta Bueno, que assinou o tratado de reconhecimento da República do Paraguai contendo uma aliança defensiva e ofensiva. Por ele, o Brasil enviou ao Paraguai armas e munições, bem como uma missão militar (1851) composta de oficiais do Exército incumbidos de servirem de instrutores, destacando-se o Capitão Hermenegildo Portocarrero e o Tenente João Carlos de Vilagran-Cabrita.

Rosas, então no auge da glória e do poder, quis fazer desaparecer o concorrente que o observava de Entre Ríos e usou de um estratagema - renunciou novamente. Urquiza, que na primeira tentativa havia se solidarizado com as demais Províncias no apelo dramático à continuidade do ditador, rebelou-se, passando a inimigo figadal de Rosas e propenso a colaborar com o Brasil.

3.2 Preliminares e causa da guerra.

O Império brasileiro, pressionado pelos acontecimentos e diante da ostensiva agressividade do ditador argentino, procurou novas alianças.

Pandiá Calógeras escreveu o seguinte:

"A fim de preparar aliados e para evitar a acusação de que o Império se preparava contra a Argentina, o Brasil tratou de se unir aos argentinos que lutavam contra Rosas e lhes conferir a chefia da luta contra o ditador. A única coisa lógica, efetivamente, após o espalhafatoso rompimento de Rosas com o Império e a retirada no Rio de Janeiro do General Tomás Guido, Ministro da Argentina, era a aliança franca do Brasil com o governo de Montevidéu; a 29 de maio de 1851 foi assinado o tratado ofensivo e defensivo do Império com esse governo, subscrito pelo Ministro brasileiro Silva Pontes, e pelo Uruguai e Entre Ríos, por Manuel Herrera y Obes e Antonio Cujás y Sampere, e

explanado e posto em condições de se aplicar, pelo tratado do Rio de Janeiro de 12 de outubro de 1854".

O objetivo era apelar Oribe do poder, atendendo aos interesses das partes contratantes. Para representar o Brasil junto aos novos aliados foi designado Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná. Sem indecisões, o Brasil preparou-se para a guerra, aproveitando as lições do passado nas lutas platinas. O Conde de Caxias foi nomeado comandante em chefe das forças imperiais. Enquanto em Buenos Aires a Sala dos Representantes, a imprensa e algumas manifestações populares, mais ou menos açuladas pelo governo rosista, despejavam sobre o Império torrentes de injúrias, o Brasil preparava-se para a ação. O estuário platino representava papel saliente na contenda, de sorte que na Corte se teve o cuidado de convidar para o comando naval um oficial cheio de méritos e de serviços, conhecedor do teatro das futuras operações. A escolha recaiu sobre o Almirante John Pascoe Grenfell, inglês a serviço do Brasil desde 1823 e destacado combatente nas lutas de nossa Independência e da Revolução Farroupilha.

Embora tivesse havido improvisação de meios, o Império dispunha, no Prata, em 1851, de quatro divisões que eram comandadas por Bento Gonçalves, pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira e por David Canabarro, além de um agrupamento de artilharia sob o comando de Silva Bittencourt. A Armada dispunha de uma fragata, sete corvetas, três brigues e seis vapores.

Em síntese, os objetivos da luta contra Oribe e Rosas eram os seguintes: a) manutenção dos limites com o Uruguai, firmados no Pacto de Montevidéu; b) manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai; c) defesa da livre navegação no Prata, fechada por Juan Manuel Rosas, em 1842; d) proteção da vida e da propriedade de brasileiros na região fronteira com o Uruguai; e) fazer face à predisposição política rosista contra o Império.

3.3 Teatro de Guerra.

O historiador militar Genserico Vasconcelos assinalou que:

"A guerra de 1851-52 abarcou vastíssimo território - Província do Rio Grande, República

Argentina e Estado Oriental. Se o Paraguai tivesse cumprido os compromissos do tratado de 25 de dezembro de 1850, obrigando-o a tomar parte na cruzada contra Rosas, aumentaria a extensão do teatro de guerra."

Destaca-se nessa região a presença de dois grandes rios, o Uruguai e o Paraná, dividindo-a, pelos critérios da época, em dois teatros de operações: o do Estado Oriental do Uruguai e o das Províncias de Santa Fé e Buenos Aires.

Nesse quadro destacava-se a importância das vias fluviais, onde se manifestava a superioridade de nossas forças navais. A escassez de pontes dificultava as operações militares das forças terrestres brasileiras.

No teatro de guerra, as populações eram rarefeitas e exíguos os recursos. A República da Banda Oriental do Uruguai tinha uma população de 131 mil habitantes, dos quais 40 mil estavam em Montevideú. A indústria e a agricultura eram praticamente inexistentes, o comércio era fraco e estava prejudicado pela falta de garantias. Os exércitos não podiam contar com outros suprimentos, senão os da pecuária.

Na Província de Santa Fé a população era estimada em cerca de 30 mil habitantes e as dificuldades de abastecimento eram as mesmas. A Província de Buenos Aires, a mais rica da região, tinha 300 mil habitantes, possuindo quatro milhões de bovinos, um milhão e meio de eqüinos e de 12 a 15 milhões de ovinos; havia alguma agricultura próxima aos centros povoados.

3. 4 Beligerantes

Os colorados uruguayos ainda permaneciam cercados em Montevideú. Em meados de julho de 1851, havia cerca de 4 mil homens preparados para a campanha. Urquiza, rebelado contra Rosas, possuía um grupamento principal de forças diante da cidade de Paissandu, outro em frente a Salto e um terceiro, sob o comando de Benjamim Virasoro, diante de Passo del Higo.

Caxias, nomeado comandante das forças brasileiras, deslocou-se para Porto Alegre e acelerou a concentração de nossas forças de terras; em Livramento e Jaguarão, em fins de agosto, conclui-se a operação, ficando o grosso das tropas em Livramento e uma divisão, ao comando do Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, em

Jaguarão.

Nossos adversários dividiram as forças em dois agrupamentos. Um sob o comando direto do próprio Oribe, em Passo Cuello; o outro, sob as ordens de seu irmão, Inácio Oribe, tinha a missão de observar as forças oponentes na linha do rio Uruguai e na fronteira do Brasil. Rosas dispunha de um grupamento de forças na região de Buenos Aires e de um outro de milícias na região de Diamante.

Operações contra Manuel Oribe

O Conde de Caxias lançou um destacamento sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Luís Osório para estabelecer ligação com Urquiza. Ficou então ajustado o estabelecimento de um plano de operações segundo o qual Urquiza passaria o rio Uruguai em Passo del Higo e, marchando paralelamente à nossa fronteira, se juntaria às forças brasileiras próximo à confluência dos rios Negro e Taquarembó. A esquadra apoiaria a transposição do rio e evitaria a ligação de Oribe com Rosas. A 18 de julho de 1851, Urquiza transpôs o rio Uruguai em Passo del Higo, Salto e Paissandu, não obedecendo ao plano preestabelecido com Caxias. Obteve êxito na manobra, tendo inclusive incorporado às suas forças a vanguarda, e avançou para leste. Servando Gómez chocou-se com o grosso das tropas de Inácio Oribe e, complacientemente, deixou-o retirar-se, a 2 de agosto.

A 11, realizou-se outro encontro de Osório, como representante do comando das forças do Império, com Urquiza, na localidade de Passo de Oribe. Estabeleceu-se que o caudilho aguardaria as tropas imperiais na região daquele passo, a fim de prosseguir na ofensiva. Como de costume, ele não honrou os compromissos assumidos. Marchou para o sul, regulando o avanço pelo deslocamento de Caxias, sempre pronto a beneficiar-se das forças brasileiras em caso de insucesso.

Oribe enfrentou Urquiza nas imediações de Montevideu. Após as primeiras escaramuças reuniu-se um conselho de chefes, que deliberou estabelecer negociações. Urquiza aceitou a capitulação de Oribe, pela Convenção de Passo Molino, dia 11, sem consulta prévia a seus aliados. O procedimento ressaltava, mais uma vez, a deslealdade de seus propósitos. A capitulação não se restringia a um ato militar, mas

motivava profunda repercussão no cenário político.

As operações conduzidas por Caxias revelavam tino político e habilidade militar. Na Ordem do Dia nº 18, de 4 de setembro de 1851, disse ele:

"Soldados! Ides combater a par de bravos adestrados nos combates, esses bravos são nossos amigos, são nossos irmãos de armas. A mais perfeita e fraternal união deveis, pois, com eles manter. Que nenhum outro sentimento em vós se manifesta além do desejo de excedê-los nas virtudes do verdadeiro soldado. Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do General Dom Manuel Oribe; estes mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria. Desarmados ou vencidos são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar".

Na marcha para o sul, não se defrontou com o inimigo. Percorreram-se cerca de 500 quilômetros em terreno difícil, agravado pelo mau tempo. Os trens de campanha compunham-se de mais de 100 carretas. A coluna contava com 16 mil homens, havia falta de áreas de acantonamento e a necessidade de segurança tornara difícil o longo deslocamento, com etapas diárias de 17 quilômetros, comprovando o elevado grau de abnegação, resistência e espírito de sacrifício do soldado brasileiro.

Caxias avistou-se com Urquiza em 15 de outubro, assentando as bases iniciais das futuras operações contra Rosas. Terminara a campanha contra Oribe. O caudilho não traria mais desgraça ao país. Estavam garantidas a vida e a propriedade dos brasileiros residentes na fronteira com o Uruguai, mas restava ainda erradicar o cerne da tirania na região platina.

3. 5 Vitória Inicial da Diplomacia

Para estabelecer as bases da campanha contra Rosas firmou-se em 21 de novembro de 1851 um tratado entre os aliados. Mas o acordo, que tivera a participação de diplomatas e militares, apresentava muitas imperfeições.

Não ficou, por exemplo, estabelecido um comando unificado para a coordenação das operações com as forças aliadas. Em termos militares ficou estipulado que Urquiza comandaria as forças invasoras e Caxias permaneceria no Estado Oriental, no

comando de suas tropas, atendendo às solicitações de Urquiza e só tomando a iniciativa de intervir diretamente, na margem oposta, se a situação o exigisse.

A participação direta do Brasil era representada por uma divisão constituída de 4 mil homens, ao comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa. A Esquadra, comandada pelo Almirante John Pascoe Grenfell, colocar-se-ia em trechos convenientes a uma melhor cooperação com as forças de invasão.

O tratado, redigido com habilidade, regulava a guerra contra o caudilho Rosas e não contra a Argentina. O Império não reivindicou o comando geral para o seu representante e contribuiu para a derrota do ditador sem criar antipatias no âmbito da Confederação Argentina e nas próprias relações internacionais. Na verdade, tratava-se de uma guerra externa com feição de guerra civil; era pois aceitável que a invasão fosse comandada por um chefe político natural do próprio país invadido, no caso Justo José Urquiza.

Segundo o historiador militar Marechal José Bernardino Bormann, o plano de operações dos aliados consistia no deslocamento do exército brasileiro para Colônia do Sacramento, onde permaneceria enquanto Urquiza transporia o rio Paraná, em Diamante, de onde prosseguiria, acompanhando o rio, até Santos Logares, região onde se encontrava o exército de Rosas, sendo coadjuvado nessa operação por uma divisão brasileira. Depois do engajamento entre os dois exércitos, Caxias deveria passar o Prata e operar um desembarque em Quilmes, ao sul de Buenos Aires, apoderando-se dessa cidade ou atacando os rosistas pela retaguarda, se a batalha não estivesse decidida.

Rosas dispunha de vários planos diferentes, apresentados pelos seus mais destacados chefes, entre eles, Martiniano Chilavert, Lúcio Mansilla, Hilário Lagos e Angel Pacheco. Decidiu-se, por fim, pelo último, que previa a permanência do grosso das tropas próximo a Buenos Aires, onde deveria ser travada a batalha decisiva; além disso, um corpo de cavalaria retardara o avanço aliado e seria absorvido pelo grosso, ao final.

A região de Diamante foi escolhida para a transposição do rio Paraná; para lá se dirigiram as forças atacantes. Os argentinos movimentaram a cavalaria com seus próprios meios para Gualeguaiçu. A infantaria e a artilharia valeram-se do transporte da esquadra brasileira até aquela localidade, à margem do rio Uruguai. Reunidas todas

as forças, atravessaram o Uruguai e, por terra, marcharam para a zona de concentração aliada. Em meados de dezembro, os argentinos concluíram o movimento. O contingente uruguaio, sob o comando de César Díaz, com 1.670 homens, também foi conduzido pela esquadra a Potrero Pérez; os uruguaios prosseguiram por terra e, vencendo muitas dificuldades impostas pelas chuvas, alcançaram Diamante no dia 30 de dezembro.

Os brasileiros compuseram as forças de invasão aliadas com a 1ª Divisão, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa. Composta de três brigadas, embarcou em meados de dezembro, no porto de Colônia, com destino ao local de concentração.

No dia 30, todos os elementos estavam perfeitamente integrados, apesar das dificuldades. No Passo de Tonelero, no rio Paraná, perto da barranca Acevedo, os rosistas, ao comando do General Lúcio Mansilla, assestaram 16 peças e, com 2 mil homens, aguardaram a chegada da nossa esquadra, composta de sete navios sob o comando do Chefe-de-Esquadra Grenfell, com a missão de impedir o prosseguimento e, assim, desmontar o plano concebido pelos invasores. Em 17 de dezembro de 1851, os navios e guarnições suportaram, durante 80 minutos, o fogo dos argentinos, respondendo com ardor e entusiasmo que se refletia na presença de Grenfell. Este, em grande uniforme, acompanhava as operações do passadiço de sua capitânia, juntamente com o Brigadeiro Marques de Sousa e os generais argentinos Bartolomeu Mitre, Venceslau Paunero e Domingos Faustino Sarmiento, que se haviam postado política e militarmente contrários a Rosas. O êxito desta ação arrojada conduziu ao seu objetivo a tropa brasileira e abriu a via fluvial ao apoio das operações. No dia 20 atingiram Diamante.

3.6 A Transposição do Rio Paraná

A transposição do rio Paraná começou antes da concentração de todas as forças em Diamante. A passagem para a margem direita iniciou-se a 23 de dezembro, com a travessia em primeiro lugar das divisões de cavalaria entrerrianas, garantidoras da transposição do grosso das tropas.

Os vapores brasileiros rebocaram as embarcações carregadas até a margem oposta, desembarcando as tropas e retornando à outra margem, num movimento de vaivém. Uma divisão de cavalaria obteve permissão para transpor o rio a nado, mas, como o Paraná é caudaloso, muitos homens e animais se afogaram ou se extraviaram, reduzindo o efetivo da grande-unidade. A transposição do curso d'água exigiu vários dias, sem qualquer reação do inimigo, que permanecia estático em Corona, na Província de Santa Fé, acabando por retrair sem esboçar qualquer resistência. Urquiza resolveu transferir o local de concentração, na margem direita, de Corona para Espinillo, mais ao sul, ultimando-a em 8 de janeiro de 1852, quando passou a contar com todo o exército aliado.

Reunido em Espinillo, o "Exército Grande da América do Sul", denominação dada por Urquiza às tropas aliadas, tomou o rumo de Buenos Aires, com uma vanguarda de cavalaria precedendo de dois dias de marcha o grosso das tropas. Os rosistas, à medida que os aliados progrediam em observância ao plano do General Angel Pacheco, retiravam-se.

O Coronel Lagos, certa vez, tentou uma resistência séria no Arroyo del Medio, mas, como sempre, a ordem de retrair veio de pronto, primeiro para Salto, e daí para Santos Logares, facilitando o avanço das forças aliadas.

Nas proximidades do arroio Dulce havia tropas de cavalaria rosistas que não opuseram dificuldade. Atacados de surpresa, refluíram logo para Luján.

Dada a inexpressiva e apática resistência dos soldados do caudilho, prosseguiram os aliados seu movimento sem embaraço para Luján, que também fora abandonada. Por fim, inesperadamente, Rosas decidiu resistir e barrar o avanço, aproveitando-se do corte do rio das Conchas. Determinou ao General Pacheco que defendesse obstinadamente a Ponte do Marquês, sobre aquele curso d'água. Travou-se o entrecchoque de forças de cavalaria, com expressiva vitória alcançada pela vanguarda aliada. Esta, então, deteve-se, esperando pelo grosso das forças, que chegou no dia seguinte. Urquiza novamente dispunha de todos os seus elementos em marcha para o combate final.

3.7 A Batalha de Monte Caseros

Vencido o rio das Conchas, cuja ponte inexplicavelmente não fora destruída pelo inimigo, novo obstáculo se apresentou ao prosseguimento dos aliados - o arroio Morón. O General Urquiza tomou a disposição clássica para o combate, em linha paralela ao curso d'água, com o grosso das forças de cavalaria nos flancos, enquanto o inimigo ocupava a outra margem. Parecia decidido a combater. O próprio Rosas assumiu pessoalmente o comando das tropas e as conduziu na batalha decisiva, que, em última instância, impediria a entrada dos aliados em Buenos Aires.

A noite de 2 para 3 de fevereiro transcorreu tranqüila. O inimigo permaneceu estático em suas posições. Ao amanhecer, Urquiza resolveu transpor o arroio que, segundo os reconhecimentos, se revelara, de modo geral, difícil pela natureza de suas margens. Fê-lo pela única ponte existente e por um pequeno vau, descoberto durante a operação de travessia. Entretanto, teve o cuidado de simular uma passagem no arroio que ficava no flanco direito do inimigo, buscando iludi-lo quanto ao local exato da operação. Essa manobra não poderia enganar o adversário. Facilmente Rosas descobriria o ponto exato da transposição e lançaria todas as forças contra Urquiza, no momento crítico da transposição do obstáculo. O chefe portenho, no entanto, conservou-se inerte. Não mandou nem destruir a única ponte, como seria lógico e previsível.

E o exército de Caxias, em Sacramento, o que fazia? Lima e Silva não dispunha de notícias da longa marcha do exército aliado e estava apreensivo quanto à sorte de sua divisão. Resolveu concentrar toda a força naval e os meios de transporte fluvial disponíveis em Colônia. Preparou-se, enfim, para intervir. Face à eventualidade de ter de desembarcar na costa de Buenos Aires, embarcou a 17 de janeiro na fragata D. Afonso, capitânia de Grenfell, em direção à capital portenha. Percebido o vaso de guerra brasileiro, uma multidão encheu as praias. Navios estrangeiros – ingleses, franceses e sardos – saudaram o nosso pavilhão, indo os comandantes visitar os altos chefes militares. Não houve reação de terra, apesar de estar no porto uma flotilha rosista e haver numerosa guarnição na cidade, inclusive com meios de artilharia. Caxias realizou o reconhecimento vagorosamente, selecionou os pontos de desembarque e retornou à Colônia.

Nos arredores de Buenos Aires, perto de arroio Morón, pouco antes do choque das

forças oponentes, era a seguinte a ordem de batalha:

Rosistas: a infantaria, em linha, ocupava uma coxilha dominante. À direita, uma ala de cavalaria e os baluartes de El Palomar e a Casa de Sotea, ambas bem guarnecidas. No centro, a artilharia e no flanco esquerdo, enquadrando o dispositivo, outro grupamento de cavalaria.

Aliados: no flanco esquerdo, uma divisão de cavalaria oriental. Ao centro, a divisão brasileira do Brigadeiro Marques de Sousa, a divisão da infantaria argentina e entre elas a artilharia. Na ala esquerda estava o grosso da cavalaria aliada, sob o comando direto do General Urquiza.

Pela manhã começou o duelo entre as artilharias. As baterias brasileiras, de menor calibre, depois de avançar e abrir fogo retraíram-se por ordem do Brigadeiro Marques de Sousa, que assim se justificou, segundo o historiador militar Genserico de Vasconcelos:

"Tendo às 8 horas da manhã feito o inimigo jogar sua artilharia sobre nossa linha, mandei imediatamente responder-lhe pelas nossas baterias, reconhecendo porém que os tiros eram ineficazes nesta distância, atento à diferença de calibres, fiz cessar fogo e retirar a bateria, para não ficar exposta inutilmente".

Urquiza passou em revista as tropas e ao cruzar pela divisão brasileira ordenou ao comandante atacar o centro do dispositivo inimigo, logo que sentisse os movimentos da infantaria à sua direita, que estava ao comando de José Miguel Galán. Próximo das 9 horas, Urquiza, ao atingir a ala direita, que comandava pessoalmente, partiu para a carga, esquecendo-se de suas elevadas funções nas forças aliadas: sem determinar o avanço de José Miguel Galán manteve imóvel, conseqüentemente, a tropa brasileira. O Brigadeiro Marques de Sousa, preocupado com a demora do avanço da infantaria portenha, provocou uma definição de Benjamin Virasoro, chefe do estado-maior que se limitou a informar que Urquiza atacava a retaguarda do flanco inimigo. Nesse momento os orientais avançaram; Marques de Sousa, sentindo a dificuldade que encontrariam para abordar o ponto fortificado da posição inimiga, não se deteve e, com nossos briosos soldados, lançou-se sobre as forças inimigas. O ímpeto levou de vencida El Palomar e Caseros: caiu o último baluarte rosista.

César Díaz e Martiniano Chilavert tentaram uma retirada em ordem, chegando à

povoação de Corón. Na localidade enfrentaram a última carga da divisão Lamadrid, onde, mais uma vez, se destacou a participação do 2º Regimento de Cavalaria, comandada pelo bravo Osório.

Rosas fugiu para a Inglaterra. O povo argentino estava livre da ditadura rosista. Acabara a campanha. Rosas e a longa história do caudilhismo platino passaram à História como recordação de dias difíceis para os nossos vizinhos.

A 1º de março, digna de respeito e reconhecimento dos aliados, regressou a Montevideú a 1ª Divisão de Infantaria Imperial, sendo saudada na ocasião, pelo comandante do exército aliado com a seguinte proclamação:

"Brasileiros!"

"A Justiça, a Liberdade e a Glória vos chamaram ao rio da Prata e cooperastes para a salvação de duas repúblicas e o aniquilamento de seus tiranos".

"Graças e imortal honra a vós e a vossos filhos, veteranos do Império!"

"O amor, admiração e gratidão destes países se associam hoje a vossa terna despedida".

"Preenchestes o sagrado compromisso de Aliados da Liberdade, granjeastes as simpatias do mundo e tendes assegurado o porvir e a dignidade de vossa pátria".

"Firmes colunas da Majestade Imperial, sobre vossos ombros seja ela perdurável e se honrará sempre de proclamá-lo o vosso leal amigo e companheiro d'armas - Justo José Urquiza".

3. 8 Consequências

A campanha de 1851-2 que se encerrou com a vitória em Caseros, numa operação combinada de forças militares de três nacionalidades distintas, teve as seguintes consequências diretas:

- Brasil obteve os limites que pleiteava com o Uruguai;
- ficou confirmada a independência do Paraguai e do Uruguai;
- ficou reconhecido nosso direito à livre navegação do Prata;
- houve uma justa reparação aos habitantes brasileiros no Uruguai, que tinham sido espoliados em suas propriedades, ameaçados em suas vidas, ofendidos em sua honra.

Terminada a campanha contra Oribe, apesar da anistia geral concedida, a República da Banda Oriental do Uruguai não desfrutou da tranqüilidade interna, almejada não só pelos uruguaios como pelos brasileiros que habitavam áreas fronteiriças, no Rio Grande do Sul.

Tendo aquele país permanecido longo tempo sob o controle das forças de Oribe, era de se esperar que seus simpatizantes e correligionários continuassem numerosos e as eleições procedidas levassem ao governo do Uruguai pessoas comprometidas com a situação anterior. Alguns políticos banidos pela intervenção brasileira voltaram ao poder cheios de ressentimentos contra os argentinos e principalmente contra os brasileiros. A pacificação interna do Uruguai tornou-se difícil: o ódio político e a discriminação mútua de blancos e colorados acentuou-se com a eleição do blanco Juan Francisco Giró.

O novo mandatário pretendeu anular o Tratado de Limites de 1851, pouco antes firmado com o Brasil. Só recuou quando o Império ameaçou ocupar militarmente o território entre o Arapeí e o Quaraí, o que não se concretizou graças à mediação do General Urquiza.

Em 18 de julho de 1853, eclodiu na Banda Oriental um movimento revolucionário colorado, liderado pelo General Melchor Pacheco y Obes. Pouco depois, em 24 de setembro, Giró renunciou. Organizou-se então um triunvirato composto por Lavalleja, Rivera e Venâncio Flores. Com a morte dos dois primeiros, Flores foi eleito Presidente, em 12 de março de 1854, para completar o mandato de Giró. Conduziu-se com moderação, ensejando a criação de um terceiro partido, o Conservador, abrigando elementos das duas correntes. Entretanto, isso não foi o suficiente para desarmar os espíritos e diminuir o calor das lutas políticas.

O Brasil acompanhava a situação atentamente, preocupando-se com o desenrolar dos acontecimentos. As violências que ocorriam no Uruguai refletiam-se invariavelmente no Rio Grande do Sul: a raia demarcatória, em grande parte em linha seca, facilitava a convivência estreita de famílias brasileiras e uruguaias, criando laços afetivos, econômicos e políticos entre gaúchos e orientais.

Muito tempo antes, o comandante da 2ª Brigada do Exército, com jurisdição na fronteira do Jaguarão, fizera recomendações para que na área não se fizessem manifestações relativas às disputas internas do Uruguai.

Vendo agravar-se a situação, o Presidente Flores solicitou ao governo imperial um empréstimo financeiro e o deslocamento de uma divisão do exército brasileiro para o território uruguaio, aprovados pelo Legislativo uruguaio em 20 de março de 1854.

O Brasil, interessado no restabelecimento da ordem interna no Estado Oriental e compelido a auxiliá-lo moral e materialmente, de acordo com o Tratado de Aliança de 12 de outubro de 1851, determinou que uma Divisão de Observação penetrasse na Banda Oriental. Nos últimos dias de março de 1854, a força, com 4 mil homens sob o comando do Brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, partiu de Piraí Grande, perto de Bagé, e transpôs a fronteira, dirigindo-se para Montevideú. Chegou a 3 de junho, indo aquartelar em Unión. Logo após foi saudada por navios de guerra brasileiros no porto e recebida com entusiasmo pelo General Venâncio Flores, Presidente da República.

Por que se envolveu o Brasil nas lutas políticas do Uruguai? Por que não aproveitou as lições da campanha de 1851-52?

Por causa da fronteira. Porque a instabilidade política do Uruguai repercutia no Rio Grande do Sul, criando dificuldades inesperadas, afrontando a autoridade do governo brasileiro.

Retornávamos ao Uruguai em missão de paz. Empenhávamo-nos em prol do renascimento político daquele país que sonhava passar do caudilhismo para a mais liberal das formas de governo.

A Divisão de Observação, no cumprimento de sua delicada missão, talvez tenha na oportunidade sido incompreendida, parecendo intrusa e antipática aos olhos de muitos orientais, mas ela honrou as tradições militares do Império, portando-se com serenidade e imparcialidade, e buscou desenvolver no Uruguai os hábitos constitucionais, sem ferir sua nacionalidade.

A presença da força brasileira diminuiu a agitação das disputas partidárias, proporcionando ao Presidente Flores ânimo para convocar o povo, por meio de comícios, para participar da renovação política. Criou também ambiente de segurança capaz de promover o regresso de alguns emigrados uruguaios e infundir confiança nos adversários políticos do governo para que concorressem à eleição.

Reconhecendo ser impossível vencer a oposição que o afligia, Flores renunciou, em 10 de setembro, sendo substituído interinamente por Manuel Bustamante, Presidente do

Senado. A 14 de novembro de 1855, a Divisão Brasileira iniciara o seu regresso ao Brasil, transpondo a fronteira no dia 19 de dezembro.

O correto e eficiente desempenho da força brasileira angariou o reconhecimento do povo uruguaio.

Também provou ter sido uma medida acertada, considerando os ulteriores acontecimentos na fronteira, quando a constante violação da fronteira no Rio Grande do Sul, promovida pelos partidários de Aguirre, exigiria a intervenção militar no Uruguai, às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança.

4. GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

4.1 O Início

A Guerra da Tríplice Aliança foi o conflito internacional de maior duração na América do Sul.

Apresentou diversas particularidades, passando pela utilização de novos armamentos e munições decorrentes da industrialização e inovações tecnológicas na Europa e Estados Unidos, condições geográficas específicas e o contexto político-estratégico em que se desenvolveu a guerra.

A partir da década de 1970, a visão política-estratégica da historiografia do conflito valorizava uma interpretação de suas origens com relação a interesses imperialistas britânicos e resistência regional paraguaia a projetos hegemônicos, demonstrando um “sentido social” nos seus propósitos e políticas. Alguns fatos que comprovam que tais teses não se sustentam são a relação diplomática abalada entre Brasil e Inglaterra pela Questão Christie e o aspecto ditatorial-familiar e baixo desenvolvimento e limitado processo de modernização paraguaio, restrito a aspectos militares.

As pesquisas mais recentes, entretanto, direcionam para questões geopolíticas e estratégicas regionais ligadas à livre navegação da bacia do Prata (fato que garantiria ao Brasil melhor comunicação com suas províncias do Centro-Oeste, Mato Grosso e Goiás) e interesses de articulação de um poderoso Estado unificador do antigo Vice-Reino do Prata.

O Paraguai se mantivera em relativo isolamento sob a ditadura de José Gaspar de Francia. Com sua morte e ascensão de Carlos Antonio López ao poder, o país, foi, aos poucos, se abrindo ao comércio exterior e buscando resolver suas pendências com seus vizinhos. Em relação à Argentina, era a própria independência do país que estava em jogo, já que não era reconhecida por Buenos Aires. Com o Brasil, a questão girava em torno da abertura do rio Paraguai à livre navegação e à disputa de territórios fronteiriços com a província do Mato Grosso.

A partir de 1850, López buscou modernizar o Paraguai, mas esta mudança ateve-se basicamente no plano militar. Sua preocupação defensiva era com seus dois maiores vizinho, a República Argentina e o Império do Brasil. Além de disputas territoriais, existia um abismo ideológico, pois enquanto nos dois funcionam – com restrições – instituições liberais, o Paraguai o governo era autoritário e sem representatividade de outros setores da sociedade.

4. 2 O Conflito

Até a década de 1860, os paraguaios, habilmente, jogaram com as rivalidades entre o Império e a Argentina, contando com certo apoio do primeiro, para assegurar seus interesses. Com a subida ao poder de Francisco Solano López, filho de Carlos Antonio, em 1862, o Paraguai mudou sua política passando a interferir mais ativamente nos negócios da região e buscando constituir alianças com facções em luta nos países vizinhos: com o general Urquiza, caudilho das províncias de Entre Ríos e Corrientes e opositor do governo unitarista de Bartolomeu Mitre em Buenos Aires, e com os blancos uruguaios.

Do lado argentino, consolidava-se o Estado Nacional, após décadas de instabilidade e guerras civis, resultado do esforço da burguesia mercantil de Buenos Aires de impor seu domínio sobre as províncias do interior. Seu projeto passava por uma política nacional centralizada

Os interesses comerciais e políticos dos países platinos coligiam para as questões do uso do porto de Montevideu e o modo de regulação da navegação no Prata.

Os blancos uruguaios, apoiados pelo Paraguai, resistiam às pressões brasileiras para

indenizar perdas de estancieiros riograndenses que supostamente tiveram seu gado roubado por uruguaios, conflitos antigos estes. Donos de terra no Brasil e no Uruguai, os criadores riograndenses queriam que o governo daquele país coibisse a fuga de escravos do Rio Grande para o Uruguai e mesmo que providenciasse sua devolução para seus antigos proprietários, além de se queixar de perseguições no país vizinho. Interesses brasileiros também dominavam as finanças uruguaias. Em 1864, tropas imperiais invadiram o Uruguai.

O governo paraguaio apoiou análises diplomáticas uruguaias de que a Argentina e o Brasil teriam planos secretos de por um fim à independência uruguiaia dividindo seu território, voltando-se depois para o Paraguai. O navio brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado em Assunção e em dezembro tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso.

Solano López, acreditando no poderio de seu exército, numeroso mas mal equipado, e superestimando as dissensões internas na Argentina e no Brasil, após advertir que não admitiria a interferência brasileira, invadiu a província do Mato Grosso, pedindo permissão à Argentina para que suas tropas pudessem atravessar seu território, socorrendo o Uruguai e invadindo o Rio Grande. Diante da negativa do governo Mitre, que, de fato, apoiava a intervenção brasileira contra os blancos uruguaios, invadiu Corrientes, na esperança de contar com o apoio do general Urquiza, que se opunha ao governo mitrista. Suas previsões fracassaram. Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança e, após derrotaram os paraguaios em Uruguaiana, expulsaram suas tropas da Argentina e prepararam a invasão do Paraguai.

O comando inicial das tropas pelo Presidente argentino Mitre foi um modo de demonstrar, aos demais países, que não havia na guerra intenção expansionista brasileira.

Acreditava-se que a guerra seria breve, mas depois de uma primeira grande batalha campal em Tuiuti, em maio de 1866, com grandes perdas pelo exército paraguaio, os aliados depararam-se com as fortificações de Humaitá às margens do rio Paraguai, permanecendo praticamente inativos por mais de um ano. Enfrentando um inimigo ferrenho em um terreno pantanoso e desconhecido, mostraram-se incapazes de progredir. Em julho de 1867, uma tentativa de assalto às posições paraguaias em Curupaiti resultou em uma sangrenta derrota aliada. Humaitá só seria capturada em

agosto do ano seguinte.

Nesta altura, a guerra já era conduzida praticamente pelas forças brasileiras. Enfrentando uma forte oposição ao recrutamento e rebeliões armadas, o governo argentino teve que reduzir drasticamente seu contingente na frente de operações. O Exército Brasileiro, sob o comando de Caxias, tivera que passar por uma forte reestruturação para se adaptar às condições de uma guerra prolongada e de tais proporções.

Os paraguaios, apesar as perdas sofridas, reorganizaram uma nova linha de defesa, com um novo exército, um pouco mais acima, às margens do rio Paraguai. Em dezembro de 1868, após uma série de combates, eles foram novamente derrotados e Assunção foi ocupada pelos brasileiros em janeiro de 1869. López conseguiu fugir e organizar um novo exército, em sua maioria formada por velhos e crianças, no norte do país. Caxias, considerando que o prosseguimento da guerra era inútil e que somente os argentinos, fornecedores de suprimentos para o exército aliado e, no fundo, a principal ameaça à hegemonia brasileira na região, angariariam alguma vantagem com o prosseguimento, retirou-se. Assumiu o comando o conde D'Eu, nobre francês marido da Princesa Isabel. Depois de mais uma batalha em Campo Grande, em que perdeu seu último exército, em agosto de 1869, Francisco Solano López, acompanhado de um punhado de seguidores, ainda conseguiu evadir-se. Em 1o de março de 1870, seu acampamento foi cercado e ele foi morto pelas forças brasileiras que o perseguiram.

No Brasil, as precárias condições em que se encontravam as forças armadas causaram problemas para a mobilização de efetivos e composição dos meios de combate. A falta de um sistema de mobilização eficiente levou a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, apelando para o nacionalismo e patriotismo para o recrutamento, o que se mostrou insuficiente. Logo, as autoridades, depois de lançarem mão do recrutamento dos efetivos disponíveis dos corpos policiais e da Guarda Nacional para formar os corpos de Voluntários da Pátria, passaram a promover o recrutamento no seio das camadas populares. Os recrutas, designados de Voluntários da Pátria, eram, como usual, em sua grande maioria, negros e mestiços livres. Escravos também se apresentaram ou foram recrutados. Muitos fugiam e se alistavam como homens livres, outros eram libertados para a guerra por seus senhores, como substitutos, isto é, no

lugar de outra pessoa; em troca de indenização pelo governo; ou ainda como um ato colaboração voluntária para o esforço de guerra.

Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em todos os exércitos do conflito, mas o número de ex-escravos não teria ultrapassado 10% do conjunto das tropas. A imagem de que o exército Imperial era composto por escravos resulta do equívoco de pensar que todo negro era escravo.

4. 3 Conclusão

A Guerra da Tríplice Aliança representou um marco significativo para a geopolítica platina, influenciando decisivamente sobre diversos aspectos dos campos do poder dos quatro países envolvidos.

No Brasil, o esforço do Estado Monárquico na sustentação militar, diplomática e financeira do conflito convergiu as contradições políticas e sociais brasileiras, impulsionando o republicanismo e a crise do sistema escravocrata.

No campo militar, o Exército saiu fortalecido em suas aspirações e ideais, adquirindo identidade própria e dissociando-se da monarquia, podendo-se considerar a experiência de guerra verdadeiro referencial do cerne da discórdia entre os militar e a monarquia. As dificuldades com mobilização também indicaram a necessidade de um sistema de recrutamento, formação de reservas e mobilização que viria a iniciar a percepção da necessidade de um serviço militar obrigatório eficiente, o que só seria atingido muito posteriormente no século XX.

As experiências do sofrimento da tropa e da campanha por falta de preparo e prontidão incentivaram futuramente líderes militares a planejarem alterações e mudanças no Exército, como o “relatório Mallet” e a reforma de Hermes da Fonseca.

As dificuldades de transporte e acesso ao Oeste brasileiro na Campanha do Mato Grosso resultaram no esforço de integração, a longo prazo, com o sudeste do Brasil, materializado por Rondon.

No campo político, no pós-guerra a participação dos militares na política acentuou-se, absorvendo-se a influência do pensamento Positivista e a visão dos militares como partícipes da implantação desta visão de sociedade no Brasil.

No campo econômico, o Brasil teve de recorrer a grandes quantias de recursos para a Guerra, gerando endividamento e estagnação econômica.

A Argentina saiu do conflito atingindo a consolidação da centralização de seu Estado, e o Uruguai fortaleceu suas instituições de governo após anos de conflito, mas continuou a rivalizar politicamente com o Brasil nos anos vindouros sobre as questões de hegemonia no Prata.

No Paraguai, ocorreram perdas de territórios disputados com a Argentina e o Brasil, findando-se o Estado autoritário e patrimonial, mas não se refletindo em desenvolvimento econômico ou social.

A política do Império do Brasil em relação ao Prata buscou alcançar três objetivos;

- A livre navegação garantindo a comunicação com a província do Mato Grosso;
- A delimitação das fronteiras pendentes com o Paraguai; e
- Conter a influência Argentina sobre o Paraguai, evitando-se ambições geopolíticas de reunificação do Vice – Reino do Prata.

Estes objetivos acabaram sendo alcançados, mas o Império do Brasil saiu enfraquecido econômico e politicamente.

5. AS GUERRAS INTESTINAS

5.1 Campanha de Canudos (1893-1897)

A história da criação de Canudos é sabida, bem como a da figura de seu líder, Antônio Conselheiro. Porém, ele não era uma figura dissociada da cultura e política do interior da Bahia em fins do século XIX. Sua capacidade de arrastar multidões com seus sermões rapidamente foi vista pelos líderes políticos locais, que viam nele a forma de obter trabalhadores e votos.

De fato, a política local forneceu elementos para aumentar a crise no sertão, pois os oponentes do governador acreditavam que sua inação era na verdade um estratagema para usar Conselheiro em seu favor nas eleições de dezembro de 1896. Boatos foram espalhados por todo interior, chegando rapidamente a capital Salvador, dando conta de que Conselheiro planejava tomar cidades vizinhas.

Para não ficar em xeque, Vianna pediu ao governo federal homens do Exército, já que por diversas vezes os soldados da Polícia Militar da Bahia já tinham travado várias ações contra os seguidores do beato, sem sucesso. O comandante do 3º Distrito Militar, responsável pelas tropas do Exército na Bahia, general Frederico Sólon, se manifestou contra, e Vianna só obteve os soldados por gestões junto ao governo federal, pois era aliado político do vice-presidente Manoel Vitoriano, Presidente da República em exercício devido a uma licença médica de Prudente de Moraes.

Essa força iria compor a primeira expedição contra Canudos, comandada pelo Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, composta de três oficiais e 104 soldados, do 9º Batalhão de Infantaria. A tropa seguiu por trem até Juazeiro, e de lá marchou até Uauá, onde esperou pelo ataque dos homens de Conselheiro. A vila foi esvaziada pela população em pânico, ficando nelas apenas os soldados do Tenente Pires Ferreira.

Os sertanejos não demoraram a chegar, ao amanhecer de 21 de novembro de 1896, armados com facões, lanças e algumas armas velhas. Eram por volta de 500 homens contra os 104 de Pires Ferreira. O combate durou quatro horas, e por fim os sertanejos se retiraram, batidos pela defesa obstinada dos soldados. Porém, a parte de combate de Pires Ferreira relatou problemas que foram postos de lado pelos comandos militares nas expedições futuras, uma decisão desastrosa.

Fuzis que esquentavam demais, fardas que se transformavam em farrapos e calçados que rapidamente desapareciam, deixando os soldados descalços, nas longas marchas empreendidas pelos sertões. Não foram fornecidas tendas, e, portanto, os soldados tinham de dormir ao relento. Isto acabou sendo um traço comum até a quarta expedição.

Como Canudos não tinha sido desbaratada, uma nova expedição foi preparada, desta vez sob o comando do Major Febrônio de Brito, composta por homens do 9º Batalhão de Infantaria, reforçada por convocados das unidades do Exército de Salvador, Aracaju e Maceió. Febrônio recebeu também metralhadoras Nordenfelft e dois canhões Krupp de 75 mm. Além disso, recebeu também 250 homens da Polícia Militar da Bahia.

Entretanto, as dificuldades logísticas acabaram por afetar a expedição. Por falta de meios de transporte, Febrônio deixou suprimentos no caminho, que depois seriam preciosos. A marcha no sol escaldante do verão, o ambiente hostil, a comida foi

acabando pouco a pouco para desespero da tropa. Além dos jagunços, havia novo inimigo: a fome.

Os sertanejos aproveitaram a chance e atacaram os soldados quando estes cruzavam a estrada do Cambaio, um dos montes que circundavam Canudos. Uma dura batalha se seguiu. O saldo de baixas militares foi de quatro mortos e vinte e três feridos contra 115 dos conselheiristas. O monte foi conquistado, mas os soldados estavam exaustos: estavam em jejum, e pior, a comida tinha acabado.

O dia seguinte se iniciou com a tropa marchando na direção de Canudos. O povoado era de certa forma, imponente. Suas mais de 5 mil casas, apoiadas em um terreno que tornava quase uma posição inconquistável, a dois quilômetros.

Mas os sertanejos tinham envolvido a tropa de Febrônio durante a noite, e atacaram os militares por todas as direções. Os atacantes viraram defensores, e cenas dramáticas se seguiram no combate, com sangrentas lutas corpo-a-corpo. Vinham mais e mais sertanejos e o major relatava ter sido atacado por mais de quatro mil inimigos. Dois dias de fome cobraram seu preço: só restava a retirada, e os militares o fizeram, com dez mortos e setenta feridos. Mais de trezentos jagunços estavam mortos no terreno.

A notícia da derrota foi pessimamente recebida no Rio de Janeiro. Existia a necessidade de uma nova expedição, e dessa vez foi convocado o Coronel Antônio Moreira César, que acabara de retornar de Santa Catarina, após reprimir duramente os federalistas.

Moreira César era famoso no Exército por se recusar a aceitar obstáculos materiais e exigia que seus comandados cumprissem suas ordens à qualquer custo. Rumou para a Bahia com unidades do Rio de Janeiro, com batalhões de infantaria apoiados por cavalaria e artilharia. Juntaram-se a ele unidades da Bahia apoiadas por homens de outros estados do Nordeste, totalizando 1281 homens.

Avançando rapidamente, Moreira César contornou os montes abrindo caminho através da caatinga repleta de espinhos sob o sol terrível. A tropa sofria com a falta de água e mal alimentada, foi levada por ele a atacar Canudos em 3 de março de 1897. A batalha foi dura, e os soldados conseguiram entrar no povoado. Unidades inteiras desapareceram entre as pequenas casas. O coronel foi ferido duas vezes, e com o fim do dia a tropa se retirou, terminando o combate.

A agonia de Moreira César durou a noite e a madrugada, ao qual ao seu fim, faleceu. A notícia correu na tropa, que no início da manhã começou a se retirar em direção a Monte Santo, num movimento que logo virou uma fuga desorganizada. Os sertanejos se aproveitaram e executaram os feridos e os militares que conseguiram capturar, decapitando-os. As cabeças foram colocadas nos caminhos para Canudos, como um aviso aos atacantes.

A derrota de Moreira César foi recebida com horror no Rio de Janeiro. Prudente de Moraes retornou da licença médica, assumindo a Presidência e se encarregando de mudar o Ministro da Guerra, nomeado o Marechal Carlos Machado Bittencourt, uma medida seria decisiva para a campanha. Bittencourt organizaria a mando de Prudente uma nova expedição e também organizou o fluxo logístico do Exército, uma das principais razões para as derrotas sucessivas frente aos conselheiristas.

A quarta e última expedição, foi comandada pelo general Artur Oscar, com duas colunas comandadas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget. O plano era que as duas colunas envolvessem Canudos e com seus efetivos, que somavam por volta de cinco mil soldados, esmagassem o reduto.

O avanço da coluna de Savaget foi cuidadoso, e em 25 de junho foram travados os primeiros combates. Sem saber, a coluna avançava contra a principal rota usada pelos sertanejos para levar boiadas e outros suprimentos para o arraial. No dia 27, a coluna principal, comandada por Barbosa e tendo o general Artur Oscar, tomou o Alto da Favela.

No dia 28, um ataque dos conselheiristas fez com as colunas se unissem porque Barbosa tinha sido cercado enquanto defendia o Alto da Favela, e sob ordens de Artur Oscar, neste dia, mais de 1 milhão de balas foram disparadas contra os sertanejos, num combate que custou mais de mil baixas a expedição.

Artur Oscar pagava o preço de ter avançado de maneira confiante: estava sem suprimentos e dependia dos comboios, que nem sempre chegavam, pois os sertanejos muitas vezes se apoderavam destes.

Em 14 de julho, foi lançado um ataque no qual a tropa conseguiu estabelecer uma linha dentro do arraial, mas a um custo horrendo: 1014 baixas, praticamente um a cada três homens. O impasse permaneceu até que novas colunas de reforços chegaram ao fim

de agosto. O número manchou a reputação de Artur Oscar, especialmente pela perda de oficiais. Batalhões que antes eram comandados por coroneis estavam agora sob ordens de tenentes. A situação de desmanche impossibilitou novos ataques.

A partir de setembro, o cerco foi fechado e a chegada de mais tropas impulsionaram o lançamento de um ataque geral em 1º de outubro. A resistência foi enérgica. Mesmo sob forte bombardeio, o arraial não se rendia. Nos dois dias seguintes houve tréguas: cerca de 500 a mil sertanejos se renderam, entre mulheres, idosos e crianças. As investidas, porém, não cessaram: os jagunços eram desalojados com o uso de bombas de querosene e dinamite. O fogo se espalhou rapidamente no povoado, gerando um cenário de total destruição.

A batalha chegou ao fim no dia 5 de outubro. O número de mortos no arraial é desconhecido – a estimativa vai de 5.500 pessoas (segundo registro do tenente Macedo Soares) até 26 mil, cálculo baseado na média de cinco pessoas para cada uma das 5.200 casas do povoado.

A 5 de outubro, em violentos combates, Canudos caiu. A tropa tinha sofrido mais de quatro mil baixas na campanha infernal, e estava em farrapos. Quase metade do efetivo tinha servido e a marca na instituição foi forte, ao ponto do Exército buscar nas décadas seguintes um papel novo na política brasileira.

5.2 O Contestado (1912-1916)

5.2.1 Região Litigiosa entre Paraná e Santa Catarina

Na área em que foi criada a Província do Paraná em 1853, por desmembramento da de São Paulo, uma antiga questão de limites remontava ao período colonial

Vários atos haviam alterado a divisão territorial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, criando, ampliando ou extinguindo ouvidorias, comarcas e distritos, conforme as conveniências do governo central e também das administrações regionais.

A nova Província do Paraná herdou as questões que se arrastavam entre Santa

Catarina e São Paulo. Ao final do século XIX, ainda não tinham sido dirimidas. Santa Catarina pretendia que seus limites se estendessem para o norte até os rios Negro e Iguaçu, e para o sul até a linha dos rios Canoas, Pelotas e Uruguai, enquanto que o Paraná afirmava que esses três últimos rios definiam os limites com o Rio Grande do Sul. A área contestada pelas duas unidades era uma região serrana com campos próprios para a pecuária, com densas florestas e solo extremamente fértil. O clima era ameno no verão; no inverno registravam-se temperaturas bastante baixas. A área era delimitada, grosso modo, pelos rios Peperiguaçu e Santo Antônio a oeste, Iguaçu e Negro ao norte, Pelotas e Canoas ao sul e a leste por uma linha que, partindo das cabeceiras do rio Marombas, afluente do Canoas, atingia as do rio Preto, seguindo por ele até o Negro.

Vários projetos foram elaborados, tanto no âmbito provincial como parlamentar, para decidir a questão. O próprio governo central fora obrigado a efetuar marchas e contramarchas, a ponto de sustar a execução de um decreto que definia os limites em litígio. Ao aspecto político-administrativo veio somar-se o problema econômico. A erva-mate, que era produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa da área litigiosa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento era feito no Paraná, carreando bons rendimentos para o Estado. No início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina de beneficiamento de erva-mate em Joinville, Santa Catarina. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. Resultaram vários choques envolvendo as forças policiais dos dois Estados.

Em 1901, o governo de Santa Catarina impetrou uma ação judicial de reivindicação de limites territoriais. Três anos depois, em Acórdão de 6 de julho de 1904, o Supremo Tribunal Federal deu-lhe ganho de causa. Dois embargos oferecidos pelo Paraná foram rejeitados pela Alta Corte, que em novo Acórdão de 25 de julho de 1910 confirmou pela terceira vez a sentença inicial.

5.2.2 Visão Geral da Campanha

Antes mesmo do derradeiro pronunciamento do Supremo Tribunal, instalou-se em

União da Vitória uma junta governativa composta de destacados cidadãos paranaenses, a fim de criar o Estado de Missões, abrangendo toda a área litigiosa. O governo do Paraná interveio de forma conciliatória, conseguindo o adiamento da drástica resolução. A sentença judicial não foi posta em execução. Interesses políticos e econômicos protelavam e até mesmo impediram a sua implantação.

Expressivo número de colonos estrangeiros, notadamente alemães, acorrera para a região, desde o final do século passado. Os imigrantes aos poucos aculturaram-se com os caboclos da área. A população vivia afastada dos principais centros culturais do País, as dificuldades de comunicação eram grandes e a religiosidade se mesclava com o misticismo e o fanatismo.

Foi nesse ambiente de credulidade que surgiu por volta de 1890 um anacoreta conhecido por João Maria, o Monge, cujo nome verdadeiro era Anastás Marcof. Este homem passou a percorrer os sertões realizando curas e pregando uma religião que era um misto de catolicismo e credices sertanejas. O ancião taciturno, de barbas longas e brancas, em pouco tempo adquiriu fama de apóstolo. O povo humilde e ignorante ouvia-lhe a palavra serena como a de um emissário divino. Quando faleceu, entre 1904 e 1908, a notícia espalhou-se pela região, enriquecida com um detalhe messiânico - o Monge em breve voltaria à terra, redivivo, para continuar a sua pregação e realizar novas curas. A ressurreição passou a ser aguardada no sertão.

A dualidade de jurisdição na zona contestada propiciou o fortalecimento das grandes fazendas, onde sob o mando praticamente ilimitado dos coronéis reuniam-se os foragidos da justiça. Era notória no sertão a prepotência desses senhores de terras, que entre si se tratavam como de nação para nação, ameaçando-se por vezes de armas na mão quando surgia alguma divergência.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, atravessando a área em litígio, trouxe para a região um novo tipo de gente. Não havendo qualquer processo seletivo na contratação dos operários, o sertão acolheu variada gama de malfeitores oriundos de todas as partes do país. Concluída a linha férrea em 1910, foram deixados nos mesmos sítios onde se encontravam as turmas de trabalho a que pertenciam. Esses indivíduos cultivavam todos os atributos de valentia e violência, manejando com igual destreza a picareta e o facão. O assassinato tornou-se entre eles o meio rápido e fácil de resolver

as menores pendências. Tais violências nem sempre se limitavam à solução de uma dívida entre dois homens: algumas vezes, tendo por pretexto a falta de pagamento ou o desmando dos malfeitores, ocorreram levantes que exigiram a presença da força pública.

O problema social agravou-se quando a concessionária da ferrovia resolveu explorar a faixa de 15 quilômetros ao lado de cada margem da estrada, outorgada por contrato. Antigos posseiros tiveram que se mudar, buscando alhures novo refúgio para a sua miséria.

O isolamento da população justificava em parte a desconfiança do povo e sua rusticidade de costumes e hábitos. A vida isolada era embrutecida pelo ódio que predispunha ao crime. O sertanejo nem sempre procurava a luta, mas, se uma força superior sacudia seus instintos, evidenciava logo toda sua violência, tornando-se inimigo sanguinário, atilado e traiçoeiro.

5.2.3 José Maria, o novo monge

Em 1911 apareceu no sertão um novo Monge que se chamava José Maria e insinuava ser irmão do falecido João Maria. Na verdade era um pequeno anticristo. Ex-soldado do Exército e desertor do 14º Regimento de Cavalaria de Curitiba, dispusera-se a recolher os frutos da semente que o ingênuo João Maria deitara na alma dos sertanejos. Em conseqüência de umas poucas curas bem sucedidas. Miguel Lucena de Boaventura ganhou a reputação de santo e foi conquistando a confiança dos caboclos, que se tornaram seus adeptos. Passou então a percorrer o sertão sem rumo nem destino, precedido da aura de santidade, prometendo bens materiais e salvação eterna àqueles que o seguissem. Em suas andanças, organizava acampamentos que chamava de Quadros Santos. Instituiu uma escolta pessoal de 24 sertanejos, robustos e valentes - os Doze Pares de França.

Cresceu de tal forma a fama de santidade do novo Monge que ele logo se viu cercado de crentes, fanáticos e doentes esperançosos de cura. Sua palavra era lei. O chefe

espiritual arvorou-se em chefe temporal. Influenciado pela leitura da obra História de Carlos Magno e os Doze Pares de França, muito conhecida no sertão, transcendeu a esfera religiosa para a política e passou a pregar o restabelecimento da monarquia. Para o homem inculto e não politizado daqueles ermos, a fidelidade ao incipiente regime republicano nada representava. Muito mais valia o conselho do Monge, cheio de promessas de melhor vida, de posse de terras e de liberdade do jugo dos coronéis sertanejos.

Seus acampamentos adquiriram aspecto marcial. Ao arrastar de esporas, tilintar de armas, relinchar de cavalos e toques de buzinas e tambores juntavam-se gemidos e preces. O aglomerado tinha características de quartel, hospital e igreja, tudo sob o controle do antigo militar desertor.

Em agosto de 1912, o Monge instalou-se em Taquaruçu, no município de Curitiba, em terras do coronel Henriquinho de Almeida. O chefe político de Curitiba, coronel Francisco de Albuquerque, adversário do primeiro, solicitou proteção ao governo catarinense, argumentando que os fanáticos pregavam a restauração do regime monárquico.

Com a aproximação de um contingente da força policial estadual, José Maria retirou-se com sua gente através de Campos Novos para Campos do Irani, município de Palmas, Paraná, chegando a este local em 1º de outubro.

Os adeptos do Monge não tinham organização militar nem recebiam instrução. Havia, no entanto, uma formatura para revista matinal - a Forma - por meio da qual o chefe inspecionava os combatentes e tomava conhecimento de adesões e deserções. A disciplina era muito rígida, variando a repressão de surras aviltantes a fuzilamentos sumários. O armamento não tinha padronização - eram facões, revólveres, garruchas, carabinas e espingardas. Os combatentes eram exímios no manejo do facão, que utilizavam desde a infância com muita destreza.

Face à situação de intranqüilidade gerada por choques periódicos entre elementos da força policial do Paraná e Santa Catarina em vista da indefinição de jurisdição no território contestado, o governo paranaense, supondo ser a invasão do Estado pelos fanáticos um pretexto de Santa Catarina para inflamar ainda mais a disputa de limites, resolveu reagir, expulsando-os de seu território. Era o início das operações bélicas do

Contestado.

5.2.4 Combate de Irani. Morte do Coronel João Gualberto

As polícias militares estaduais do Paraná e de Santa Catarina organizaram as suas unidades em regimentos de segurança, cujas sedes ficavam em Curitiba e Florianópolis, respectivamente.

A força policial do Paraná estava sob o comando do Capitão do Exército e engenheiro militar João Gualberto de Sá Filho, comissionado no posto de coronel. Ao tomar conhecimento da invasão dos fanáticos em Palmas, o governo paranaense determinou a partida imediata do regimento para a região conflagrada, ao mesmo tempo em que solicitava o auxílio do governo federal. O efetivo era composto de 500 homens, à frente o seu comandante, acompanhado pelo chefe de Polícia Estadual, Dr. Vieira Cavalcanti. O regimento chegou a União da Vitória a 12 de outubro de 1912 e, no dia seguinte, partiu para Palmas. Em consequência do desentendimento com o Chefe de Polícia, muito antes desta cidade, João Gualberto fracionou as forças. Uma parte, sob seu comando pessoal, com um efetivo de 58 praças de infantaria e 10 de cavalaria, infletiu para o sul, rumo a Campos de Irani. O restante prosseguiu para Palmas com o Chefe de Polícia. Realizando marchas forçadas, João Gualberto atingiu Campos de Irani a 22 de outubro. Neste mesmo dia, a coluna chocou-se com os 300 fanáticos que a aguardavam, emboscados e prontos para a luta.

O efetivo das forças policiais era nitidamente inferior ao dos sertanejos, que estavam armados de forma heterogênea e que atacaram a tropa com muito ímpeto, travando-se uma luta cruenta, com predomínio do corpo-a-corpo.

No momento em que tentava pôr em funcionamento a metralhadora Maxim, a única existente, que emperrara, João Gualberto foi atacado a facção pelo Monge e revidou contra o agressor com dois tiros de revólver, um no peito e outro na boca. Vendo a cena, o bandido Delfino Pontes partiu a cabeça do oficial com o seu facção.

Morto o comandante, o remanescente da expedição retirou-se desordenadamente para Palmas, deixando no campo a metralhadora com quatro fitas de 250 tiros, cerca de 40 fuzis e mais de 3 mil cartuchos, espólio que enriquecia o arsenal dos fanáticos.

O governo do Paraná, no momento em que ordenava a concentração de forças em Palmas, reiterava ao Presidente da República o pedido de auxílio do Exército. A solicitação foi prontamente atendida e mais uma vez o Exército interveio para restaurar a ordem e garantir a tranqüilidade.

Capitão João Gualberto (penúltimo à direita), no comando de um destacamento do Regimento de Segurança do Paraná. Fonte: O Exército na História do Brasil.

5.2.5 Intervenção do Exército

As tropas federais sediadas no Paraná e em Santa Catarina eram subordinadas à 11ª Região Militar, cujo comando ficava em Curitiba. As unidades estavam distribuídas, além da capital, pelas guarnições de Florianópolis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra para auxiliar a milícia estadual, o General Inspetor da 11ª Região Militar determinou, em 11 de outubro de 1912, o deslocamento de um contingente, comandado pelo Tenente-Coronel Álvaro Pedreira Franco, para Caçador, Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos fanáticos que se retirariam de Palmas.

A força viajou por ferrovia e chegou a 28 do mesmo mês, acampando em Erval, sem tomar contacto com os crentes do Monge. Diante da gravidade dos acontecimentos em Palmas, a 11ª Região Militar ordenou que um destacamento constituído por elementos do 5º Regimento de Infantaria, de Curitiba, com o reforço de algumas peças de artilharia e alguns elementos de cavalaria, marchasse para Palmas a fim de cooperar com a polícia na redução e dispersão do foco de fanáticos na área do Contestado. Se necessário, o 54º Batalhão de Caçadores, de Florianópolis, também auxiliaria.

Três dias após o recebimento da ordem o Coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho organizou a coluna e embarcou por ferrovia para União da Vitória. Nesta localidade incorporou-se ao seu grupamento o Tenente-Coronel Álvaro Pedreira Franco, que estivera em Caçador e Erval.

Nos primeiros dias de novembro, a força, que já contava com mais de mil homens,

deslocou-se ao longo da rodovia União da Vitória - Palmas. Adotando os princípios táticos vigentes na época, efetuou reconhecimentos cuidadosos na região Palmas - Irani. Gastou dois meses nesta tarefa, sem encontrar os fanáticos. Recebendo informações de que haviam partido para o interior catarinense e se dispersado, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu em Palmas e elementos do 5º Regimento de Infantaria estacionaram em União da Vitória.

5.2.6 Legião dos anjos

Passou-se um ano. Ninguém se lembrava dos sertanejos fanáticos. No sertão, entretanto, a morte do Monge, ao invés de estancar, incentivara o misticismo. A ressurreição era esperada. Dizia-se que ele voltaria ao mundo dirigindo uma Legião de Anjos para conduzir os fiéis à terra prometida.

Apareceu um novo guia espiritual, provocando nova concentração dos caboclos. Era Euzébio Ferreira dos Santos, antigo negociante e bom chefe de família, mas possuído de intenso fanatismo pela figura do Monge. Uma de suas netas, menina ainda, tinha visões do "santo" José Maria, em cujos braços dormira, tempos atrás. Através desses aparecimentos, José Maria transmitia instruções e por intermédio da menina as suas ordens eram divulgadas. Uma delas conferiu o poder temporal a um filho de Euzébio, que logo foi destituído pois cometera abusos, ofendendo as práticas morais dos caboclos. Houve outro pronunciamento do "santo" e a chefia foi entregue desta vez a um neto de Euzébio, menino de 12 anos, a cujas ordens, emanadas do avô, os seguidores obedeciam cegamente.

As hostes sertanejas cresciam. Estabeleceu-se um acampamento em Taquaruçu, na região serrana de Santa Catarina, ao qual acorriam os tipos mais heterogêneos, como fugitivos da justiça, antigos trabalhadores da ferrovia, homens perseguidos pelos coronéis de fazendas e antigos proprietários desapropriados com a construção da linha férrea do tronco sul. Famílias inteiras agrupavam-se no Quadro Santo: gente válida, alguns em busca de uma melhor vida, outros atrás de aventuras e lucro fácil; gente enferma, em busca de cura. Moravam em ranchos de palha e casebres de madeira,

improvisados, ostentando o distintivo do movimento - uma bandeira branca com uma cruz ao centro e a imagem de São Sebastião. Eram peões e lavradores, aventureiros e facínoras.

A concentração de todo esse pessoal exigia grande quantidade de alimentos e de outros bens. Euzébio começou a pedir auxílio às fazendas próximas, saqueando-as quando não era atendido.

O General Alberto de Abreu, Inspetor da 11ª Região Militar, recebeu do Coronel Vidal Ramos, Presidente de Santa Catarina, em 7 de dezembro de 1913, um telegrama expondo a situação nas matas de Taquaruçu e informando que para lá fizera seguir um contingente policial. Na mesma ocasião o Ministro da Guerra, General Antônio Adolpho da Fontoura Mena Barreto, ordenou a intervenção das forças federais.

5.2.7 Combate de Taquaruçu

Afastando uma touceira de espinhos no alto de um outeiro, o cabo que comandava a patrulha observou atentamente o emaranhado de cabanas semi-ocultas pela mata que se estendia lá embaixo, ao longe. Trocou um olhar de entendimento com o vaqueiro que o acompanhava - Taquaruçu estava à vista. Essa patrulha pertencia a uma companhia do 5º Regimento de Infantaria que desde meados de dezembro de 1913 se encontrava em Erval com a missão de observar o movimento dos fanáticos, sem hostilizá-los. Uma outra companhia do 6º Regimento de Infantaria, em Caçador, tinha a mesma missão.

A 20 de dezembro, o Inspetor da 11ª Região Militar determinou o ataque ao Quadro Santo de Taquaruçu. Poucos dias antes fora feito um apelo aos sertanejos para que se dispersassem em paz, pondo fim às agitações naquela área, mas as autoridades não foram atendidas.

A convergência das forças sobre o reduto se faria por três regiões distintas. Comandava a operação da 1ª coluna o Capitão Espiridião de Almeida. Um contingente de 50 elementos da Polícia Militar de Santa Catarina participava das forças. A chegada simultânea ao reduto fora prevista para 28 de dezembro. No dia 22, iniciou-se a marcha

das três colunas. O deslocamento através do sertão foi muito difícil. Alguns vaqueanos acompanhavam a tropa para guiá-la no interior da mata. Entretanto, ao se aproximarem do reduto, prevendo o insucesso, a maioria dos guias abandonou a expedição. A coluna sul, já com escassez de víveres e sem condições de continuar, retraiu para Campos Novos. No dia 25, a coluna do norte reuniu-se com o contingente da força pública catarinense. Seu comandante, Capitão Adalberto de Menezes, ignorando o que se passava com a outra coluna, prosseguiu no deslocamento. As ligações por mensageiro eram difíceis no terreno e as emboscadas dos fanáticos acompanhavam a progressão das forças. Ao acercar-se de Taquaruçu, a tropa federal seguiu por uma direção, enquanto a policial abordaria a cidade por outro flanco. O Capitão Adalberto avançou contra uma trincheira inimiga com sua coluna, a 29 de dezembro. Antes de abordá-la, recebeu fogo intenso vindo de todas as direções, o que causou confusão. Os cargueiros de munição dispersaram-se, assustados com a fuzilaria. No outro flanco, a força policial não logrou abordar o aldeamento. Uma emboscada forçou-a a retirar-se para Curitiba. Sem o apoio das outras colunas e com grande parte da munição perdida, o Capitão Adalberto não teve outra alternativa senão recuar. Após longa marcha de regresso atingiu a localidade de Rio Caçador.

O resultado inegável foi o desprestígio das forças federal e estadual e o fortalecimento moral e material dos fanáticos pela segunda vitória, com apresamento de armas e munições.

Após o revés concluiu-se que o principal fator da derrota fora o pequeno efetivo das forças. Deliberou-se preparar uma nova expedição, desta vez sob o comando do Tenente-Coronel Duarte de Aleluia Pires. Seria organizada com elementos esparsos, dado o pequeno número de unidades disponíveis na área; incluiria o 54º Batalhão de Caçadores, forças policiais catarinenses, um esquadrão do 14º Regimento de cavalaria, duas seções de metralhadoras e uma de artilharia de montanha e duas companhias de fuzileiros (uma do 4º e outra do 6º Regimento de Infantaria). A concentração dos efetivos seria em Espinilho e reuniria cerca de 750 homens. A 3 de fevereiro de 1914, a força expedicionária partiu rumo a Taquaruçu.

A exemplo do caso anterior fizeram-se duas tentativas de pacificação, que foram repelidas novamente pelos bandoleiros.

A progressão da coluna foi morosa e exaustiva. A formação estendia-se por cinco quilômetros de profundidade em razão da estreiteza das picadas, da vegetação espessa e da irregularidade do terreno.

No dia 8 de fevereiro, estabeleceu-se o primeiro contato com os fanáticos, que mostraram saber tirar partido do terreno que conheciam bem. Ocorreram vários choques entre a vanguarda da tropa e os bandoleiros, sendo estes recalcados de forma que foi possível instalar as metralhadoras e a seção de artilharia a 600 metros do reduto. Enquanto essas armas atiravam continuamente, a infantaria desdobrava-se no terreno, procurando impedir surtidas do inimigo e ao mesmo tempo cerrar sobre o Quadro Santo. No final do dia, verificando ser a bravura inútil contra os melhores recursos das forças legais, os fanáticos iniciaram o abandono do local, acompanhados das famílias que ainda lá se encontravam. Na manhã seguinte, os expedicionários penetraram em Taquaruçu, encontrando dezenas de mortos e a quase totalidade dos casebres incendiados. Em vista das dificuldades de suprimento e de deslocamento no sertão, a coluna retirou-se para Espinilho, considerando cumprida a missão.

Os rebeldes que haviam fugido concentraram-se em Caragoatá, mais para o interior, a cinco quilômetros de Perdizes Grandes. No local já havia um pequeno agrupamento que, entre rezas e incursões às fazendas da redondeza, aguardava a ressurreição do "santo". Após a chegada dos fugitivos de Taquaruçu começaram a afluir outros grupos de crentes e adeptos da restauração da monarquia.

O núcleo de Caragoatá cresceu muito, sendo necessárias 30 reses diárias para a alimentação dos habitantes. Subsistia a organização temporal criada pelo Monge, ou seja, o Comandante da Forma e da Reza e Os Doze Pares de França. No campo espiritual, uma pequena virgem constituía o oráculo da multidão, transmitindo as mensagens do Santo. Aumentara o número de bandoleiros, aventureiros e cabecilhas que se destacavam pela coragem e pela audácia. Movia-os o fanatismo, e depois do desastre de Taquaruçu, também o ódio.

Os comandos militares se valeram de vaqueanos, conhecedores da região, como guias para as operações na região. Fonte: O Exército na História do Brasil.

5.2.8 Ataque a Caragoatá

O governo federal tentou por diversos meios promover a dissolução pacífica do reduto de Caragoatá. Todas as medidas se revelaram inúteis. Tendo aumentado a frequência das arruaças na região, o General Inspetor da 11ª Região Militar determinou ao Tenente-Coronel Aleluia Pires que fizesse nova investida, tendo o mesmo deslocado as forças para Rio Caçador, onde adoeceu e passou o comando ao Tenente-Coronel José Capitulino Freire Gameiro.

A coluna atingiu o lugarejo de Perdizes a 8 de março do mesmo ano, encontrando-o abandonado. No dia seguinte, em formação de combate, avançou para Caragoatá. Cerca de 30 minutos depois do início do movimento, os fanáticos tentaram penetrar em Perdizes para se apossar dos suprimentos armazenados, mas foram repelidos pela guarda.

Um quilômetro adiante, a tropa começou a ser hostilizada pelos bandoleiros emboscados. A coluna de marcha progredia lentamente, já que o terreno era acidentado e havia constantes inquietações dos fanáticos. Foi grande a dificuldade para instalar as metralhadoras e as peças de artilharia, em virtude do emaranhado da vegetação e da movimentação no terreno. Depois de seis horas de luta, continuava imbatível o reduto de Caragoatá. Combatendo em terreno adverso, contra inimigo solerte tocado na mata, sem poder desdobrar-se convenientemente segundo a doutrina vigente na época e sendo difícil a instalação de suas armas de apoio, a tropa foi obrigada a retirar-se com 28 baixas para Perdizes e para Calmon, a 11 de março.

Embora vitoriosos, os fanáticos, a princípio, deixaram-se dominar pelo desânimo. A retirada da expedição para Calmon devolveu-lhes o estímulo. Como não fossem boas as condições de higiene no Quadro Santo de Caragoatá, onde havia mesmo um surto de tifo, resolveram mudar-se para a região de Pedras Brancas, à margem esquerda do rio Timbozinho, onde se instalaram.

A população do acampamento foi crescendo e em suas proximidades acabou surgindo o reduto de Tamanduá. Para proteger os redutos foram instalados os pontos avançados nas serras de Santa Maria e de Caçador. Mais tarde, nessa mesma região, surgiu o reduto de Santo Antônio.

O comandante da 11ª Região Militar alertou o governo sobre a conveniência de eliminar

rapidamente a sublevação contra a ordem pública. Então chegaram a área novos reforços oriundos do Rio Grande do Sul e de Curitiba: o 7º Regimento de Infantaria de Santa Maria e uma Companhia de Engenharia de Combate. O efetivo das forças legais na área subiu para cerca de 1.500 homens, ao comando do General Carlos Frederico de Mesquita, veterano da Campanha de Canudos. Sérias dificuldades o aguardavam. A tropa veterana ainda retinha a impressão dos combates anteriores e acreditava nas lendas fantásticas que circulavam; a recém-chegada, ouvindo todas essas histórias, não podia disfarçar o receio.

Um dos principais atos do novo comandante foi dispensar a força policial, em vista de os fanáticos ocuparem áreas em litígio entre dois Estados. A expedição Mesquita retomou o movimento a 16 de maio, reanimada com o novo comando e confiante na vitória. À frente marchavam 60 civis experimentados, contratados como guias. Organizaram-se três colunas: uma reconheceria Caragoatá e investiria contra Tamanduá. As duas outras colunas seriam empregadas sobre Santo Antônio. Durante quase todo o trajeto os soldados foram inquietados por atiradores de tocaia dentro das matas. O reduto de Santo Antônio foi conquistado num assalto à baioneta.

No dia seguinte, ainda sob o impacto da luta e já nos preparativos para o ataque a Tamanduá, a tropa foi surpreendida por intenso fogo. Eram os jagunços emboscados no topo dos pinheiros, ocultos nas macegas ou no tronco das árvores. Refeita da surpresa, a tropa reagiu ao fogo e eliminou a resistência.

Sem recursos para a perseguição a um adversário experimentado em terreno difícil e desconhecido, o comandante decidiu retirar-se para Porto União da Vitória e dissolver a expedição.

A terceira coluna, comandada pelo Capitão João Teixeira Matos Costa, cumprira a missão, reduzindo o que restava do arraial de Caragoatá e retirando-se para a estação Calmon.

A agitação no Contestado ao contrário de diminuir, aumentara, propiciando homizio para celerados e servindo de palco para manifestações políticas dos chefes locais. Por outro lado, aumentavam os atritos entre os sertanejos e os donos de terras. As fazendas e outras propriedades rurais eram alvo de investidas de grupos de saqueadores. Contrabandeavam-se armas, munições e provisões.

Matos Costa, que ficara em Vila Nova do Timbó, foi chamado para defender Porto União. No deslocamento, caiu numa emboscada preparada pelos fanáticos chefiados por Generoso e Dente de Ouro, sendo trucidado com todo o seu contingente.

5.2.9 Novo chefe, novas tropas, novos planos. Cresce a tropa dos jagunços

Ciente dos acontecimentos, o governo da República resolveu nomear o General Fernando Setembrino de Carvalho para Inspetor da 11ª Região Militar e comandante das forças em operações no Contestado.

Toda a autoridade fora outorgada ao general de acordo com as disposições constitucionais, em vista da requisição de ambos os Estados, pedindo a intervenção da União "para restabelecer a ordem e a tranqüilidade em seus territórios".

Habilmente, o general procurou afastar-se das querelas políticas e não interferir em assuntos administrativos locais. Ao assumir o comando em 12 de setembro, verificou que a ação dos fanáticos se estendia por uma larga área e julgou assim conveniente adotar as seguintes providências: a) envolvê-los a partir dos centros mais populosos e apertar o cerco pouco a pouco, privando-os dos recursos indispensáveis; b) tomar todas as precauções para evitar que a tropa sofresse emboscadas.

Para a execução do plano, eram exíguos os meios existentes, principalmente quanto a efetivos. Em conseqüência, o governo central deslocou para aquela área várias unidades, constituindo a Grande Expedição, com cerca de 7 mil homens. Foram concentrados recursos de toda espécie, ao contrário do que antes ocorrera.

Entre setembro e dezembro de 1914, os jagunços desenvolveram grande atividade, caracterizada mais pelo vandalismo do que pelo misticismo. Bandoleiros comandavam grupos volantes que saqueavam, matavam e incendiavam indiscriminadamente. A revolta atingiu o clímax.

A área de ação dos rebeldes compreendia cerca de 30 mil quilômetros quadrados. Calculava-se em 20 mil os bandoleiros espalhados pelos redutos de Tamanduá, Santa Maria, Colônia Vieira e Salseiro. Os suprimentos eram obtidos por saques em fazendas e vilarejos ou contrabandeados dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em meados de setembro restabeleceu-se o tráfego na estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, cuja linha ficou permanentemente guarnecida para impedir novas interrupções. Em seguida, o comandante da expedição lançou um manifesto aos habitantes da zona do Contestado, em 28 de dezembro de 1914, da cidade do Rio Negro, conclamando-os a se retirarem da área e concentrarem-se nos pontos em que houvesse força federal, a cujos comandantes deviam apresentar-se. Aí lhes seriam garantidos meios de subsistência, até que o governo do Estado do Paraná lhes desse os títulos de propriedade. Por outro lado, o General Setembrino recomendou que os oficiais em comando tivessem toda a clemência para com os prisioneiros, desde os que fossem capturados vagueando, até os feitos em combate. No mesmo dia em que o General Setembrino assinou o apelo, um grande piquete rebelde assaltou a vila de Curitiba, prometendo nova investida, desta vez para arrasar a localidade; vários outros povoados foram invadidos e saqueados.

O comandante da expedição resolveu distribuir a tropa que atuaria no cerco da zona infestada pelos fanáticos, segundo quatro linhas:

- linha norte: União da Vitória - Rio Negro (Tenente-Coronel Manuel Onofre Muniz Ribeiro)
- linha leste: Rio Negro - Papanduva (Coronel Júlio César Gomes da Silva)
- linha sul: Freguesia do Sul-Lajes - Campos Novos (Tenente-Coronel Francisco Raul Estillac Leal)
- linha oeste: Ferrovia São Paulo - Rio Grande (Coronel Eduardo Artur Sócrates).

Além disso, organizou também pequenos destacamentos e uma coluna móvel. A tropa assim distribuída permaneceria em seus acampamentos, que estavam protegidos e onde foi intensificado o adestramento.

Os jagunços rondavam os acampamentos e mantinham-se em expectativa. A ordem era não atacá-los. O comandante esperava novos reforços e então iniciaria pequenas operações ofensivas, nas quais certamente obteria sucesso e com isto aumentaria o moral da tropa. A ação militar do governo era secundada por fazendeiros abastados, que mantinham numerosos homens em armas para a defesa das terras.

As tropas, a partir de suas posições na linha de cerco, realizavam ações de patrulhamento, eliminando pequenos redutos e dispersando grupos que fugiam para a

mata.

Graças a essas ações isoladas, os jagunços iam perdendo a ousadia dos primeiros tempos.

5.2.10 A Investida

Ao norte, com a missão de atacar os redutos de Salseiro e Colônia Vieira a 26 de outubro de 1914, a coluna móvel transpôs o rio Canoinhas e surpreendeu os bandoleiros. A força de reconhecimento lançada sobre Colônia Vieira voltou a Salseiro e sofreu dois ataques seguidos, que demonstraram a impossibilidade de continuar a marcha. As chuvas incessantes, a interrupção das comunicações e outros fatores determinaram seu regresso a Canoinhas. Daí em diante ocorreu uma série de investidas do inimigo, que atacava de madrugada, quase sempre à mesma hora. Certa ocasião, quase ao raiar do dia, o Tenente Armínio Moura com mais 20 soldados lançou-se contra os atacantes, obrigando-os a retroceder. Finalmente cessaram os ataques à vila de Canoinhas.

No setor leste do dispositivo, os fanáticos hostilizaram várias vezes, também à noite, a localidade de Papanduva, o que provocou o deslocamento de um batalhão de infantaria para lá. Tomando a iniciativa, as forças da linha leste, nos últimos dias de novembro, repeliram os insurgentes para o interior dos redutos e vários povoados ficaram sob a ocupação das tropas legais. Depois de negociações infrutíferas entre o comandante da linha leste e o chefe rebelde Antônio Tavares, o Coronel Júlio César Gomes da Silva decidiu atacar. Quando a operação já estava montada, um rebelde, desafeto de Tavares, convenceu muitos de seus companheiros a desistirem da luta. Antônio Tavares, ao se sentir abandonado, fugiu em companhia dos mais comprometidos fugitivos da justiça.

Na linha sul, as localidades de Lajes e Curitiba nos estavam organizadas defensivamente e serviam como base para as forças volantes que perseguiram bandos de jagunços espalhados por Cerrito, Corisco, Espinilho e Taquaruçu.

Em Lajes, apesar da existência de um batalhão de infantaria na guarnição, a população vivia em constante sobressalto. Conheciam-se e temiam-se as atrocidades do bandido

Castelhano (Agostinho Saraiva Perez). Ele chegou a anunciar o dia do ataque à cidade. A população preparou-se para a defesa. Sem distinção de classes e sujeitos praticamente à mesma disciplina dos soldados, os habitantes cooperaram no trabalho de entrancheiramento. Dividiu-se a praça em numerosos setores, confiando-se a vigilância de alguns deles aos civis. Uma companhia marchou ao encontro dos rebeldes e dispersou-os, limpando as cercanias de Lajes dos temíveis jagunços, que se deslocaram mais para o norte.

Um regimento de infantaria com sede em Niterói, no Rio de Janeiro, em fins de setembro de 1914, comandado pelo Tenente-Coronel Estillac Leal, desembarcou em Itajaí e depois se deslocou para Curitiba, ficando acampado em meio aos escombros do incêndio iniciado pelos bandidos.

Em Campos Novos, a tropa desenvolveu intensa atividade, afugentou os fanáticos e recompôs a linha telegráfica interrompida pelos bandoleiros, inspirando confiança nos moradores espavoridos, que começaram a voltar aos lares abandonados.

Na linha oeste foi cumprida com facilidade a tarefa de garantir a operação da ferrovia e de afastar os bandoleiros de suas imediações.

Em janeiro de 1915, a área infestada pelos fanáticos era bem menor do que a encontrada pela grande expedição. As incursões predatórias aos poucos foram cessando. Cerca de 3 mil pessoas, na maior parte mulheres, crianças e inválidos que conseguiram escapar dos redutos, apresentaram-se às tropas legais. Alguns líderes rebeldes também se entregaram. Dos chefes políticos, só Aleixo Gonçalves, bandoleiro célebre, valia-se da religiosidade para impor-se aos fanáticos e bandidos, intitulado-se chefe geral.

Antônio Tavares, antigo promotor público, depois de derrotado no reduto, homiziara-se no sul do Estado, incógnito. Sua motivação para a luta fora a questão de limites, resolvida judicialmente sem que o Estado do Paraná tomasse as medidas conseqüentes.

As doenças, a falta de recursos e as derrotas freqüentes minaram o moral dos revoltosos e abalaram a convicção de seus líderes. Apesar de tudo, os líderes dos fanáticos remanescentes recusaram as propostas conciliatórias. Em fins de dezembro o General Setembrino fez circular o seguinte apelo:

"(...) Desde o dia 11 de setembro que lutamos e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a vitória final que não tarda. Mas é preciso parar, é forçoso que se termine essa luta; que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou recursos inesgotáveis para a grandeza da nossa Pátria. Não venho trazer-vos a morte ou o presídio pela vitória das nossas forças, senão concitar-vos mais uma vez a que deponhaes as armas e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do governo e da lei. Impõe-se que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a prosperidade da nossa grande Pátria que no quadro atual tanto precisa do patriotismo dedicado dos seus filhos".

5.2.11 O Início do Fim

As notícias constantes de vitórias dos legalistas e de rendições dos rebeldes vinham elevando o moral de toda a força de pacificação.

Na coluna norte, o Capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara, em fins de dezembro de 1914, depois de marchar 10 quilômetros por mata densa, atacou o reduto Piedade.

A partir de fevereiro a coluna foi atacando e destruindo sucessivamente os fortins de Santo Antônio, Gramado, Timbozinho, Pinheiros e Tomazinho, encontrando forte resistência em Pinheiros.

A coluna leste, que mudara a sua base para Colônia Vieira, depois de realizar alguns reconhecimentos, dividiu-se em dois destacamentos para atacar os pontos fortificados de Marcelo, Josefino e Aleixo. Um dos destacamentos defrontou-se com a guarda de Josefino, que em posição favorável impedia o prosseguimento da força. Depois de tentativas frustradas, o comandante decidiu contornar aquela posição através da mata. A manobra obteve sucesso, pois a guarda fugiu e o local foi ocupado, tendo sido feito grande número de prisioneiros, inclusive o próprio chefe Josefino. O ponto forte do Aleixo foi dominado a 16 de fevereiro sem resistência. Por lá já passara antes o Capitão Potiguara.

Os ataques simultâneos das colunas norte e leste destruíram os arraiais dos fanáticos ao norte, mas não chegaram às posições principais por eles ocupadas. A maioria dos fugitivos dos redutos submetidos pelas colunas norte e leste escapou em direção a Santa Maria do Sul.

De 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1915, o comandante da coluna sul realizou reconhecimentos nas proximidades de cidades que acusavam a presença do inimigo nas imediações. Duas tentativas para desarticulá-lo não obtiveram êxito, dadas as condições do terreno e da vegetação, que dificultavam o avanço da infantaria e o fogo de artilharia.

Convencido da impossibilidade de vencer investindo apenas pelo sul, o comandante da expedição decidiu aproximar-se inicialmente de Caçador. Ao mesmo tempo a coluna do sul acometeria Santa Maria e a de oeste reforçaria a vigilância para impedir a fuga dos rebeldes para os campos de Irani.

A coluna sul, com companhias que se revezavam, começou uma grande derrubada na mata para abrir uma passagem que facilitasse o ataque. O jagunço, que não compreendia a necessidade de derrubarem a selva para atacá-lo, espreitava, curioso e intrigado, a gigantesca e trabalhosa empreitada. Durante todo o mês de março a coluna bombardeou o reduto, realizou reconhecimentos e reajustou a composição das forças. Nos últimos dias do mês a coluna não pôde continuar o trabalho. Os fanáticos, vendo-se atacados pelo norte, começaram a hostilizar a coluna sul; na mata havia cerrado tiroteio sobre os trabalhadores e soldados encarregados da derrubada.

O Coronel Estillac Leal resolveu iniciar o assalto a 30 de março, executando uma preparação de fogos de artilharia e de metralhadoras durante o dia inteiro. Apesar disso os Batalhões de Infantaria não conseguiram transpor o desfiladeiro que conduzia ao ponto fortificado.

No acampamento de Tapera, no dia 3 de abril ouviram-se tiros para o lado do nordeste; ao anoitecer foi visto um clarão e logo depois a fumaça começava a elevar-se no horizonte, na altura de Santa Maria: não havia dúvida de que era um grande incêndio. Na verdade o Capitão Potiguara, no comando de um destacamento, já chegara a Santa Maria.

O Coronel Estillac reajustou o seu dispositivo em quatro colunas que avançariam pelo

vale até o encontro com as forças do norte. O destacamento do impetuoso Capitão Potiguara atingira a 31 de março a região de Timbó Grande. Prosseguiu o deslocamento e pouco depois se deparou com as primeiras casas de Caçador. Depois de recalcar o inimigo para a margem esquerda e de reajustar as forças, o destacamento, enfrentando forte resistência, transpôs o rio e penetrou no reduto, encontrando muito armamento e munição e centenas de cadáveres insepultos. Depois de arrasar quase 2 mil casas, prosseguiu repelindo os jagunços emboscados até penetrar no reduto de Maria Rosa, em fim de jornada. Continuou recalçando os fanáticos até o assalto ao reduto Os Doze Pares de França, conquistando-o à arma branca. Depois de breve descanso, reiniciou a marcha sobre Aleixo, que foi conquistado em luta corpo-a-corpo. No sábado, 3 de abril de 1915, o destacamento levantou o bivaque para prosseguir. No cemitério do reduto, enfrentou uma guarda, mas dispersou-a e avançou. Mais adiante, em um desfiladeiro, a tropa foi atacada por todos os lados, mas a vanguarda conseguiu abrir caminho. Foram mortos cerca de 100 fanáticos. Depois de 10 dias de marcha e oito combates, a tropa entrava no célebre reduto de Santa Maria. O casario estava abandonado. Os habitantes haviam fugido. Durante a noite de 3 para 4 de abril e na manhã de 4 o destacamento repeliu vários rebeldes. Enviou-se um grupo de 10 homens para fazer ligação com a coluna sul. À tarde houve a junção. No dia seguinte, depois de arrasada a aldeia, o deslocamento abandonou Tapera por ter cumprido a missão.

A coluna leste estava concentrada, até fins de março, em Colônia Vieira. Dirigiu-se depois para Vaca Branca e Reichard, onde colheu informações sobre a passagem do Capitão Potiguara. A seguir rumou para Caçador, cujo reduto também fora destruído. Na realização de um reconhecimento em Santa Maria encontrou um outro reduto que os prisioneiros disseram destinado a abrigar os fugitivos de Santa Maria, então atacada pelas forças legais. Diante disto o destacamento permaneceu bivacado, aguardando ordens.

5.2.12 Final de Campanha

Com a eliminação dos redutos de Caçador e Santa Maria, cessou a resistência

organizada no Contestado. Mesmo informado que muitos fanáticos se reuniam às margens do arroio São Miguel, o comandante da expedição não determinou qualquer providência.

Desprovidos de recursos, vitimados pela fome e pelas doenças e isolados das fontes de suprimento, aqueles homens não poderiam reiniciar a luta, segundo pensava o General Setembrino. Decidiu-se então dissolver a força expedicionária. Por medida de segurança e conforme determinação do Ministro da Guerra, General João Caetano de Faria, tropas de ocupação, inclusive dos dois Estados, deveriam permanecer por algum tempo em pontos-chave, incluindo estações da estrada de ferro do tronco sul. O seu comando ficou com o Coronel Basílio Pyrrho. O último chefe, Adeodato, foi preso e condenado a 30 anos de prisão. Na segunda vez que tentou evadir-se foi morto.

Soube-se mais tarde que alguns cabecilhas escaparam ilesos. O controle espiritual dos sertanejos ainda era ambicionado por espertalhões, embora a totalidade da comunidade agora aspirasse à paz e ao trabalho. Em junho de 1917, apareceu na região do Irani um novo monge, Jesus Nazaré, tentando reviver as agitações anteriores. As forças que permaneceram na região, com a colaboração das polícias estaduais, venceram rapidamente esse renascimento de bandidagem.

À longa convulsão sucederia a luta política pela posse das áreas contestadas. Forças policiais dos dois Estados estiveram prestes a entrar em choque e as relações entre os dois governos ficaram bastante tensas.

Depois de enviar à região um observador militar, o Presidente da República determinou a ocupação militar das terras onde era mais tensa a situação, obtendo compromisso dos governos dos Estados de não insistirem nas reivindicações à viva força. Com a interferência direta do Presidente da República, em 20 de outubro de 1916 a velha questão de limites encontrou a solução final.

5.2.13 Contestado, Uma Guerra Revolucionária.

Ao contrário de Canudos, em que os jagunços se contentavam em viver a seu modo, na chamada Tróia Sertaneja surgiu a idéia de implantar uma nova ordem além dos redutos do Contestado. De fato, no apogeu do movimento - quando os fanáticos dominavam

uma grande região entre a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e as bacias dos rios Iguaçu e Negro, ao norte, e Pelotas, ao sul -, pensaram os líderes em dar maior envergadura ao movimento, prosseguindo na direção de São Paulo e também para leste, pelo vale do Itajaí, na direção do mar. Comandaria as forças em Santa Catarina o Alemãozinho, Henrique Wolland, desertor da canhoneira alemã Panther. Vislumbravam eles obter muitas adesões de modo a chegar ao Rio de Janeiro com força suficiente para derrubar a "República dos Coronéis".

Não se pense porém que todos os chefes tradicionais estivessem contra o movimento, pois ele englobava também, a par de humildes sertanejos, coronéis que lutavam entre si na área conflagrada.

Difere-se de Canudos em seus aspectos bélicos, a campanha do Contestado se lhe equipara como fenômeno social. Ambas foram rebeliões sertanejas, em áreas afastadas do poder central e por ele desassistidas. Ambas levantaram o problema da busca de melhores fórmulas de integração nacional

6. A PARTICIPAÇÃO NAS GUERRAS MUNDIAIS

6.1 Primeira Guerra Mundial

6.1.1 O Desrespeito à Neutralidade Brasileira

O governo brasileiro procurou manter-se neutro no conflito, de acordo com a Convenção de Haia, o que estabelecia para o nosso país o direito de ser respeitado pelas potências em guerra.

Nosso país mantinha com os povos germânicos relações saudáveis iniciadas ainda no período colonial. O primeiro ato diplomático fora assinado em 8 de abril de 1815 - um tratado de aliança entre Portugal e Prússia.

Já independente, o Brasil firmara em 1827 com esse país um tratado de comércio. A 29 de novembro de 1890 reconhecia a Alemanha a República brasileira. Finalmente, estabelecera-se uma convenção postal em 1910.

Uma proclamação alemã que restringia a liberdade marítima dos países neutros sensibilizou a opinião pública brasileira e propiciou a decisão de dar apoio à causa aliada.

Cada vez mais se complicavam os problemas oriundos da guerra. Embora partidário da neutralidade absoluta, o Presidente Wenceslau Braz não podia permanecer indiferente quando se multiplicavam as provas de intervenção subreptícia da Alemanha, com violações dos portos nacionais para reabastecimento de cruzadores disfarçados em navios mercantes, incentivo a greves operárias e tentativas de mobilização das colônias povoadas por elementos de origem germânica.

6.1.2 O Brasil entra na Guerra

A despeito de sua posição neutra e pacífica, o Brasil foi agredido gratuitamente, quando no dia 3 de abril de 1917, às 23:30 horas, o navio mercante brasileiro Paraná, de 6 mil toneladas, pertencente à Companhia Comércio e Navegação, foi torpedeado e posto a pique, enquanto navegava no Canal da Mancha a cerca de 10 milhas de costa ocidental da França.

Na ocasião o navio ia em marcha reduzida, com todas as luzes regularmente acesas, ostentando em lugar iluminado e bem visível o nome de nosso país, com a bandeira nacional e o distintivo da empresa proprietária içados, como é de praxe entre os navios neutros. Depois do torpedeamento ainda foram disparados cinco tiros de canhão sobre a embarcação.

Nossas relações diplomáticas com a Alemanha foram interrompidas a 11 de abril, porém mantida a neutralidade. A fim de evitar qualquer dúvida, o governo brasileiro, em nota enviada a todos os países, caracterizou sua linha de ação:

" (...) Se até agora a relativa falta de reciprocidade por parte das repúblicas americanas tirava à doutrina de Monroe o seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpenetração menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da história do mundo, continuam a dar à nossa política externa uma feição prática de

solidariedade continental, política, aliás, que foi também a do antigo regime, toda vez que tem estado em causa qualquer das demais nações irmãs e amigas do continente americano. (...)"

Porém, outros navios mercantes nacionais foram torpedeados, como o Tijuca, o Macau, o Acari, o Guaíba e o Tupi, o que levou o Congresso, de pleno acordo com o Executivo, a reconhecer pelo Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917, o estado de guerra entre a Alemanha e o Brasil. Enfatizou-se a colaboração do Brasil com os Aliados. Votaram-se imediatamente medidas que decorriam da nova situação.

Além das circunstâncias materiais que forçaram o curso da política do Brasil, antigas normas diplomáticas, muitas ditadas por Rio Branco, aconselhavam o governo a agir dessa maneira. Integrava-se o nosso país, com essa atitude histórica, ao lado dos que já vinham se batendo por dias melhores para a humanidade. Rui Barbosa foi um dos que enfatizou a necessidade de definição do governo brasileiro diante das agressões sofridas. Em um de seus discursos afirmou: "A luta, inicialmente, circunscrita entre os impérios centrais e certo número de Estados europeus, perde o seu caráter primitivo para assumir o aspecto de um conflito declarado entre os princípios da democracia moderna e os princípios da velha autocracia condenada".

6.1.3 A Participação do Brasil na Guerra

Com a autorização do Congresso Nacional, o Presidente Wenceslau Braz abriu os portos brasileiros aos navios de guerra das nações aliadas. O Brasil assumiu também o encargo de com a nossa Esquadra, patrulhar o Atlântico Sul, diminuindo os encargos das Marinhas amigas. Essa colaboração, entretanto, era limitada, face às necessidades de guerra e às nossas possibilidades. Sabia-se que os meios de transporte marítimo constituíam naquela ocasião um dos problemas vitais para os nossos aliados. Agindo dessa forma, livre e espontaneamente, quis o Brasil patentear, em ato inequívoco, o propósito franco e leal de dar não só solidariedade moral, mas também oferecer a participação material naquilo que se afigurava de grande utilidade para eles - o auxílio em meios de transporte marítimo.

Por outro lado, enquanto uma parte de nossa Marinha realizava o patrulhamento da orla

marítima, durante dois anos, aproximadamente, a Divisão Naval em Operações de Guerra seguia, em 7 de maio de 1918, para os mares europeus para incorporar-se à Esquadra britânica em Gibraltar. Em 9 de agosto atingiu Freetown, permanecendo 14 dias neste porto, quando então os homens começaram a adoecer com o vírus da gripe espanhola. No dia 26 a Divisão entrou no porto de Dacar, nele permanecendo até 3 de novembro. A força naval era comandada pelo Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin e integrada pelos seguintes vasos de guerra: cruzadores Rio Grande do Sul (capitânia) e Bahia; contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina; tender Belmonte; rebocador de alto mar Laurindo Pitta.

Com isso, no campo militar, realizava-se o primeiro esforço naval fora de águas sul-americanas. Além dessa participação, o Brasil enviou um grupo de aviadores navais que, partindo para a Inglaterra em janeiro de 1918, ali começou treinamento intensivo, participando, a seguir, de missões de combate, juntamente com os pilotos ingleses da Royal Air Force. O grupo era constituído de um capitão-tenente e sete tenentes da Marinha de Guerra e do Tenente Aliatar de Araújo Martins, do Exército.

Ademais, aviadores brasileiros serviram em unidades francesas e britânicas, tendo muitos deles perdido a vida. Não se deve esquecer que oficiais de nosso Exército foram incorporados a vários regimentos franceses da linha de frente, onde muitos se distinguiram em combate. Muitos tiveram os nomes citados em ordens do dia e foram agraciados com condecorações aliadas. Distinguiu-se entre esses José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que devido à sua experiência de guerra, foi o introdutor dos blindados no Exército Brasileiro.

Mobilizou-se também um grupamento médico com a finalidade de instalar um hospital para tratamento de feridos de guerra na França.

6.1.4 A Missão Médica

A Missão Médica especial era chefiada pelo Dr. Nabuco Gouveia e orientada pelo General Napoleão Aché; operaria subordinada ao comando único dos exércitos aliados. A Missão partiu com 86 médicos, a 18 de agosto de 1918. Em Paris, incorporaram-se mais seis médicos, que nesta cidade se encontravam em caráter particular, no Hospital

Franco-Brasileiro mantido pela colônia brasileira daquela cidade. Com exceção de cinco médicos do Exército e cinco outros da Marinha de Guerra, todos os demais eram civis convocados e comissionados em diversos postos. Integravam-na ainda 17 acadêmicos de medicina e 16 outros elementos, entre farmacêuticos, pessoal de intendência, de secretaria e contínuos, além de 30 praças do Exército indicados para constituir a guarda do Hospital Brasileiro instalado na capital francesa, na rua Vaugirard, para atender os feridos evacuados da frente de batalha.

Com a epidemia de gripe que assolava a França, todos os planos para o aproveitamento de nossa Missão Médica foram mudados radicalmente. O governo francês receava que a epidemia atingisse a retaguarda e desta forma ficassem sem apoio as frentes de batalha, o que evidentemente causaria o colapso da resistência aliada. A França convocara 700 médicos para combater a doença no interior do país. Os brasileiros seguiriam o mesmo destino dos médicos franceses.

A Missão Médica foi extinta em fevereiro de 1919; o Hospital ainda atuou por seis meses sob a responsabilidade dos brasileiros. Nesta oportunidade, o governo brasileiro doou as instalações e material para a Escola de Medicina da Universidade de Paris.

6.1.5 O Final da Guerra

Depois de fulminante contra-ofensiva dos exércitos aliados conduzidos pelo Marechal Ferdinand Foch, os alemães foram recalcados até a fronteira da França e dos Flandres belgas. A Alemanha, que enfrentava sérias dissensões internas, teve de render-se e assinar o armistício a 11 de novembro de 1918.

O Brasil havia cooperado para a vitória final. Após o armistício, o governo ordenou o regresso da Divisão Naval, da Missão Médica e dos demais elementos deslocados para a Europa e que em sua totalidade haviam sido voluntários, desmobilizando-os em seguida.

Embora modesto em quantidade, o nosso concurso à causa aliada foi bastante significativo. Externamente o Brasil, pela primeira vez em sua história, lutou ao lado das nações mais poderosas do mundo, revelando a capacidade de atuar em pé de

igualdade com elas. Internamente houve uma melhoria na imagem das Forças Armadas e ampliou-se a idéia de nação armada e de cidadão-soldado, no sentido da campanha ensetada por Olavo Bilac em 1915, em prol do serviço militar obrigatório.

6.1.6 Consequências da Guerra para o Brasil

A guerra desenrolada na Europa gerou, no campo econômico, um período de prosperidade e enriquecimento para o Brasil, pois as nações Aliadas compravam tudo que pudessemos vender em termos de alimentos e matérias-primas, já que suas indústrias dedicavam-se prioritariamente à produção de material bélico e suprimentos para o esforço de guerra. Assim, o Brasil, sem ter de onde importar manufaturados, passou a fabricá-los aqui. Pequenas oficinas, já existentes, transformaram-se em fábricas, dando início a um incipiente processo de industrialização, o que levou o governo a interferir mais diretamente na esfera industrial. Tudo isto, no campo social, fez nascer um operariado, e em decorrência, mais tarde, um movimento sindical crescente, também possibilitou o ensaio para o surgimento de uma classe média e uma burguesia industrial em função das condições criadas pela guerra.

Por outro lado, na educação, diversas reformas, incluindo a Reforma Capanema do governo Vargas, demonstrariam uma preocupação crescente com o problema do analfabetismo e com a melhoria do nível educacional da população.

Na política, reflexo do que ocorria na Europa, é criado o PCB em 1922, em correspondência à Terceira Internacional e à criação do COMINTERN, surge o Integralismo de Plínio Salgado, em consonância ao surgimento dos partidos nazifascistas.

Na economia, ainda, a crise cafeeira do final da década de vinte, refletiu a crise econômica mundial, que causou grande impacto sobre a economia brasileira, tão dependente de um produto único em sua balança comercial.

6.2 Segunda Guerra Mundial

6.2.1 O Contexto Inicial e a Entrada na Guerra.

No início dos conflitos, o Brasil manteve uma postura neutra, em referência à decisão de outubro de 1939 pelos chanceleres das três Américas reunidos no Panamá. Após a expansão e ampliação do conflito, o governo brasileiro manteve-se durante algum tempo oscilando entre a aproximação com a Alemanha ou com os Estados Unidos.

O cenário vigente no Brasil era o do Estado-Novo, desde 1937, baseado em uma Constituição centralizadora, de viés populista e com algumas semelhanças e simpatias pelos regimes fascistas e nazista. Entretanto, a tendência histórica de alinhamento com as Américas pesou mais tarde na direção aliada, representada pela Assembléia de Havana em 1940, a qual reafirmou os princípios da Doutrina Monroe.

As visões sobre a postura do governo Vargas variam entre a habilidade política de negociar as melhores condições para o Brasil no seu projeto de industrialização e a expressão de uma contradição pela dependência acentuada da economia norte-americana contrapondo-se ao modelo interno mais assemelhado aos regimes totalitários europeus.

O quadro de extrema fragilidade militar do Brasil contribuiu para a negociação com os americanos além do fornecimento de armamento, créditos e assistência para a instalação de indústrias siderúrgicas e bélicas, bem como os EUA intencionavam importar borracha e minerais. A questão de suprimento destes itens era tão estratégico para o esforço de guerra aliado que em 1941 foi assinado um acordo de aquisição preferencial destes produtos. A questão de produtos militares foi facilitada posteriormente pela Lei de empréstimo e Arrendamento do Congresso Americano, tendo em março de 1942 sido assinado o acordo Brasil-EUA sobre exportações de minério de ferro e borracha e cessão de armamento e material militar.

Ainda em 1942, navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães, dentro da política de bloqueio/ ofensiva submarina alemã. A resposta brasileira foi a declaração de guerra aos países do Eixo, contribuindo para o esforço de

guerra Aliado em atitudes políticas, econômicas e militares.

Escortas de comboios mercantes passaram a ser escoltados pela Marinha, bem como o patrulhamento e defesa da costa, embora pouco lembrados, tornaram o litoral brasileiro ativo teatro de operações bélicas. A Guerra do século XX acabava não fazendo tão severa distinção entre as frentes de batalha e as áreas de retaguarda dos países envolvidos.

A percepção de que o esforço de guerra só atingiu o front é equivocada. Atividades de polícia fervilhavam na interceptação de espiões no litoral, enquanto no interior tropas foram destacadas para patrulhar e coibir comunidades de alemães, italianos e japoneses. A atividade econômica teve direcionamentos para atender a demandas dos teatros de operações, passando da extração do látex na Amazônia ao abate, processamento e envio de carne enlatada do sul do Brasil diretamente para o Norte da África. Cidades tiveram suas rotinas modificadas ao receberem bases aliadas, e os torpedeamentos afetaram a comunicação e transporte de um país com grande litoral, pouca interiorização e carente de estradas. Neste ponto, percebe-se que a guerra não foi um evento isolado de além-mar, mas acabou envolvendo, ainda que numa escala inferior do que os países que faziam parte do Teatro de Operações, todos os campos do poder brasileiros.

O estudo do Brasil na 2ª GM deve abordar tanto as motivações políticas e militares do envolvimento na guerra e suas condicionantes diplomáticas e políticas quanto o desempenho da Força Expedicionária Brasileira, seu desempenho e as implicações para o Brasil do pós-guerra.

6.2.2 A Força Expedicionária Brasileira (FEB)

A idéia inicial era de recrutar cem mil homens (um Corpo de Exército a 3 Divisões de Infantaria com destinação para a Europa ou África) na força expedicionária, organizada em modelo americano, dentro de um projeto governamental que visava alcance estratégico, alçando o Brasil ao cenário internacional, modernizando o exército e adquirindo experiência para lidar com potenciais ameaças regionais.

A situação social deficitária do país acabou, dentre outros aspectos, restringindo a cerca

de 25 mil soldados enviados para o front. A crise econômica se estendia desde a década de 1930, e a desestruturação dos mercados internacionais trouxe reflexos ao Brasil. A importação de produtos industrializados, do qual o Brasil era grande dependente, diminuiu, e aumentaram as exportações de matérias-primas.

As Forças Armadas brasileiras não estavam supridas e preparadas para atender as demandas surgidas. O Exército possuía cerca de 60 mil homens, a Marinha de Guerra tinha 14 mil homens, mas seguia a doutrina Norte-Americana, e a aviação Militar (EB) e Naval (MB), unificadas na FAB após 1941, tinha poucos e antiquados meios.

A Marinha protegeu os comboios entre Trinidad, no Caribe, e Florianópolis-SC, perdendo apenas três navios de 3.164 escoltados. Foram afundados 16 submarinos alemães, e ainda se realizou o transporte da FEB e patrulhamento oceânico visando o bloqueio de comércio naval.

A Força Aérea contribuiu na proteção ao tráfego marítimo e na defesa do litoral, bem como com o 1º Grupo de Caça.

6.2.3 As Tropas Alemãs

A composição de tropas alemãs variava muito. Apesar, de a propaganda nazista ter alardeado que as colunas de blindados apoiadas por aviação das primeiras fases da guerra fossem a espinha dorsal e majoritária dos efetivos alemãs, isto não era um fato. A Wehrmacht não era na sua totalidade uma força homogênea moderna, motorizada e plena de recursos, pois a Alemanha não alcançou a capacidade industrial necessária e de recursos humanos para consolidar o padrão de suas unidades de elite no restante das forças armadas.

Ainda assim, a maioria de suas unidades convencionais eram conduzidas por líderes bem escolhidos comandando homens determinados e bem treinados. Soldados presentes na Itália na frente de combate com os brasileiros haviam estado (às vezes Divisões inteiras) na Rússia ou África. Algumas tropas de elite do exército alemão, como o IV Batalhão de Caçadores de Montanha estavam presentes no terreno.

A média de idade mais elevada dos conscritos das tropas regulares alemãs era compensada pela ação tática de defesa de posições estáticas. Apesar da falta de

munição e reservas estratégicas, a larga experiência na linha de frente, a eficaz doutrina defensiva, armamento moderno e determinação seguraram durante longo tempo o avanço aliado e causaram um imenso número de baixas. Apesar do aumento da consciência situacional da inevitável derrocada alemã, a Wehrmacht combateu até o final sem que ocorresse colapso moral entre seus componentes, atuando com eficiência mesmo nos lances finais da guerra. A consciência de uma catástrofe militar iminente influenciou muito pouco o desempenho alemão. Mesmo com recursos limitados, os alemães aproveitaram o terreno e de suas competências para segurar um ano e meio os aliados.

6.2.4 Reflexos da Participação do Brasil na 2ª GM :

- Mudanças nas relações entre oficiais e praças no Exército Brasileiro decorrente da integração ao Exército Americano;
- Incorporação do apoio de metralhadoras pesadas e morteiros leves na progressão de pequenas frações de infantaria;
- Uso de “propaganda de guerra” com mecanismos de guerra psicológica de ambos os lados beligerantes;
- Criação em 1946 do Estado-Maior das Forças Armadas (1946);
- Difusão de novos regulamentos coletando os ensinamentos colhidos da doutrina Norte-Americana usada pela FEB e adaptando-a a realidades brasileiras;
- Assinatura do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos;
- Aprimoramento da Logística, com a criação de depósitos regionais;
- Criação de tropas paraquedistas e de Polícia do Exército;
- Adesão dos militares aos anseios por um sistema de governo mais democrático e a deposição de Vargas;
- A Constituição de 1946, com características democráticas.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.

BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BURNS, Edward MacNall, 1897-1972. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais/Edward MacNall Burns, Robert E. Lerner, Standish

- Meacham; tradução Donaldson M. Garshagen. - 30. ed. - Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil: As Origens Século XVI; A Formação Brasileira Século XVII**, Vol II. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- _____, Pedro. **História do Brasil: Formação Brasileira Século XVII**. Vol III. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- CLUTTERBUCK, R. **Guerrilheiros e terroristas**. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 1977.
- COLEÇÃO GRANDES ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA. **A Primeira Guerra Mundial – As Origens do Conflito**. Nova Sampa Diretriz Editora Ltda. -São Paulo – SP. [2014].
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Volume 1. IBGE. Brasília, 1972.
- FARIA, D. (Org). **Introdução à História Militar Brasileira**. AMAN. Resende, 2015.
- FRANKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**; a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno/ David Fronkin; tradução Teresa Dias Carneiro, - Rio de Janeiro: Contraponto. Biblioteca do Exército. 2011.
- FULLER, J. F. C. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- HOBBSAWM, J. Eric. **A era dos impérios**; tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica. Maria Celia Paoli – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- JOHNSON, Rob et al. **Para Ganhar a Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- JOMINI, Antoine Henri. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949.
- JORDAN, David. **História da Segunda Guerra Mundial – A maior e mais importante guerra de todos os tempos**. M. Books do Brasil Editora Ltda. São Paulo. 2011.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Batalha e a História**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.
- LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Manual Escolar de História Militar Geral**/ Paulo Henrique Barbosa Lacerda; Elonir José Savian. -3. Ed. Resende: AMAN, 2011.

LEONARD, Rogers Ashley. **Clausewitz**: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**, organizador. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

_____. **Da Arte da Guerra**: Teoria Geral da Estratégia. São Paulo: Madras, 2003.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial** / Philippe Masson; tradução Ângela M. S. Correia. - São Paulo: Contexto, 2010.

MAXIMIANO, C. **Barbudos, sujos e fatigados**. São Paulo: Grua, 2010.

MCNEILL, William H. **Em Busca do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (ORG.). **O Brasil holandês (1630 – 1654)**: seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics. Editora Schwarcz, 2010.

_____, Evaldo Cabral de. **A educação pela guerra**: Leituras cruzadas de história colonial, 1ª ed. - São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

OVERY, Richard. **As Grandes Guerras Mundiais** / Richard Overy; [tradução, Thaís Costa]. - São Paulo; Folha de São Paulo, 2014. 20 V.

PARET, Peter (org). **Os Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

[Revista Brasileira de Política Internacional](#). Rev. bras. polít. int.vol. 47no. 1BrasíliaJan./June2004 Virgílio Caixeta Arraes

SAVIAN, E.; LACERDA, P. **Manual Escolar de História Militar**. AMAN. Resende, 2011.

SHEFFIELD, Garry. **As origens da Primeira Guerra**/ Gary Sheffield; [tradução Rosimarie Ziegelmaier] – São PAULO; Folha de São Paulo, 2014. 8V.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força**: A Arte da Guerra no Mundo Moderno. Lisboa (Port): Edições 70, 2008.

SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial** / Lawrence Soundhaus; tradutor Roberto Cataldo. -São Paulo: Contexto, 2013.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VISACRO, A. **Guerra irregular**. Ed. Contexto. São Paulo, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa** / Paulo Fagundes Visentini. -Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014.

WEIGLEY, Russel F. **Novas Dimensões da História Militar**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.